

**INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ  
E CONSUMO INTERNO – 1940/1970**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**ALCINA MARIA DE LARA CARDOSO**

I N D Ú S T R I A  
D E T O R R E F A Ç Ã O E M O A G E M D E C A F É  
E C O N S U M O I N T E R N O  
1940-1970

ALCINA MARIA DE LARA CARDOSO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Departamento de História  
Curso de Pós-Graduação em História  
Curitiba  
1976

## A G R A D E C I M E N T O S

Ficam expressos sinceros agradecimentos aos Professores do Curso de Pós-Graduação em História do Brasil e, de modo especial à Professora Cecília Maria Westphalen, orientadora do trabalho e ao Professor Brasil Pinheiro Machado.

Igualmente são expressos agradecimentos à Universidade Federal do Paraná pela bolsa de estudos concedida durante o Curso de Pós-Graduação. A contribuição prestada pelo setor da Biblioteca do Instituto Brasileiro do Café, IBC; pela Associação Brasileira de Torrefação e Moagem de Café, ABIC; À colaboração do Professor Jair Leal responsável pela programação da computação dos dados estimados e o apoio de todos que, direta ou indiretamente nos auxiliaram para a concretização desta Dissertação de Mestrado.

## S I N O P S E

No presente trabalho é feita a análise da formação e desenvolvimento das indústrias de torrefação e moagem de café no Brasil, mais especificamente no Estado do Paraná, e da evolução do consumo interno de café em grão e do café torrado e moído, no período de 1940 a 1970. Variáveis diversas são estudadas, como desenvolvimento numérico das indústrias, capital inicial registrado, preços do café torrado e moído, relação preço-salários e outras, na tentativa de compreensão do mercado interno de café no Brasil. Constitui este o primeiro trabalho feito no Brasil, no aspecto de consumo interno de café.

## S U M Á R I O

INTRODUÇÃO .....	1
1. 0. METODOLOGIA .....	3
1.1. Métodos e Técnicas .....	6
1.2. Arquivos e Fontes .....	16
1.3. Crítica das Fontes .....	19
2. 0. CONJUNTURA DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ .....	23
2.1. Conjuntura Cafeeira Brasileira .....	23
2.2. Conjuntura Cafeeira Paranaense .....	28
2.3. Industrialização do Brasil .....	34
2.4. Industrialização Paranaense .....	42
2.5. Flutuações da Economia Paranaense .....	49
3. 0. INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ .....	53
3.1. Formação e Conquista de Mercado .....	53
3.2. Indústria de Torrefação e Moagem de café no Estado do Paraná .....	57
3.3. Formação de Capital .....	61
3.4. Legislação Básica: os Órgãos Responsáveis ..	64
3.5. Flutuações do Setor de Torrefação e Moagem de Café no Paraná .....	69
4. 0. POLÍTICA DE SUBSÍDIO .....	71
4.1. Sistema de Quotas .....	73
4.2. Resultados do Subsídio .....	75
5. 0. CONSUMO INTERNO DE CAFÉ NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ ...	86
5.1. Consumo de Café em Grão e Torrado e Moído no Brasil e no Estado do Paraná .....	89
5.2. Relação Preço/Consumo de Café .....	92
5.3. Perspectivas Para o Consumo do Café Solúvel .	98
6. 0. CONCLUSÕES .....	103

## A B R E V I A T U R A S

São utilizadas as seguintes abreviaturas nos Quadros, Gráficos e no próprio texto:

- Δ ABIC - Associação Brasileira da Indústria de Torrefação e Moagem de Café
- Δ CNC - Conselho Nacional do Café
- Δ DNC - Departamento Nacional do Café
- Δ FGV - Fundação Getúlio Vargas
- Δ GERCA - Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
- Δ IBC - Instituto Brasileiro do Café
- Δ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

## L I S T A   D E   Q U A D R O S

1 - Estimativas dos estoques brasileiros de café 1955 - 1963 .....	32
2 - Indústrias de torrefação e moagem de café re- gistradas no IBC - Rio de Janeiro - 1959-1970 .....	47
3 - Subsídio fornecido às indústrias de torrefação e moagem de café pelo IBC - 1959-1968 .....	72
4 - Evolução do consumo interno de café no Brasil e número de torrefadoras registradas no IBC 1959-1970 .....	76
5 - Número de indústrias de torrefação e aquisi- ção mensal de quotas no Brasil - ano de 1969 .....	79
6 - Despesas de custeio do subsídio - ano de 1966 .....	81
7 - Consumo per capita de café verde no Brasil e nos Estados Unidos 1940-1957 .....	90
8 - Preços do café torrado e moído em Curitiba 1940-1970 .....	95
9 - Proporção do aumento dos preços do café tor- rado e moído em relação ao salário mínimo em Curitiba 1940-1970 .....	96
10 - Evolução da demanda total por solúvel brasilei- ro 1966-1970 .....	99
11 - Consumo de café no Brasil - comparação entre café torrado e moído e café solúvel 1959-1970 .....	100
12 - Produção de café verde no Brasil 1940-1970 .....	106
13 - Exportação de café verde - Brasil - 1940-1970 ...	107
14 - Produção de café verde no Estado do Paraná 1940-1970 .....	108

## L I S T A      D E      Q U A D R O S

15 -	Exportação de café verde no Estado do Paraná 1940-1963 .....	109
16 -	População do Paraná - 1940-1970 .....	110
17 -	Estabelecimentos industriais - por década 1940-1970 .....	111
18 -	Distribuição geográfica das indústrias de torrefação e moagem de café do Estado do Paraná. Por município e ano de funciona - mento - 1940-1970.....	112
19 -	Indústrias de torrefação e moagem de café no Estado do Paraná - 1940-1970 .....	113
20 -	Indústrias de torrefação e moagem de café no Estado do Paraná - por décadas 1930-1960 .....	114
21 -	Indústrias de torrefação e moagem de café no Estado do Paraná - Tipos de firma 1940-1970 .....	115
22 -	Indústrias de torrefação e moagem de café no Estado do Paraná - Tipos de firmas re- gistradas - 1940-1970 .....	116
23 -	Indústrias de torrefação e moagem de café no Estado do Paraná - Capital inicial re- gistrado por ano - 1940-1970 .....	117
24 -	Indústrias de torrefação e moagem de café no Estado do Paraná - Capital inicial re- gistrado por ano (Tabulação) - 1940-1970.....	118
25 -	Indústrias de torrefação e moagem de café no Estado do Paraná - Evolução do capital médio registrado. Períodos de 5 ano-1941-1970.....	119

## L I S T A D E Q U A D R O S

26 - Indústrias de torrefação e moagem de café no Estado do Paraná. Capital inicial registrado po ano - Médias móveis 1940-1970 .....	120
27 - Nacionalidade dos torrefadores de café no Estado do Paraná - Brasileira e outras 1940--970 .....	121
28 - Nacionalidades dos torrefadores de café no Estado do Paraná - 1940-1970 .....	122
29 - Consumo interno aparente de café verde no Brasil - 1940-1970 .....	123
30 - Consumo interno aparente de café verde no Estado do Paraná - 1940-1970 .....	124
31 - Consumo interno aparente de café verde no Brasil - Per capita - 1940-1970 .....	125
32 - Consumo interno aparente de café verde no Estado do Paraná - Per capita - 1940-1970 .....	126
33 - Consumo interno aparente de café torrado e moído no Brasil - Total e per capita 1940-1970 .....	127
34 - Consumo interno aparente de café torrado e moído no Estado do Paraná - Total e per cãpita - 1940-1970 .....	128
35 - Consumo de café verde no Estado de São Paulo - 1940-1970 .....	129
36 - Preços do café torrado e moído a varejo Curitiba - Estado do Paraná - 1940-1970.....	130
37 - Salário mínimo em Curitiba- Estado do Paraná - 1940-1970 .....	131

## L I S T A   D E   Q U A D R O S

- 38 - Preços do café torrado e moído a varejo  
Curitiba - Estado do Paraná - Médias mó-  
veis - 1940-1970 ..... 132
- 39 - Salário mínimo em Curitiba - Estado do  
Paraná - 1940-1970 ..... 133
- 40 - População potencialmente consumidora de  
café no Estado do Paraná - por década  
1940-1970 ..... 134

## L I S T A     D E     G R Á F I C O S

1 - Produção de café verde no Brasil - em ano safra - 1940-1970 .....	135
2 - Exportação de café verde no Brasil - em a no civil - 1940-1970 .....	136
3 - Produção de café verde no Estado do Para- aná - em ano civil - 1940-1963 .....	137
4 - Exportação de café verde no Estado do Paraná-em ano civil 1940-1970 .....	138
5 - População do Paraná - 1940-1970 .....	139
6 - Estabelecimentos industriais no Estado do Paraná - total e produtos alimentares por décadas - 1940-1970 .....	140
7 - Estabelecimentos industriais no Brasil-To tal e produtos alimentares - por décadas 1940-1970 .....	141
8 - Indústrias de torrefação e moagem de café no Estado do Paraná - 1940-1970 .....	142
9 - Indústrias de torrefação e moagem de café no Estado do Paraná - Tipos de firmas re- gistradas - 1940-1970 .....	143
10 - Indústrias de torrefação e moagem de café no Estado do Paraná - Capital registrado por ano -(feito em escala semi-logarítmi- ca) - 1940-1970 .....	144
11 - Indústrias de torrefação e moagem de café no Estado do Paraná - capital registrado por ano - 1940-1970 .....	145

## L I S T A     D E     G R Á F I C O S

- 12 - Indústrias de torrefação e moagem de café  
no Estado do Paraná - capital registrado  
médias quinquenais - (feito em escala se-  
mi-logarítmica) 1940-1970 .....146
- 13 - Indústria de torrefação e moagem de café  
no Estado do Paraná - capital registrado  
médias quinquenais - 1940-1970 .....147
- 14 - Indústrias de torrefação e moagem de café  
no Estado do Paraná - capital registrado  
médias móveis - 1940-1970 .....148
- 15 - Estabelecimentos industriais no Estado do  
Paraná - total - produtos alimentares e  
torrefação e moagem de café (Feito em es-  
cala semi-logarítmica) - 1940-1970 .....149
- 16 - Estabelecimentos industriais no Estado do  
Paraná - total - produtos alimentares e  
torrefação e moagem de café - 1940-1970 .....150
- 17 - Consumo interno aparente de café verde no  
Brasil - total - 1940-1970 .....151
- 18 - Consumo interno aparente de café verde no  
Estado do Paraná - total - 1940-1970 .....152
- 19 - Consumo interno aparente de café verde no  
Brasil - Per capita - 1940-1970 .....153
- 20 - Consumo interno aparente de café verde no  
Estado do Paraná - Per capita - 1940-1970.....154
- 21 - Consumo interno aparente de café torrado  
e moído no Brasil e no Estado do Paraná  
Per capita - 1940-1970 .....155

## L I S T A   D E   G R Á F I C O S

- 22 - Consumo interno aparente de café verde no  
Brasil e no Estado do Paraná - total  
1940- 1970 .....156
- 23 - Consumo interno aparente de café torrado  
e moído no Brasil - total - 1940-1970 .....157
- 24 - Consumo interno aparente de café torrado  
e moído no Estado do Paraná - total  
1940-1970 .....158
- 25 - Consumo interno aparente de café torrado  
e moído no Estado do Paraná - per capita  
1940-1970 .....159
- 26 - Consumo interno aparente de café verde no  
Brasil e no Estado do Paraná - per capita  
1940-1970 .....160
- 27 - Consumo interno aparente de café torrado  
e moído no Brasil e no Estado do Paraná  
Total - 1940-1970 .....161
- 28 - Consumo interno aparente de café torrado  
e moído no Brasil e no Estado do Paraná  
total (feito em escala semi-logarítmica)  
1940-1970 .....162
- 29 - Consumo interno aparente de café verde no  
Brasil, no Estado de São Paulo e no Esta-  
do do Paraná - total - 1940-1970 .....163
- 30 - Consumo interno aparente de café verde no  
Brasil, no Estado de São Paulo e no Esta-  
do do Paraná - total - (feito em escala  
semi-logarítmica) - 1940-1970 ..... 164

## L I S T A     D E     G R Á F I C O S

31 - Preços do café torrado e moído a varejo em Curitiba - 1940-1970 .....	165
32 - Salário mínimo em Curitiba - 1940-1970 .....	166
33 - Salário mínimo e preços do café torrado e moído a varejo em Curitiba - (feito em escala semi-logarítmica) 1940-1970 .....	167
34 - Salário mínimo e preços do café torrado e moído a varejo em Curitiba - 1940-1970 .....	168
35 - Consumo per capita e preços do café torrado e moído no Estado do Paraná (feito em escala semi-logarítmica) 1940-1970 .....	169
36 - Preços do café torrado e moído a varejo em Curitiba - Médias móveis - 1940-1970 .....	170
37 - Salário mínimo em Curitiba - médias móveis 1940-1970 .....	171
38 - Produção, exportação e consumo interno aparente de café verde no Estado do Paraná-em ano civil - 1940-1970 .....	172
39 - Produção, exportação e consumo interno aparente de café verde no Estado do Paraná-em ano civil - (feito em escala semi-logarítmica) 1940-1970 .....	173
40 - População total e população potencialmente consumidora no Estado do Paraná - 1940-1970 .....	174

## L I S T A   D E   M A P A S

- 1 - Número de indústrias de torrefação e moagem de  
café registradas por município - 1940-1949 ..... 175
- 2 - Número de indústrias de torrefação e moagem de  
café registradas por município - 1950-1959 ..... 176
- 3 - Número de indústrias de torrefação e moagem de  
café registradas por município - 1960-1969 ..... 177

## INTRODUÇÃO

A indústria de torrefação e moagem de café é responsável pelo abastecimento do mercado interno brasileiro de café torrado e moído. Sua organização como estabelecimento industrial situa-se na passagem do século, em substituição à estrutura familiar de produção de café torrado e moído. Com o crescimento demográfico, urbanização e industrialização do Brasil, no século XX, esta atividade se estabelece e conquista mercado.

Apesar de percalços iniciais, com a concorrência, em determinadas regiões de outras bebidas substitutivas, como o mate, além do próprio preço limitado do consumo, elas se desenvolvem ainda que muitas vezes agregadas a outras atividades.

Até 1959, essas indústrias tiveram um crescimento vegetativo em todos os Estados produtores no Brasil quando, dadas as condições de excepcionais safras cafeeiras, formaram-se grandes estoques de café que não encontrando vazão no mercado internacional, foram destinados, em grande parte, ao mercado interno. Essa oferta de café em grão ao setor de torrefação e moagem de café foi conhecida como "política de subsídio".

Dada essa conjuntura favorável, houve na década de 1960, um crescimento numérico significativo dos estabelecimentos industriais de torrefação e moagem de café. Essa expansão não significou, porém, organização administrativa ou técnica, mas dispersão por todo o território de pequenas e médias empresas.

A "política de subsídio" perdurou de 1959 a 1971 e se traduziu numa intervenção governamental no setor, através do IBC. Intervenção esta que se estabeleceu com o fornecimento de matéria prima, café em grão, e tabelamento do preço final ao consumidor. Se por um lado essa política conseguiu um dos objetivos propostos, expansão do consumo, por outro, propiciou paternalização ao setor, agindo como anteparo ao desenvolvimento administrativo e tecnológico das empresas.

Após 1971 as empresas passaram a atuar livremente no mercado, quando então sentiram as dificuldades da livre concorrência face ao despreparo em que estiveram durante 12 anos. Ainda hoje elas atravessam uma série de dificuldades.

Assim, procura-se ao longo do trabalho confirmar a hipótese de que este setor, devido à intervenção governamental e à falta de estruturação interna, não conseguiu ir além de pequenas e médias empresas sem grande representação no cenário político-econômico nacional.

Outra hipótese testada através dos dados pesquisados, diz respeito ao consumo de café torrado e moído. Esse consumo evoluiu em função apenas do crescimento vegetativo da população até 1959 e após esta data, em razão da "política de subsídio", e não em função de uma atuação consciente e organizada das empresas na tentativa de ampliar o mercado.

A análise dos fatores condicionantes destas indústrias e do comportamento do consumo de café torrado e moído no período de 1940 a 1970 no Paraná, compõe a estrutura deste trabalho.

## 1.0. METODOLOGIA

O estudo de problemas referentes ao abastecimento interno das populações é tema recente nos trabalhos de história econômica no Brasil, e por isso as análises que começam a surgir enfrentam uma série de dificuldades face à ausência de fontes, bibliografia e quadros teóricos. Trabalhos que analisam o cotidiano, o comportamento das massas, a adaptação do homem ao meio, a maneira como ele vive e se alimenta, ainda são poucos.

Foi com historiadores como Braudel, Chaunu, Morazé e outros, que estes estudos começaram a ser viáveis, através do conhecimento das conjunturas e estruturas que se estabeleceram no decorrer da vida do homem. Assim, por que ficar insensível "... às realidades de longa duração cujo peso foi imenso e cujo rumor mal foi perceptível?"<sup>1</sup>. Por que não estudar os problemas de abastecimento dos gêneros alimentícios dos homens? Por que não avaliar e entender uma história econômica voltada para um aspecto vital da vida do homem, como o consumo?

O presente trabalho foi idealizado com essas preocupações. Apesar de não ser estudo de um produto básico de subsistência, a análise do consumo de café adquiriu valor por ser o Brasil um dos seus maiores produtores mundiais, onde o Estado do Paraná tem importante participação, principalmente no período em que esta Dissertação se concentrou.

Além desta, várias outras justificativas se impõem

---

<sup>1</sup> BRAUDEL, Fernand. Civilização material e capitalismo. Lisboa, Cosmos, 1970. 506 p. p. 12.

na defesa do tema. Entre elas, o fato de que o Brasil é o segundo consumidor mundial de café, com cerca de 8 milhões de sacas absorvidas anualmente, cuja movimentação, envolvendo desde a aquisição da matéria prima até a venda ao consumidor, é estimada anualmente em 3,5 a 4 bilhões de cruzeiros, isto para que o brasileiro possa continuar tomando o seu café diário.<sup>2</sup>

Dadas a potencialidade deste mercado e as implicações econômicas que a sua expansão representa, o objetivo deste trabalho é o estudo do consumo interno do café torrado e moído no Paraná, através da análise das indústrias de torrefação e moagem, responsáveis pelo fornecimento do produto ao consumidor.

Centralizando o estudo entre os anos de 1940 a 1970, procurou-se apreender o momento em que aquelas indústrias expandiam-se e conquistavam o mercado paranaense, paralelamente à expansão da lavoura cafeeira no Estado e ao desenvolvimento de atividades pré-industriais de beneficiamento primário de algumas matérias primas.<sup>3</sup>

A área genérica na qual se baseia a análise, mercado interno, foi a que teve maior interesse, por se tratar de modo geral, no Brasil, de aspecto pouco estudado ao longo de sua história.

Isto ocorreu devido às características da evolução econômica do país que, desde a sua inserção na economia mundial, situou-se dentro de um modelo de economia agrária exportadora. De maneira geral, os estudos científicos no

---

<sup>2</sup>INFORMATIVO (DA) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ. Rio de Janeiro, 1974. n. 10. 17 p. p. 2.

<sup>3</sup>BALHANA, Altiva Pilatti et alii. História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. v. 1, 280 p. p. 240.

campo da história econômica do Brasil, procuram explicar o desenvolvimento ou o subdesenvolvimento, alicerçados na exportação dos produtos agrícolas, isto é, nas implicações do comércio exterior sobre a economia brasileira.

No entanto, esta posição de país exportador de produtos agrícolas não invalida os estudos que começam a surgir sobre a economia de subsistência, que sempre foi a base do crescimento populacional e que pode também ser considerada como elemento chave de sustentação da estrutura agrário-exportadora.

O café situa-se no item "abastecimento", tomado no exato sentido da palavra, ou seja, fornecimento à população de uma bebida de certo valor nutritivo<sup>4</sup> e grande valor econômico.

Sendo o tema "café" muito discutido e muito pesquisado, com bibliografia extensa, este trabalho procura fixar-se apenas dentro do aspecto "mercado interno". As comparações com o setor exportação serão feitas exclusivamente na medida em que isto possa vir auxiliar a visualização da política interna cafeeira relativa ao consumo interno de café.

---

<sup>4</sup>"...o valor calórico de uma xícara de café pode ser assim expresso:

50cc de infusão preparadas com 10 gr .....	10	calorias
20 gr de açúcar (20 x 3,88) .....	77,6	calorias
	87,6	"

Sendo de 3.000 a exigência média calórica diária de um indivíduo, vê-se que o número de xícaras pequenas tomadas diariamente por um brasileiro, ou seja três, fornece-lhe 262,8 calorias, o que representa mais ou menos 10% do total necessário." CAMARGO, Rogério de & TELLES JUNIOR, Adalberto de Queiroz. O Café no Brasil; sua aclimação e industrialização. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1953. 720 p. v. 2, p. 629.

Em estudo desta natureza num campo onde há muita coisa por fazer, a primeira idéia a delinear é a de que não se propõe a resolver os problemas ou a esgotar o assunto; pretende-se tão somente colocá-los com objetivo de permitir a abertura do longo caminho da pesquisa, não só em relação ao consumo interno de café, mas ao consumo de qualquer outro produto alimentício.

No desenvolver da pesquisa, surgiram indagações que nortearam a elaboração da Dissertação. Foram elas:

Quais os fatores condicionantes do surgimento das indústrias de torrefação e moagem de café no Paraná?

Por que o setor é composto de pequenas e médias empresas?

Qual o volume do consumo interno do café verde e do café torrado e moído?

Haverá correspondência entre as tendências de consumo interno, de produção e de exportação do café verde?

Até que ponto foi viável economicamente para o governo, o subsídio fornecido pelo Instituto Brasileiro do Café, o IBC, às torrefadoras, com vistas à industrialização do café na década de 1960, ou seja, o subsídio terá realmente propiciado o aumento do consumo como foi proposto?

Em que medida o subsídio representou paternalismo e impediu a modernização e expansão do setor?

## 1. Métodos e Técnicas

Todo trabalho apoiado em dados estatísticos no Brasil encontra, em geral, na sua elaboração várias dificuldades, face à insuficiência de elementos, falta de sistemati-

zação dos dados existentes e sua dispersão por todo o tipo de fonte (inclusive pelas agências fornecedoras de dados). Além disso, no caso presente, os percalços foram grandes devido ao fato de quase não existirem no país trabalhos que se situem dentro da perspectiva proposta, ou seja, estudo de consumo, em bases quantitativas, que pudesse servir de orientação. Unida a estes problemas, esteve também a ausência de bibliografia específica que servisse de apoio.

Tais obstáculos deram margem à adoção de uma série de critérios de classificação dos elementos estudados, alguns totalmente novos e que foram guiados mais pela lógica do que por modelos, objetivando resultados coerentes. Como método orientador do trabalho utilizou-se o método histórico e técnicas quantitativas no que se referiram a coleta dos dados numéricos e interpretação dos mesmos.

Em relação aos critérios de classificação, a primeira atitude tomada foi quando, ainda na fase de coleta de dados, surgiu a dúvida sobre como classificar as atividades de torrefação e moagem de café. - Seriam atividades industriais ou comerciais? - Os locais onde se processavam estas atividades seriam estabelecimentos industriais ou simplesmente entrepostos de distribuição do produto? - Se fosse atividade industrial, em que gênero estaria inserida? - Seria beneficiamento e transformação de produtos alimentares ou fabricação de bebidas?

Nos estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, foram encontrados elementos que esclareceram estas dúvidas. Torrefação e moagem de café são realmente atividades industriais e fazem parte do gênero benefi

ciamento e transformação de produtos alimentares. Os locais onde se processam estas atividades são classificados como estabelecimentos industriais ou indústrias<sup>5</sup>. Com isso, pode-se começar a análise em termos de indústria de torrefação e moagem de café.

No contato com os livros "Firmas"<sup>6</sup> da Junta Comercial do Paraná, surgiram outras dúvidas porque a atividade de torrefação e moagem muitas vezes aparecia agregada a outras atividades completamente diversas, como: torrefação e moagem de café e fazendas e armarinhos; torrefação e moagem de café e secos e molhados; torrefação e moagem de café e bebidas e engarrafamento de álcool, vinagre, vinho e aguardente; torrefação e moagem de café e olaria; e outras. Deveriam portanto ser consideradas todas estas firmas como indústrias de torrefação e moagem de café, ignorando as múltiplas atividades? Ou deveriam ser estas indústrias agrupadas

<sup>5</sup>"Estabelecimento industrial: unidade de produção na qual são obtidos um só produto ou produtos conexos, com o emprego das mesmas matérias primas ou a utilização dos mesmos processos industriais. A cada estabelecimento corresponde uma unidade física ou unidade local (fábrica)." INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cadastro industrial ; Paraná. Rio de Janeiro, 1965. 566 p.

<sup>6</sup>Esta fonte foi utilizada: 1º - porque os dados são de inteira confiança, já que o registro das atividades comerciais e industriais nas juntas comerciais dos Estados é obrigatória por lei federal. 2º - porque os censos e anuários do IBGE não se apresentam propícios para fornecerem elementos para a construção da série referente ao número de indústrias de torrefação e moagem de café que existiam no Paraná. Isso porque, antes de 1950 era comum a indústria de torrefação e moagem de café estar inserida no beneficiamento e moagem de vários cereais, de modo que os números apresentados eram os totais dos estabelecimentos que se dedicavam a essas atividades. Tornava-se impossível separar a torrefação e moagem de café, das outras atividades.

segundo dois aspectos, cada um tratado isoladamente a fim de verificar a sua evolução, observando-se até que ponto persistiria tal diversificação de atividades? A opção para a organização das séries de dados sobre o número de indústrias de torrefação e moagem de café registradas na Junta Comercial do Paraná, foi em favor da segunda alternativa, ou seja, quando houve mais de uma atividade além daquela que interessava ao trabalho, foi designada como sendo torrefação e moagem de café e outros ramos comerciais e industriais. Assim, para maior compreensão da atividade e do comportamento das indústrias, adotou-se, na elaboração destas séries, o critério de separação em dois itens (ver Quadros nº 19, nº 20 e nº 23):

- 1 - torrefação e moagem de café;
- 2 - torrefação e moagem de café associada a outros ramos comerciais e industriais.

Além disso, para a construção destas séries sobre as indústrias de torrefação e moagem de café registradas na Junta Comercial do Paraná, foi necessária a soma dos registros por anos, já que os registros são feitos mensalmente e muitas vezes diariamente. Para a construção da série de registros por década (Quadro nº 20), foi usado o mesmo critério do IBGE, ou seja, considerou-se que foi feito um recenseamento em 1º de janeiro de 1940, 1950, 1960 e 1970, sendo que o resultado obtido para o ano de 1940 significa a soma dos registros de 1º de janeiro de 1930 a 31 de dezembro de 1939; para 1950 a soma de 1º de janeiro de 1940 a 31 de dezembro de 1949 e assim por diante.

Para a construção das séries a respeito do capital inicial registrado pelas indústrias de torrefação e moagem

de café, foi feita a soma do capital registrado por ano e por média de 5 anos, separando-se a atividade sob aqueles dois aspectos, ou seja, torrefação e moagem de café e torrefação e moagem de café associada a outros ramos (Quadros nº 23 e nº 25). O importante a assinalar é que nem sempre as indústrias declaravam o capital inicial; e essas chegaram a representar 29,52% dos registros de indústrias.

Para a construção da série de médias quinquenais de capital (Quadro nº 25), foi feita a média aritmética dos registros em cada cinco anos. Ainda para a série referente a capital foi realizado o cálculo de médias móveis para verificação das tendências dos registros (Quadro nº 26). Não foram feitos, porém, cálculos de deflação nestas séries referentes ao capital registrado pelas indústrias de torrefação e moagem de café (para verificação do capital real), porque os deflatores implícitos do Produto Interno Bruto, PIB, calculados pela Fundação Getúlio Vargas, FGV, são encontrados para o Paraná somente a partir de 1948 e até 1961. Desse modo, seria possível aplicá-los apenas para treze anos, quando as séries disponíveis eram de trinta e um anos, isto é, no período de 1940 a 1970. Assim, para evitar distorções, tomou-se a decisão de não usar os referidos deflatores.

Outra explicação cabe ainda sobre as séries de capital, preços e salários. Foi feita em todas a transformação para cruzeiros atuais. Isto foi simples, já que a mudança de mil réis para cruzeiros antigos efetuada em 1943 não significou alteração no valor da moeda; e em 1967, com a mudança de cruzeiro antigo para cruzeiro novo, também não houve alteração de valor monetário. Assim, foi mais lógico tra

balhar com cruzeiros atuais, para melhor visualização em termos da atualidade da evolução do capital, dos preços e dos salários relacionados com o consumo de café.

As dificuldades até aí não foram muitas; elas realmente se aglutinaram quando começaram as séries de consumo de café.

Antes porém, procurou-se uma base teórica para a compreensão do fenômeno "consumo", através da sua conceituação. Como consumo entende-se "atividade de adquirir bens e serviços a fim de obter diretamente deles uma satisfação"<sup>7</sup>. Com base nesta proposição, aceita-se o conceito de consumo como sendo satisfação de uma necessidade do homem, seja biológica ou social.

Em relação ao consumo de café, existem alguns termos próprios que se referem à algumas características dos mercados, e necessitam de explicações. É o caso dos termos "consumo interno" e "consumo aparente". O termo "consumo interno" foi adotado em contraposição ao termo "consumo" dos países compradores de café. É termo adotado pelos órgãos competentes relacionados à política cafeeira, desde o antigo Conselho Nacional do Café, CNC, Departamento Nacional do Café, DNC, até ao Instituto Brasileiro do Café, IBC. Significa portanto, o consumo próprio de café, no Brasil. Já "consumo aparente" é um termo usado pelo IBGE, na designação de um consumo estimado para determinados produtos. Não se pode falar em consumo real de alguns produtos prin-

---

<sup>7</sup> SELDON, Arthur & PENNANCE, F. C., Dicionário de economia. Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1968. v. 1. 322 p. p. 133.

principalmente agrícolas, porque as dificuldades para obter os dados sobre consumo real são muitas, decorrentes dos desvios na distribuição e comercialização.

Este é o caso do consumo de café verde e de café torrado e moído no Brasil os quais até 1959 eram consumidos sem que se pudesse obter uma real estatística, em virtude da ausência de fiscalização na distribuição e comercialização do café<sup>8</sup>, e da existência de produção doméstica, impossível de ser calculada.

Assim, para a construção das séries sobre o consumo de café, foram adotadas as denominações de "consumo interno aparente de café verde" e "consumo interno aparente de café torrado e moído".

Para a organização destas séries de consumo, foi feita pesquisa exaustiva em publicações dos órgãos cafeeiros. Foram obtidos dados de consumo de café verde apenas para os anos de 1940, 1941, 1942, 1949, 1959 e de 1961 até 1970, constatando-se, portanto, lacuna de dados correspondente a 17 anos para o Paraná e de 15 anos para o Brasil, no aspecto de consumo total (de toda a população).

Em consequência disso, nova dúvida surgia. Usar as séries com estas falhas, fazer cálculos de estimativas, ou não utilizá-las? A solução mais viável foi empregar cálculos de extrapolação utilizando o ajustamento de curvas exponenciais.

O processamento de dados foi realizado no Centro de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Paraná.

---

<sup>8</sup>Somente em 1962 foi criado no IBC, o Departamento de Consumo interno destinado a orientar a política interna cafeeira, bem como elaborar dados estatísticos sobre o setor.

Foram extrapolados os dados referentes aos Quadros n<sup>os</sup> 29, 30, 31 e 32, pelo ajuste de polígonos ortogonais (parábolas de 4<sup>o</sup>, 5<sup>o</sup> e 6<sup>o</sup> graus, que melhor se ajustaram) com o emprego do computador IBM 1130, sendo projetados os dados referentes aos anos 1940, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958 e 1959 para o consumo de café verde per capita no Brasil; e 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961 para o consumo de café verde per capita no Paraná. Para o consumo total de café verde no Brasil, as projeções foram nos seguintes anos: 1940, 1944, 1946, 1947, 1948, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958; para o consumo de café verde no Paraná, foram: 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1960 e 1961.

Os gráficos n<sup>os</sup> 5, 17, 18, 19 e 20, foram traçados através ploter do mesmo computador. Os outros foram traçados pela autora.

Para cada dado real (isto é, aqueles dados que existiam sobre consumo), foi encontrado um correspondente estimado que recebeu a denominação de dado teórico (Quadros n<sup>os</sup> 29, 30, 31, 32, 33 e 34). Somente a partir de 1959, com a intervenção governamental no setor de torrefação e moagem de café, através do IBC, é que se tem números homogêneos sobre o consumo de café.

Para o conhecimento e a construção das séries sobre o consumo total de café torrado e moído, cujos dados não existem no país, foram feitos cálculos sobre os dados das séries do consumo de café verde. Exemplificando: calcula-se para uma saca de 60 quilos de café verde uma quebra de 20% na

industrialização, ou seja no processo de torrefação e moagem, resultando uma saca de 48 quilos de café torrado e moído<sup>9</sup>. Assim, foi calculada essa quebra ano por ano para os dados de consumo de café verde, que resultaram no consumo de café torrado e moído (Quadros n<sup>o</sup>s 33 e 34).

Nas séries de café torrado e moído em quilos, per capita, foi adotado o mesmo princípio, partindo dos dados reais para os teóricos, do café verde para o torrado e moído. Os cálculos foram feitos ano por ano.

Para a construção das séries de preços de café torrado e moído por quilo, foram reunidos os dados pesquisados em cento e noventa e dois volumes do Boletim Estatístico, do IBGE, que trazem os preços mensalmente. Foi utilizado o preço médio a varejo. Para isto foi calculada a média aritmética ponderada<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Considera-se quebra as perdas de café nos processos de torrefação e moagem. A maior incidência da perda verifica-se na torra, onde há uma "redução de peso devido à desidratação, decomposição e volatilização de compostos químicos do grão, por ação do calor. Esta parcela, (Shrinkage) constitui-se no que chamaremos de perda tecnológica e é responsável em média por 14 a 16% da redução de peso do café cru. A operação de moagem, que consiste na transformação dos grãos torrados em café em pó é realizada através da passagem do material nos discos de moagem. Tal operação pode acarretar uma perda, embora diminuta, devido à sua queima adicional provocada pelo atrito dos grãos com os discos de moagem. Além dessas perdas ocorrem outras ainda pela impureza na matéria prima, desperdício no manuseio do café torrado e do café moído.

Para sua padronização, o IBC reconhece como teto máximo de perda 20%." INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Torrefação e Moagem de café. Rio de Janeiro, 1968. P. irregular. p. 241. Datilografado.

<sup>10</sup> AZEVEDO, Amílcar Gomes de. Estatística básica. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1974. 249 p. p. 128.

Foram ainda realizados cálculos de médias móveis para os preços de café torrado e moído e para os salários em Curitiba, com o objetivo de verificação da tendência de ambos.

Além desses critérios, foram adotadas duas escalas para a elaboração dos gráficos: aritmética e semi-logarítmica. Esta última foi utilizada para todas as séries que, na escala aritmética, eram impossíveis de ser analisadas, devido às oscilações muito grandes dos dados<sup>11</sup>. Deste modo, todos os gráficos foram feitos em escala aritmética e aqueles que apresentavam variações muito grandes nos dados, foram feitos também na escala semi-logarítmica.

Para maior compreensão do assunto estudado, algumas explicações ainda são necessárias:

Um tema ligado a café, mas que não foi considerado neste estudo, por ser atividade anterior ao processo de torrefação e moagem, é o de beneficiamento. O trabalho "O Paraná e a economia cafeeira" refere-se ao processo de benefício como:

"As empresas que fazem o beneficiamento são chamadas no Paraná de "Maquinistas". Recebem o grão seco como sai da lavoura (em coco) e o transformam em um produto a ser comercializado. O conjunto de operações realizadas pelo maquinista denomina-se benefício e consta essencialmente de limpeza, descascamento e classificação."<sup>12</sup>

Em relação à construção dos gráficos relativos ao consumo, as curvas apresentam pequenos sinais em forma de cruz que representam os dados reais, para que não sejam confundidos com aqueles que foram obtidos através do ajuste de

---

<sup>11</sup>Ver sobre escala semi-logarítmica: CASTRO, Lauro Sodré Viveiros de. Noções de Metodologia. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, 1 (1): 134-136, jan./mar.

<sup>12</sup>COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ. O Paraná e a economia cafeeira. Curitiba, Secretaria da Agricultura, 1963. P. irregular. p. 3/1. Datilografado.

reta.

Partindo-se da análise da conjuntura cafeeira e do processo de industrialização do Brasil, procurou-se compreender o consumo de café como resultado da fusão dos dois processos.

## 1.2. Arquivos e Fontes.

Como o tema proposto situa-se em período relativamente recente, o levantamento e a coleta de dados foram feitos mais em bibliotecas do que propriamente em arquivos. Apesar disso, três arquivos foram importantes: Arquivo da Junta Comercial do Paraná; Arquivo do Jornal O Estado de São Paulo - em São Paulo; Arquivo da Associação Brasileira de Torrefação e Moagem de Café, ABIC - no Rio de Janeiro.

As bibliotecas consultadas foram: Biblioteca do Instituto Brasileiro do Café - no Rio de Janeiro; Biblioteca Nacional - no Rio de Janeiro; Biblioteca Pública do Paraná - em Curitiba; Biblioteca do Departamento Estadual de Estatística - em Curitiba; Biblioteca do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná - em Curitiba; Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - em Curitiba; Biblioteca do Departamento de História - em Curitiba; Biblioteca do Banco de Desenvolvimento do Paraná - em Curitiba.

As fontes básicas para este trabalho foram:

Livros "Firmas" existentes no Arquivo da Junta Comercial do Paraná. Nesses livros são feitos os registros dos estabelecimentos comerciais e industriais, de acordo com a

lei estadual nº1.982. As firmas são registradas de acordo com a sua composição jurídica, se individual ou Limitada. Para que o registro possa ser feito, nesta instituição são necessárias as seguintes informações: nome dos sócios, composição jurídica da firma, nacionalidade dos sócios, ramo de atividade, número de filiais, capital inicial, data do início de funcionamento, denominação social da firma e extrato do contrato social feito entre os sócios no caso da firma ser Limitada ou sociedade anônima. Estes registros existem na Junta Comercial do Paraná a partir do ano de 1893.

Para a realização da análise das indústrias de torrefação e moagem de café do Paraná, no período de 1940 a 1970, tornou-se imperiosa a consulta aos livros "Firmas" do nº 8 ao 14 e do nº 27 ao 940, correspondendo aos anos de 1920 até 1970. Os livros pesquisados totalizaram 831, cada um contendo em média cento e cinquenta registros de firmas.

Até 1967, as informações para os registros de firmas individuais e firmas Limitadas foram feitas nos mesmos livros. A partir dessa data, devido ao aumento dos registros de firmas limitadas, estas passaram a ser registradas separadamente em livros cujos títulos são "Firmas Limitadas".

Livros "Contratos" - Existentes no Arquivo da Junta Comercial do Paraná. Esses livros referem-se à organização das firmas limitadas. Neles são anotadas informações sobre os contratos feitos entre os sócios. De maneira geral fornecem mais subsídios sobre a origem das firmas limitadas do que os livros "Firmas". Esses livros "Contratos" foram consultados na medida em que faltavam alguns elementos importantes nos livros "Firmas".

Livros "Sociedades Anônimas, Atas e Diários Ofici-

ais". Também fazem parte do acervo do Arquivo da Junta Comercial do Paraná. Esses livros foram consultados apenas para a verificação do número de indústrias cuja composição jurídica era de Sociedade Anônima, e que se dedicavam ao setor de torrefação e moagem de café.

Além das informações contidas nos registros, haviam aquelas referentes à organização dos livros e destes no arquivo. Como: número do livro (número de ordem nas prateleiras), número do volume, número de registros (número de registros que cada livro abrange), ano do livro, número de registro de cada firma e também data de registro de cada firma.

Para levantamento desses dados, foi criada uma ficha onde pudessem ser colocados os elementos que estes livros forneciam (modelo em anexo).

Outras fontes consultadas para realização do trabalho foram:

Anuários do IBC, período de 1959 a 1973, na Biblioteca do IBC.

Anuários do IBGE, período de 1920 a 1970, na Biblioteca do IBGE.

Artigos do jornal "O Estado de São Paulo" no período de 1940 a 1970, no Arquivo do jornal "O Estado de São Paulo".

Boletins da Superintendência dos Serviços do Café, período de 1940 a 1961, na Biblioteca do IBC e na Biblioteca Pública do Paraná.

Boletim Estatístico do IBGE, período de 1936 a 1970, na Biblioteca Pública do Paraná e na Biblioteca do IBGE.

Leis e Decretos relativos às atividades da indústria de torrefação e moagem de café, período de 1930 a 1974,

no Arquivo da ABIC.

Mensagens Presidenciais ao Congresso Legislativo do Paraná, anos 1921, 1927, 1928, 1935, 1952, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, na Biblioteca do Departamento Estadual de Estatística.

Relatórios quinzenais das atividades da ABIC, no período de 1971 a 1972, no Arquivo da ABIC.

Revistas do DNC, período de 1939 a 1943, na Biblioteca do IBC.

### 1. 3 Crítica das fontes

A documentação levantada no Arquivo da Junta Comercial do Paraná foi utilizada em sua totalidade para a formação das séries estatísticas sobre as indústrias de torrefação e moagem de café.

A dificuldade encontrada para o levantamento dos dados no Arquivo da Junta Comercial do Paraná esteve na ausência de fichário por atividades, que auxiliassem a pesquisa. Os fichários existentes neste arquivo são por ordem alfabética de sócios das firmas registradas e por ordem alfabética da razão social das firmas.

Como a pesquisa objetivava o conhecimento do número de indústrias de torrefação e moagem de café registradas nesse órgão no período de 1920 a 1970, fez-se necessária a consulta a todos os livros de registros de firmas do referido período.

O levantamento foi feito folha por folha dos livros, apesar de muitos não apresentarem nenhuma informação sobre tais indústrias.

Até a década de 1940, as informações desses livros eram manuscritas, não ultrapassando duas folhas, e seguiam a mesma ordem no registro dos dados: número de registro, tipo de firma, nome dos sócios, ramo comercial ou industrial e outros.

Depois desta época, as informações passaram a ser datilografadas e mais tarde impressas e sem a seqüência de registro dos dados que havia anteriormente, o que dificultava um pouco a localização dos elementos pesquisados.

Um aspecto que ficou ressaltado com a crítica destas fontes, foi em relação a divergência entre as datas de registros das firmas e as datas de funcionamento. Isto pode ser explicado pelo fato das firmas funcionarem alguns anos antes de ser feito registro. Em certos casos constatou-se uma defasagem de até dez anos entre a data de funcionamento e a data de registro. Provavelmente as indústrias procuravam primeiro conquistar o mercado e só depois é que constituíam as firmas e as registravam.

Isso, porém, não foi suficiente para ocasionar problemas de aceitabilidade dos registros. Essas informações dos registros de firmas foram muito importantes, já que após a crítica interna e externa, elas se apresentaram fidedignas.

Em relação às fontes impressas, os artigos do jornal "O Estado de São Paulo", foram utilizados para comparação dos dados numéricos relativos ao consumo, coletados em outras fontes. Além disso, através destes artigos tomou-se conhecimento da opinião pública sobre o desenvolvimento das indústrias de torrefação e moagem de café no Brasil. Grande parte dos artigos, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, referiam-se ao problema das fraudes e adulterações fei

tas na torrefação e moagem de café e praticadas por várias indústrias no país.

Os relatórios quinzenais da ABIC contribuíram para a compreensão das dificuldades enfrentadas pelo setor de torrefação e moagem de café. Algumas vezes as informações desses relatórios não coincidiram com as fornecidas pelo IBC, mas não significou problema, pelo fato das divergências serem esparsas.

As Leis e Decretos dos governos federal e estadual, a partir de 1930, relativas às atividades das indústrias de torrefação e moagem de café, foram pesquisadas no Arquivo da ABIC e serviram para a formulação do capítulo sobre a legislação básica. Essas Leis e Decretos referem-se à organização das empresas e ao problema das fraudes e adulterações do café.

Todas essas fontes possibilitaram a formação do histórico da indústria de torrefação e moagem de café no Paraná e no Brasil e como foram fontes diversas, houve oportunidade de comprovação de informações, pela convergência das fontes.

Para o estudo do consumo de café, as fontes foram as revistas e os anuários do DNC, do IBC e os boletins da Superintendência dos Serviços do Café. Apesar de apresentarem uma certa discordância de dados, foram utilizados, já que houve possibilidade de contornar esse obstáculo pela consulta em outras fontes.

A mesma situação de desacordo de dados ocorreu com os elementos fornecidos pelos anuários do IBGE e pelos anuários do IBC, referentes ao consumo total e per capita de café em grão. Nesse caso, a solução encontrada foi a aceita

ção dos números divulgados pelo IBC, uma vez que esse é o órgão oficial para publicação das estatísticas sobre café.

Para formação das séries de preços de café torrado e moído, as fontes foram os Boletins Estatísticos do IBGE. Apesar de outras fontes apresentarem estes dados, optou-se pela primeira devido à homogeneidade dos dados.

As Mensagens Presidenciais à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, foram imprescindíveis para a compreensão da situação econômica do Estado, no período de 1920 a 1960.

As demais fontes de pesquisa, bem como a bibliografia consultada serviram de apoio para o embasamento teórico. De maneira geral, pode-se dizer que as fontes consultadas, foram pertinentes ao tema proposto e não apresentaram problemas para interpretação.

Na verdade, a pesquisa feita centrou-se mais na busca de informações quantitativas que auxiliassem e comprovassem os conhecimentos já adquiridos sobre o assunto. Devido a uma série de restrições que se faz à utilização pura e simples dos números, procurou-se nesse trabalho, usá-los para esclarecer afirmações que muitas vezes carecem de fundamento. Desse modo, as técnicas quantitativas foram meios para se chegar à interpretação qualitativa do tema estudado. Apesar, portanto, do conhecimento do caráter estimativo das estatísticas<sup>13</sup>, desde o início da análise dessas fontes, tinha-se em crédito o seu aspecto positivo: o de serem pelo menos uma aproximação da realidade.

---

<sup>13</sup>"O historiador crédulo disporá de uma bela série de números, mas serão números aproximativos." GLENISSON, Jean. Iniciação aos estudos históricos. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1961. 370 p. p. 176.

## 2. 0 CONJUNTURA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ

### 2. 1 Conjuntura cafeeira brasileira

Qualquer estudo econômico que se voltar para a industrialização ou análise do mercado interno no Brasil deve partir do estudo da expansão cafeeira. A economia cafeeira é aqui tratada com o intuito de introdução ao conhecimento do mercado interno do café em termos de consumo.

Inicialmente, a economia cafeeira no Brasil pode ser dividida em períodos representativos. Torna-se interessante analisá-la dentro de duas perspectivas: primeiro o do mercado livre, 1850 a 1906, e depois a do mercado com intervenção a partir de 1906.

De 1850 a 1906, encontram-se os reflexos constantes das crises externas no País através do mecanismo da balança comercial. Às crises externas seguia-se uma retração interna, até que se efetivasse a recuperação no mercado internacional, quando então elevava-se novamente as quantidades e os valores exportados.

A superprodução de café no início do século levou, em 1906, à política de intervenção no mercado cafeeiro, através da valorização dos preços internos com o objetivo de manutenção da renda dos cafeicultores e elevação dos preços internacionais do café para melhorar as relações de comércio Brasil. Para isso foi necessário um empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas para financiar a retirada do produto do

mercado<sup>14</sup>. Essa política perdurou até 1916 e garantiu o nível de renda de parte da população em detrimento da maioria. Até 1930, as intervenções, inicialmente estaduais e depois federal se mantêm com as mesmas características. "A valorização estava na entrada da institucionalização"<sup>15</sup>, já que a defesa dos preços do café incentivou o aumento da capacidade produtiva (muitas vezes produção de café de baixa qualidade), com a justificativa de que sempre que houvesse superprodução, o governo interviria. Com essa sustentação de preços sucederam-se safras excepcionais sem colocação no mercado internacional.

A depressão que se seguiu à crise de 1929, encontrou o Brasil nessa situação de superprodução, e a produção não conseguiu ajustar-se até por volta de 1936-1937. Para resolver a crise que se estabeleceu internamente, tornou-se premente eliminar a produção de café inferior e reduzir os estoques através de sua destruição física. Para execução dessas medidas criou-se o Conselho Nacional do Café, CNC, em 16 de maio de 1931.

Caracteriza-se, portanto, o mercado cafeeiro nesta fase por preços baixos e intervenção governamental.

Com a extinção do CNC, foi criado o DNC, em 10 de fevereiro de 1933, a quem caberia "encontrar o equilíbrio estatístico entre produção e consumo, tendo por tarefa fundamental a prática que perdurou por mais de uma década de compra e

---

<sup>14</sup>A POLÍTICA cafeeira do Brasil; 1850 - 1972. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 27 (12): 72-81, dez. 1973. p. 74

<sup>15</sup>Ibid. p. 75.

queima do café."<sup>16</sup> A recuperação só se efetiva em 1938, com o Brasil conseguindo elevar suas exportações físicas. A situação internacional, porém, começava a alterar-se com o início da Segunda Guerra Mundial, havendo novamente retração nas exportações brasileiras (entre 1939 e 1942) e defasagem com a produção, quando a oferta superava de longe a demanda<sup>17</sup>, sendo isto facilmente visível nos gráficos n.ºs 1 e 2. No período entre a depressão e a Segunda Guerra Mundial, 1931 a 1945, o governo federal retirou do mercado 95,5 milhões de sacas, correspondentes a cinco safras normais, das quais mais de 78 milhões de sacas foram destruídas por queima e outros métodos<sup>18</sup>.

Os acordos que surgiram entre países produtores e consumidores: Acordo Interamericano do Café em 1940 e Acordo de Washington em 1942 não foram capazes de resolver o problema dos países produtores. Ao estabelecer-se um preço teto para o café, incorria-se no grave erro de empobrecer as nações produtoras, no caso o Brasil, pois além da defasagem em termos de troca dos preços dos produtos agrícolas pelos industriais, ocorria internamente a elevação dos custos de produção em consequência do aumento dos salários e

---

<sup>16</sup> DUQUE, Hélio Moacyr de Souza. A industrialização do café solúvel no Brasil; 1959 - 1972. Rio Claro, 1973. (Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro). 338 p. p. 17.

<sup>17</sup> A safra de 1941/42 estava estimada em 12,7 milhões e os estoques eram 7,5. Havia disponibilidade portanto, de 20, e milhões de sacas para 11 milhões de exportação. O excesso era de 9,2 milhões. *Ibid.* p. 19.

<sup>18</sup> *Ibid.* p. 19.

mesmo do custo de vida<sup>19</sup>. Esse preço-teto vigorou de 1942 a 1946.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, a situação internacional volta à normalidade. No Brasil, mudanças políticas e sócio-econômicas alteram o perfil da sociedade brasileira. As exportações de café se mantêm, com o objetivo de obtenção das reservas cambiais, que seriam utilizadas em compra de maquinário e técnicas para as indústrias nacionais.

Daí a razão, a partir do final da Segunda Grande Guerra, de ligar-se a política cafeeira à política cambial, objetivando maximizar a receita de divisas obtidas pela venda do produto. O período de 1946-1953, caracterizou-se por uma taxa de câmbio super valorizada. "Em 1946, 36% das divisas obtidas pela exportação do Brasil pertencem ao café, e em 1948, esta porcentagem subia para 42%, chegando até 74% em 1952..."<sup>20</sup>

Mas, para a obtenção dessas cambiais, o governo mantinha o preço elevado e, para isso, necessitava retirar os excedentes do mercado. Tal política funcionou como incentivo à produção em outros países e perpetuou internamente a má qualidade do café brasileiro.

Em 1958-1959, devido à safra volumosa ( ver Quadro nº12 e Gráfico nº1), foram retiradas do mercado 11 milhões de sacas. Passava o país a arcar praticamente sozinho com o ônus

---

<sup>19</sup> Ibid. p. 19.

<sup>20</sup> DELFIM NETTO, Antonio & PINTO, Carlos Alberto de Andrade. O café do Brasil. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, 1973. p. 301-348, p. 301.

da defesa do produto, política que prevaleceu até meados da década de 1960. Assim,

" ... com relação ao café, o Brasil, ao iniciar-se a década de 1960, assumia uma posição de manutenção e uma limitação de oferta no mercado internacional, procurando conservar com esta disciplina de oferta de café por parte das nações produtoras, uma receita cambial mais equilibrada. E assim se-  
rá, sobretudo com referência aos governos Janio Quadros e João Goulart. Foi igualmente, em 1961, que o Brasil passou a encarar com mais realismo a necessidade de eliminação da superprodução cafeeira, criando um órgão especificamente encarregado de racionalizar a cultura cafeeira dentro do território nacional."<sup>21</sup>

Através do IBC, o governo evitou estimular o produtor, adquirindo café excedente a preços baixos e iniciando a campanha de erradicação de cafeeiros improdutivos por força de idade, além de adotar a eliminação gradual do objetivo de maximização da receita cambial, diminuindo a participação do café no total de divisas brasileiras. A partir de 1962, a política de erradicação de cafeeiros foi executada pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, GERCA. O importante na época era o processo de industrialização, tentativa de inversão de uma política secular.

---

<sup>21</sup> DUQUE, Hélio Moacyr de Souza. A industrialização do café solúvel ... p. 60.

## 2.2. Conjuntura Cafeeira Paranaense

Desde fins do século XIX que as terras do norte do Paraná apresentavam-se aos olhos de paulistas e mineiros plantadores de café como favoráveis para a expansão do cultivo do produto. Chega-se mesmo a falar em invasões de fazendeiros paulistas, que consideravam as terras paranaenses prolongamento daquelas de seu Estado.<sup>22</sup>

Historicamente a ocupação daquela parte do Estado inicia-se como resultado da expansão do café, cujo roteiro vinha se traçando desde o Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro.

O desenvolvimento da região norte paranaense fez-se voltado para São Paulo. Daí a preocupação da administração pública paranaense em integrar essa região ao restante do Estado. Isto porque a região, representando uma expansão paulista, era aquele Estado que dirigia seus interesses uma vez que a facilidade de escoamento da produção era muito maior naquela direção, através dos ramais da Sorocabana, do que para Paranaguá, porto de difícil acesso para o norte do Estado devido à ausência de estradas.

Em 1892, esta preocupação era bem visível na Mensagem do Presidente Xavier da Silva ao Congresso Legislativo Estadual. "se essas férteis zonas ao norte de Jaguariaíva, São José da Boa Vista, Tomazina, se estas férteis zonas não forem servidas por uma estrada de rodagem, quando não possam ser por uma estrada de ferro, os seus produtos demanda-

---

<sup>22</sup>WESTPHALEN, Cecilia Maria et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Departamento de História, (7):1-52, 1968. p. 3.

rão os mercados de São Paulo, escoando-se pela ferrovia Sorocabana, que em dois ramais, procura as fronteiras do Estado do Paraná, sendo que um vem terminar nas margens do rio Paranapanema (Ourinhos) e outro na do Itararé."<sup>23</sup>

A expansão da cultura cafeeira no norte do Paraná foi despertada pela aproximação dos trilhos da Sorocabana e essa expansão beneficiou muito mais as populações paulistas do que o restante da população paranaense concentrada na região sul do Estado.

No Paraná ocorreu a mesma coisa que Roberto Simonsem havia detectado para São Paulo: "Enquanto a rede ferroviária fluminense foi servir zonas já produtoras, a rede paulista ao invés foi como as despertar."<sup>24</sup>

Surgem as primeiras cidades. Tomazina, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina são representativas da penetração naquela região, hoje denominada Norte-Velho. Até a década de 1920, completa-se a ocupação e o café desponta como atividade econômica importante.

No exercício de 1925/26, a exportação do café havia atingido a cifra de 28.702:364\$500, enquanto que no anterior 1924/25 tinha sido de apenas 6.912:177\$000, sendo a diferença de exportação, entre um exercício e outro, de 21.709:187\$500.<sup>25</sup> Esta evolução do valor das exportações pa

---

<sup>23</sup>BALHANA. História do Paraná... p. 259.

<sup>24</sup>ASPECTOS da história econômica do café. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, 65 (6):149-226, fev. 1940. p. 183

<sup>25</sup>ROCHA, Caetano Munhoz da. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1927. p. p. 80.

paranaenses evidencia que os esforços voltaram-se realmente para a produção de café.

Já em 1927, na Mensagem ao Legislativo Estadual, proclamava-se que os dados estatísticos mostravam que a expansão da rubiãcea era notória, e que nos últimos anos havia duplicado o valor das exportações paranaenses, apesar do declínio das exportações da erva mate e da madeira. "...o café que começa a influir sensivelmente na situação financeira e econômica do Estado compensa satisfatoriamente as diferenças verificadas."<sup>26</sup>

Essa expansão da produção cafeeira paranaense foi possível porque o plantio de cafeeiros havia sido proibido em todo o território nacional, através de uma legislação bastante severa estabelecida em 1932, face à crise cafeeira que se delineou após a grande crise de 1929. "A única exceção era o Paraná e os Estados que tivessem menos de 50 milhões de pés plantados. Esses poderiam plantar até atingir tal limite."<sup>27</sup>

Desse modo conjugaram-se vários fatores favoráveis para a intensificação da cafeicultura em território paranaense: terras férteis, clima favorável, o não gravamento pelo regime de quotas, possibilidade de escoamento da produção através das ferrovias que chegavam ao Estado e a facilidade de aquisição da terra.

Todas essas condições tornavam a empresa cafeeira no norte do Estado altamente lucrativa. Vieram para a região elementos de todo o Brasil. Concessões de terras foram feitas,

---

<sup>26</sup> Ibid. 78.

<sup>27</sup> PELAEZ, Carlos Manuel. História da industrialização brasileira. Rio de Janeiro, APEC, 1972. 241 p. p. 49.

e as companhias colonizadoras tiveram grande participação na estruturação da propriedade e conseqüentemente na expansão da cafeicultura.

Esforços conjugados de particulares e do governo paranaense levaram a um "boom" produtor. "A área plantada com café, que, em 1944, era de cerca de 107 mil hectares, alcançou em 1949, a 242 mil hectares e 352 mil hectares em 1952."<sup>28</sup>

Após o término da Segunda Guerra Mundial, fazia-se sentir a escassez do produto no mercado internacional. Entre 1949 e 1951, os preços permaneceram elevados o que estimulou a exportação paranaense e brasileira, como pode ser visto nos Gráficos 2 e 4. Essa mesma conjuntura de preços favoráveis estimulou a produção paranaense. As safras previstas para o início de década de 1950 eram gigantescas. Delineou-se uma crise de superprodução cafeeira, até que em 1953 e 1955 geadas reduziram a produção e mantiveram elevados os preços do café. Isso foi suficiente para incentivar aumento de produção.

Em quatro anos, de 1955 a 1959, a produção paranaense passou de 3.900.000 sacas para 20.656.000, evidenciando um crescimento de 430%, como pode ser visto no Quadro

e Gráfico nº 3. Em comparação, a produção brasileira passava, no exercício 1956/57, de 12.535.000 sacas para 44.130.000 no exercício de 1959/60, com um crescimento de 252%.

Considerando-se que o cafeeiro só produz após quatro anos, o aumento da produção nesse período decorreu do plantio efetuado na primeira metade da década de 1950, pa-

---

<sup>28</sup>BALHANA. História do Paraná... p. 222.

ra substituir, em parte, os cafeeiros danificados pelas geadas de 1953 e 1955.

"Esta entrada súbita da produção paranaense na oferta mundial é o fator mais importante no desequilíbrio entre a oferta e a demanda, em termos mundiais e principalmente nacionais."<sup>29</sup>

Formou-se enorme massa de excedentes que ainda foi agravada por safras altas, como as de 1960/61 e 1961/62. Os estoques de café nas mãos do governo elevaram-se consideravelmente, em consequência desses excedentes paranaenses. O Quadro nº 1 mostra a posição dos estoques em mãos do governo.

QUADRO Nº 1

ESTIMATIVA DOS ESTOQUES BRASILEIROS DE CAFÉ

1955 - 1963

ANOS	ESTOQUE (Em milhões de sacas)
1955 - 1956	6,8
1956 - 1957	5,4
1957 - 1958	13,4
1958 - 1959	25,7
1959 - 1960	41,6
1960 - 1961	47,8
1961 - 1962	60,1
1962 - 1963	62,6
Total	263,4

FONTE: CODEPAR. O Paraná e a economia cafeeira. 1963. p. 1/19.

A maior agravante desses estoques era a qualidade.

<sup>29</sup>COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ... p. 1/13.

Grande parte estava constituída de café de tipo inferior , ou seja, tipos 6,7 e 8, com elevada porcentagem de cafés rio e riado<sup>30</sup>, de difícil colocação no mercado internacional.

Para avaliação do montante de excedentes que o Paraná produziu, coloca-se em confronto a produção e a exportação, Quadros e Gráficos n<sup>o</sup>s 14 e 15. Verifica-se que, de 1955 a 1963, o excedente chegou a 96 milhões de sacas, correspondentes a 36,4% do total dos estoques em mãos do governo acumulados no mesmo período.

Considerando-se o consumo nacional de café no mesmo período, de 1955 a 1963, como de 33.500 sacas, Quadro n<sup>o</sup> 17, chega-se à evidência que somente o Estado do Paraná abasteceria o Brasil inteiro e ainda lhe restariam excedentes para suprir a demanda mundial do período em cerca de 60%.

Entrava, assim, o Estado do Paraná na década de 1960 com uma situação econômica difícil e na total dependência da cultura cafeeira.

A dificuldade de colocação no mercado desse café , de tipos inferiores, levou a uma política de erradicação de cafeeiros cansados, improdutivos e mal localizados, e também à diversificação agrícola.

O Estado do Paraná passou a buscar novas forças pa

---

<sup>30</sup> RIO - Diz-se do gosto característico da bebida dos cafés do Estado do Rio e da Zona da Mata (Espírito Santo e Parte de Minas Gerais) que apresentam um sabor de iodofórmio. RIADO - Diz-se do gosto característico da bebida de certos cafés que apresentam um leve sabor rio. INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. ABC do café. 2. ed. Rio de Janeiro, 1973. 73 p. p. 61.

ra a sua economia. Voltava-se agora para a industrialização, a policultura e a pecuária.

O Brasil, como saída para o problema dos excedentes, lançou mão da "política de subsídio" para o consumo interno, que até então tinha sido insignificante no país. Objetivava-se com essa política o aumento de consumo de café e também o entrosamento da política cafeeira com o processo de industrialização. Ao fornecer café a preços baixos, o Instituto Brasileiro do Café procurava fomentar o desenvolvimento de indústrias de torrefação e moagem de café e melhor estruturação do mercado interno do produto.

### 2. 3. Industrialização do Brasil

" A industrialização é um processo: é um conjunto de mudanças, dotado de uma certa continuidade e de um sentido. Seu sentido é dado pela transformação global de um sistema econômico-social de base não industrial (no caso brasileiro: de base agrária-exportadora). É por operar num sistema que a industrialização implica em um conjunto articulado de mudanças, e é por essa via que ela se distingue da simples criação de indústrias."<sup>31</sup>

Dentro desta perspectiva, inclui-se o processo de industrialização no Brasil, que se desenvolveu a partir dos fins do século XIX através de fases bem distintas.

---

<sup>31</sup>COHN, Gabriel. Problemas da industrialização no século XX. In: MOTTA, Carlos Guilherme. Brasil em perspectiva. 4. ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973. Cap. 9, p. 283-316. p. 283.

Basicamente duas fases podem ser identificadas: uma que se estende dos fins do século passado até 1929, onde o fator dinâmico foi a elevação da renda interna através do setor exportação, e na qual a preocupação industrialista não se fazia sentir como meta governamental<sup>32</sup>; outra a partir de 1929 que se estendeu pelas décadas seguintes, cujas causas encontram-se na conjuntura externa de crise dos países exportadores de bens de consumo e no crescimento do mercado interno brasileiro. Configurando-se, portanto, uma conjugação de condições internas e externas favoráveis à industrialização brasileira<sup>33</sup>.

Entre 1912 e 1920, durante Primeira Guerra Mundial, criaram-se condições propícias para uma arrancada industrial, na medida em que, pela primeira vez na história do Brasil, estabeleceu-se um isolamento entre a economia brasileira e os centros econômicos internacionais, possibilitando ao país a descoberta de suas potencialidades como consumidor de seus próprios artigos manufaturados. Na verdade, não houve um surto industrial, mas a utilização de uma capacidade ociosa existente<sup>34</sup>, na proporção em que havia mercado.

Essa industrialização, ainda que incipiente, baseou-se em indústrias de alimentação e em indústrias têxteis.

---

<sup>32</sup>Ver para compreensão do desenvolvimento industrial do fim do século XIX e início do XX: LUZ, Nicea Vilela. A luta pela industrialização do Brasil; 1808 a 1930. 2. ed. São Paulo, Alfa Omega, 1975. 216 p.

<sup>33</sup>FURTADO, Celso. A Hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. 192 p., p. 135.

<sup>34</sup>PELAEZ, Carlos Manuel. História da Industrialização. p. 44

Na década de 1920, com a reintegração da economia brasileira no mercado mundial, estabeleceu-se um período de estagnação para as indústrias, estagnação esta que se mantém em virtude de política de sustentação dos preços do café, financiada por capitais estrangeiros, tornando o setor cafeeiro muito mais atrativo que o industrial. Foi necessária nova crise para que o setor industrial fosse novamente reativado.

A crise mundial de 1929 reflete-se no Brasil na medida em que há ligações entre o Brasil, produtor de café, e os Estados Unidos, maior consumidor mundial do produto. Com a contração de rendas naquele país, reduzem-se as suas importações de café e isto faz com que se reduzam as exportações brasileiras. Com a retração das exportações de café, o país limita as suas importações, face aos desníveis provocados na balança comercial. Como a demanda de bens de consumo já era significativa, surge a necessidade de atendê-la. Aquele momento de crise se traduziu em estímulo à indústria brasileira.

Além disso, o mecanismo de defesa do setor cafeeiro adotado pelo governo, também se traduziu em estímulo à industrialização. Isso através da compra dos estoques excedentes e da destruição dos mesmos, que manteve a renda dos cafeicultores. Além desse mecanismo, outras medidas foram tomadas para manutenção dessa renda. Entre elas, o governo tomou para si os débitos dos produtores agrícolas, permitindo a moratória das dívidas<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup>BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975. 430 p. , p. 17.

Nos primeiros anos do governo Vargas, a limitação às importações, face à redução das exportações, provocou carência no mercado interno que, em virtude do reajustamento econômico efetivado, manteve-se nos mesmos níveis de demanda anteriores à crise. Como a renda dos cafeicultores foi mantida, conservou-se a procura de bens importados, os quais internamente aumentaram de preço, tornando portanto vantajosa a sua produção por indústrias brasileiras, que produzindo mais, tinham maior rentabilidade face à diferença entre o custo e o preço da mercadoria<sup>36</sup>.

Desse modo, "a economia brasileira não só encontrou em si mesma os estímulos necessários para contrabalançar as influências depressivas externas, como também foi bem sucedida no desenvolvimento da produção de alguns bens de capital indispensáveis a manutenção de sua capacidade produtiva."<sup>37</sup>

O impulso recebido na década de 1930 elevou substancialmente o nível da produção industrial em relação à década de 1920, chegando mesmo a 60% acima daquele de 1928<sup>38</sup>.

Mas as mudanças que se efetuaram não foram de estrutura; apenas cresceu a produção industrial, pois as indústrias predominantes em 1940 ainda eram as têxteis e as de produtos alimentares.

Com a Segunda Guerra Mundial, repetem-se os mecanismos de incentivos à indústria nacional com a redução das

---

<sup>36</sup>FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964. 292 p. p.

<sup>37</sup>BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico. p. 18.

<sup>38</sup>Ibid.

importações. Apesar de não haver aumento das exportações brasileiras, o seu valor aumentou, o que permitiu acumulação de divisas, que passaram de "US\$ 71 milhões, às vésperas da Guerra, para US\$ 708 milhões, em 1945."<sup>39</sup>

No entanto, de nada adiantaram por causa da política efetivada no pós Guerra, de liberação das importações.

Nesse mesmo período, a sustentação de preços do café encorajou o aparecimento de competidores externos e reduziu as exportações brasileiras.

Assim, dentro desse quadro de exportações decrescentes, o governo tomou para si a decisão de modificar a estrutura econômica do país.

Essa preocupação torna-se uma constante, porque em 1943, no Congresso Brasileiro de Economia, em Petrópolis, recomendava-se "ao governo uma política governamental de criação de indústrias de base, proteção e incentivos às médias e pequenas indústrias, além de modernização do parque industrial."<sup>40</sup>

Desenvolve-se assim a via de substituição de importações como modelo de desenvolvimento.

Esse processo baseava-se na produção de bens que viessem abastecer o mercado interno de importações, criando possibilidades de desenvolvimento de um parque industrial inicialmente voltado para a produção de bens

---

<sup>39</sup> Ibid. p. 39.

<sup>40</sup> DUQUE, Hélio. A Industrialização do café solú-

vel ... p. 25.

de consumo<sup>41</sup>.

Essa maior participação do Estado na vida econômica do país, a partir da década de 1930, foi resultado da conjuntura de crise que se estabeleceu no mundo inteiro, após 1929. Tornava-se necessária intervenção do Estado na vida econômica, para controlar a amplitude das flutuações que tornavam-se cada vez mais amplas, dadas as características do capitalismo liberal. A política do governo de Vargas após 1930 caracterizou-se como anticíclica e para isso foi necessária a criação de diversos órgãos administrativos que controlassem a produção e a comercialização de alguns produtos importantes na pauta das exportações: tais foram o caso do Conselho Nacional do Café, do Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool e de outros.

Por todo o mundo, a intervenção governamental na vida econômica se institucionalizou após 1929. As décadas seguintes refletiram, portanto, essa intervenção. Passou-se do capitalismo liberal para o capitalismo de Estado<sup>42</sup>.

---

<sup>41</sup>"Entende-se, no entanto, que essa designação será aplicada, daqui por diante, em um sentido lato, para caracterizar o processo de desenvolvimento interno que lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial." TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de Importações ao Capitalismo financeiro; Ensaios sobre a economia brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973. 263 p., p. 41.

<sup>42</sup>"O Estado deve intervir sempre que a iniciativa privada não estiver capacitada a superar os obstáculos ao desenvolvimento industrial." WIRTH, John D. A política do desenvolvimento na era de Vargas. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973. 216 p., p. 162.

Ao término da 2a. Guerra Mundial, a pressão internacional tornou-se crescente para o país, no sentido de uma re-integração no cenário mundial, o que fez com que se tivesse de optar entre as oportunidades de desenvolvimento que se apresentavam, autônomo ou dependente.

A opção fundamentou-se na continuação do processo de desenvolvimento industrial, mas aliado ao capital estrangeiro. Acelerou-se a extensão e sofisticação do parque industrial, voltado inicialmente para o mercado interno.

Isso ocorre durante os dez primeiros anos, sendo que "o período 1955-1961 marcou, indiscutivelmente, a formação dos primeiros traços da nova integração brasileira às economias desenvolvidas, bem como sua nova característica de dependência."<sup>43</sup>

Essa estrutura dependente se estabeleceu quando, já iniciado o processo de industrialização, as inversões estrangeiras passaram a controlar o setor industrial, e a capitalização advinda daí satisfaz os setores urbanos, a indústria e os exportadores<sup>44</sup>.

Além disso, acentuou-se a dependência à medida que desenvolvia-se plenamente o processo substitutivo de importações que tornou a economia mais vulnerável ao comércio internacional, no sentido de que para a substituição das importações de bens de consumo duráveis necessita-se de bens de capital, que só são adquiridos através de divisas oriundas do se-

---

<sup>43</sup>CARRION JUNIOR, Francisco M. O Modelo Brasileiro. Porto Alegre, Zeta, 1975. 153p., p.66.

<sup>44</sup>LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. América Latina contemporânea: modernização, desenvolvimento, dependência. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 205p., p. 94-96.

tor exportador tradicional<sup>45</sup>.

Na década de 1950, a industrialização brasileira está consolidada, tanto que, de 1947 a 1961, o produto real da indústria elevou-se em 262%, ao passo que o da agricultura, em 87%.<sup>46</sup> Ocorria uma mudança de estrutura, diminuía o peso da agricultura no produto interno do país e elevava-se o da indústria, como o setor dinâmico da economia.

A década de 1960 trouxe uma série de modificações políticas e econômicas, introduzindo a economia brasileira, cada vez mais, na economia mundial e alterando o processo substitutivo de importações pela saturação que as indústrias encontravam no mercado consumidor, por se tratar na maioria, de indústrias de bens de consumo duráveis.

Além disso, uma distorção gerada no início do processo substitutivo de importações surge agora como fator limitativo do desenvolvimento industrial: passou-se a produzir no país exatamente aquilo que o estrangeiro produzia com boa qualidade, o que incapacitou as indústrias nacionais para a concorrência internacional.

Como o setor exportador estava cada vez mais defasado nos termos do intercâmbio, a década de 1960 representou uma crise no processo de industrialização. De acordo com Celso Furtado "esse problema só encontrará solução se o país conseguir integrar-se nas correntes do comércio internacional de produtos industriais, que crescem com rapidez muitas vezes su

---

<sup>45</sup> SUNKEL, Osvaldo e PAZ, Pedro. Um ensaio de interpretação do desenvolvimento latino-americano. São Paulo, DIFEL/FORUM, 1975. 151 p., p.134.

<sup>46</sup> BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil... p.60.

perior à corrente das exportações de produtos primários."<sup>47</sup>

Caracteristicamente, desenvolveram-se nessa década as indústrias de torrefação e moagem de café, que estavam sendo subsidiadas e controladas pelo IBC.

#### 2. 4. Industrialização do Paraná

No Brasil, o processo de industrialização só tomou vulto, quando se verificou que a dependência estrutural das exportações que se havia criado ao longo do tempo era limitadora do desenvolvimento. E na medida em que o mercado internacional evoluía, no sentido de baixa dos preços dos produtos agrícolas e elevação dos industrializados, tornou-se premente a industrialização.

No Paraná, essa preocupação não foi contemporânea à do Brasil, porque exatamente na conjuntura industrializante brasileira da década de 1930, o Estado realizava sua inserção na economia do país como um todo, através da cultura cafeeira. Esta condicionou a evolução econômica e social do Paraná até a década de 1960.

Anteriormente, em fins do século XIX, encontra-se esporadicamente o despertar de indústrias, mas que analisadas em conjunto, não chegam a compor um processo de industrialização. Dentro desse caráter esporádico, podem ser colocadas algumas iniciativas, como a que se estabeleceu com o afluxo de imigração européia para o Estado. Parte dessa população, que nem sempre possuía tradição rural, estabeleceu-se nas cidades

---

47

FURTADO, Celso. A hegemonia ... p. 179.

iniciando atividades ligadas ao comércio e à indústria. Entre os contingentes que vieram e se dedicaram a estas atividades, destacou-se principalmente o dos alemães. Foi "... notória a preponderância do elemento germânico nato ou descendente em certos ramos comerciais e industriais de Curitiba."<sup>48</sup>

"No início do século XX, todas as três fábricas de bebidas gasosas e de brinquedos, as duas casas de artefatos de couro, as duas fábricas de cola, as cinco fundições, as duas fábricas de meias, as duas casas de instrumentos de música, a única casa de carimbos de borracha, as únicas fábricas de tecidos, de fósforos, de pianos e a única tinturaria, pertenciam à colônia germânica."<sup>49</sup>

Como nos fins do século XIX e início do XX Curitiba representava o principal centro populacional, pode ser estendida ao Estado a afirmação de que algumas mudanças que aqui ocorriam com relação à economia eram devidas aos imigrantes.

A preocupação com a industrialização ainda não entusiasmava grande parte da população pelo fato de haver atividades altamente lucrativas como a exploração e exportação da erva mate e de alguns produtos florestais, como a madeira. Assim do século XIX até as quatro primeiras décadas do XX, predominaram estas explorações.

A mentalidade empresarial de alguns imigrantes, não

---

<sup>48</sup> BALHANA, Altiva Pilatt & NADALIN, Sérgio Odilon. A imigração e o processo de urbanização em Curitiba. In: SIMPOSIO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 7. , Belo Horizonte, 1973. Anais ... São Paulo, Revista de História, 1974. v.3, p.527/536. p.533.

<sup>49</sup> Ibid.

conseguiu sobrepujar os interesses ligados às atividades extra-  
tivas e agrícolas.

A partir de 1930, com a monocultura cafeeira, o Paraná reforçava sua característica de centro puramente agrícola. Nesse momento, o Estado transformava-se em polo de atração populacional.

A ocupação rápida da terra foi possível graças à conjuntura favorável que se formara em torno do norte do Estado, em relação à aquisição de terras e expansão das lavouras cafeeiras que, em São Paulo e Minas Gerais, estavam limitadas.

"Como extensão direta da economia paulista, o desenvolvimento do norte do Paraná baseou-se no know-how, capital e trabalho qualificado das regiões cafeeiras mais antigas de São Paulo." <sup>50</sup>

Aliado a essa dinâmica de colonização da região esteve o crescimento demográfico. A população do Estado evoluiu de 685 mil habitantes em 1920 para 1.236.000 em 1940, 2.115.000 em 1950 e 4.200.300 em 1960, "revolucionando inclusive as estruturas demográficas paranaenses." <sup>51</sup> Esse crescimento populacional pode ser constatado através do Quadro nº 16 e Gráfico nº 5 que apresentam tendências de expansão. Verifica-se mesmo que, a partir de 1945 a elevação significativa, tanto no aspecto total como nos setores rural e urbano.

Com isto, toda a área norte do Paraná foi ocupada, des

---

<sup>50</sup> NICHOLLS, William H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil; o Estado do Paraná, 1920-1965. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 24(4):33-91, out/dez 1970 p.48.

<sup>51</sup> BALHANA. História do Paraná... p.223.

de a divisa nordeste com São Paulo até a região entre os rios Ivaí e Piquiri, sendo a cultura cafeeira a base da exploração econômica e originadora de uma nova estrutura social no Estado.

Paralelamente a esse dinamismo agrícola, desenvolveram-se algumas atividades dependentes da agricultura, e que aos poucos se firmaram. Entre elas, atividades ligadas ao beneficiamento primário de produtos agrícolas, principalmente do café.

Surgem também, para o abastecimento da população, indústrias de transformação de produtos alimentícios que, no período de 1940 a 1960, já representavam 32% do total de estabelecimentos industriais do Estado.

Com base no Quadro nº 17 e nos Gráficos nºs 6 e 7, pode-se defender a tese de que o Estado do Paraná e o Brasil tiveram a mesma conformação industrial, apesar da defasagem cronológica em relação à época de aparecimento dos estabelecimentos industriais. Ambos orientaram-se principalmente na produção de gêneros alimentícios.

Com essa orientação, o setor industrial do Estado teve um crescimento bem mais lento que o agrícola, não só pelo predomínio do último, mas também pela baixa rentabilidade do primeiro.

Alguns autores chegam a mostrar que a participação do setor industrial na renda gerada pela economia do Estado diminuiu.

"De 1947 a 1951 a participação do setor industrial na economia paranaense manteve-se em torno de 12 a 14%, alcançando um máximo de 14,5% em 1951. De 1951 em diante, a medida em que se completava a

expansão do café, a participação percentual das in  
dústrias na renda gerada pela economia paranaense  
começou a cair, alcançando em 1966, em valores consu  
tantes a 6%."52

Isso é de fácil compreensão, haja visto que todo o ex-  
cedente da renda gerada orientava-se para o setor agrícola, que  
limitava a destinação de recursos para outras atividades. Além  
dessa reinversão de capitais na lavoura como fator de atraso do  
setor industrial, havia também a drenagem de capitais para ou-  
tras regiões fora do Paraná, porque

"No momento em que o Estado entra na produção de café  
e passa a exportá-lo, a renda que recebe por esta ex-  
portação é também parcialmente gasta na importação de  
produtos industrializados. Só que, como já existia no  
Brasil um processo de substituição de importações, não  
se vai mais comprar no exterior, e sim na região in-  
dustrializada do País." 53

Dadas estas condicionantes, só se desenvolveram as ati-  
vidades realmente ligadas ao beneficiamento de matérias primas e  
às indústrias de transformação de produtos alimentícios, entre e  
las a torrefação e moagem de café.

Esta foi a característica do setor industrial até a dé-  
cada de 1960, quando o Estado tomou consciência da necessidade  
de desenvolvimento de uma infra-estrutura que facilitasse a ar-  
rancada industrial do Paraná.

---

52 MAGALHÃES FILHO, Francisco. Perspectivas industriais do Para-  
nã. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, (15):9-23, nov/dez.1969.  
p.14.

53 Ibid.

Mas, em termos de Brasil, foi exatamente nessa década que o processo substitutivo de importações começou a apresentar sintomas de redução de vitalidade, entrando o país em acentuada crise. Diante disso, a situação do Paraná não era das melhores, já que o setor cafeeiro não mais apresentava o dinamismo dos primeiros tempos.

Importante a assinalar é que, exatamente nessa década de crise, desenvolveram-se as indústrias de torrefação e moagem de café em todo o Brasil, em virtude da "política de subsídio". Esse desenvolvimento traduziu-se mais em crescimento numérico das indústrias do que na expansão da produção nas unidades existentes. O Quadro nº 2, referente às indústrias de torrefação e moagem de café registradas no IBC a partir de 1959 revela esse crescimento. De 1959 a 1960, verifica-se um crescimento de 162,4%, e uma constante elevação até 1966. A partir daí, depara-se com sensível diminuição resultante da alta do preço da matéria prima fornecida pelo IBC e da pouca rentabilidade que o setor foi apresentando, desestimulando futuras instalações.

QUADRO Nº 2  
INDÚSTRIAS DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ REGISTRADAS NO IBC  
RIO DE JANEIRO - 1959 - 1970

ANOS	EM N.ºS. ABSOLUTOS
1959	1.358
1960	2.205
1961	2.274
1962	2.327
1963	2.245
1964	2.714
1965	2.822
1966	2.860
1967	2.771
1968	2.565
1969	2.338
1970	1.896

FONTE: Anuários IBC

Esse mesmo comportamento verifica-se nos registros de torrefações na Junta Comercial do Estado do Paraná. De 1959 a 1964, há aumento de registros de 245%, superando inclusive aquele do Brasil. A partir de 1964, há decréscimo que vai até 1970 (Quadro n° 19). Essa oscilação pode ser explicada através do mesmo raciocínio aplicado para o Brasil. A industrialização do Paraná seguiu os mesmos moldes da industrialização do Brasil, inclusive em relação à nacionalidade do empresariado. Vários trabalhos procuram identificar a relação entre imigração, urbanização e industrialização, chegando mesmo a colocar o imigrante como um dos agentes da modernização de determinadas regiões brasileiras, como São Paulo<sup>54</sup> e Paraná<sup>55</sup>, em virtude da sua participação nas elites empresariais. Pode-se afirmar que as principais atividades econômicas do Estado estavam concentradas nas mãos de imigrantes ou de seus descendentes, principalmente daqueles de origem germânica.

O mesmo não ocorre com os elementos que se dedicam à indústria de torrefação e moagem de café. Os dados coletados na Junta Comercial do Paraná permitiram a observação de que a maioria dos empresários que se dedicaram a esse setor eram de nacionalidade brasileira. Inclusive, numa rápida análise dos sobrenomes, verifica-se que predominam aqueles de origem brasileira. Embora nem todos os elementos que registravam firmas individuais declarassem sua nacionalidade, constatou-se que as estrangeiras concorriam com baixa porcentagem. Entre elas, a polonesa e a portuguesa são as que mais aparecem, numa proporção de 25% e 20%.

---

<sup>54</sup>WARREN, Dean. A industrialização em São Paulo. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971. 269 p.

<sup>55</sup>BALHANA & NADALIN. A imigração...

do total de registros. Os Quadros n<sup>o</sup>s 27 e 28 mostram esses dados.

Como síntese da análise feita, pode-se afirmar que o Estado do Paraná, desde o século XIX até a década de 1960, permaneceu com uma estrutura econômica agrícola. As indústrias que se estabeleceram foram de certa maneira ligadas à principal atividade exportadora. O setor industrial foi composto, principalmente, por indústria de transformação de produtos alimentares que resultam em baixo valor agregado e não concorrem para mudança de estrutura.

Foi somente a partir da década de 1960 que a preocupação industrial tomou corpo no Estado. A década atual presencia um dinamismo neste sentido.

## 2. 5. As Flutuações da Economia Paranaense

A preocupação com o estudo das flutuações está ligada à necessidade de verificar a correspondência dos ciclos formados na produção e na exportação de café no Paraná, com aqueles verificados para o Brasil.

Esse estudo permite a visualização da economia paranaense como um reflexo da economia nacional, mostrando que os fatores condicionantes dos movimentos para a alta e para a baixa da produção e da exportação são os mesmos em ambas, apesar de às vezes existir certa defasagem cronológica na conformação dos ciclos.

A terminologia usada nesse estudo para designar os vários tipos de ciclos está de acordo com estudiosos da teoria dos ciclos, cujas primeiras análises foram feitas por Juglar, Kitchin

e Kondratieff. Entre esses estudiosos encontram-se Akerman<sup>56</sup>, Estey<sup>57</sup> e Pièttre<sup>58</sup>.

Deste modo, um ciclo curto, de duração em torno de 3 a 4 anos, é denominado ciclo de Kitchin. O ciclo um pouco maior com duração de 6 a 12 anos, é designado ciclo de Juglar e o ciclo maior que chega a abranger 50 a 60 anos é chamado ciclo de Kondratieff ou movimento de longa duração.

Encontram-se na economia cafeeira paranaense, de 1940 a 1970, ciclos que se identificam com os de tipo Kitchin e Juglar e oscilações breves que não chegam a atingir 2 anos. E esses ciclos foram reflexos daqueles ocorridos na economia cafeeira brasileira, ou seja, a economia do café no Paraná no período citado, foi marcada profundamente pelas oscilações da economia cafeeira do Brasil.

Analisando separadamente os Gráficos referentes ao Paraná e ao Brasil encontramos: na produção paranaense de café verde, Gráfico nº 3, de 1940 a 1943 uma fase de baixa produção que se recupera lentamente até 1950, caracterizando um ciclo tipo Juglar. De 1950 a 1952 e de 1952 a 1955 formaram-se oscilações breves tipo Kitchin. De 1955 a 1959 aparece nitidamente a fase de expansão do ciclo em que atinge o ponto mais alto em 1959, para em seguida entrar em depressão. Esse ciclo abrange 5 anos. Analisando o Gráfico nº 3 como um todo, pode ser observado que, de 1940 a 1963, há uma fase de característica ascen-

---

<sup>56</sup> AKERMAN, Johan. Structures et cycles économiques. Paris, Presses Universitaires de France, 1955. v. 1, 234 p.

<sup>57</sup> ESTEY, James Arthur. Ciclos econômicos; sua natureza, causa e controle. 3. ed. São Paulo, Mestre Jou. 537 p.

<sup>58</sup> PIÈTTRE, André. Histoire de la pense économique et analyse des theories contemporaines. Paris, Dalloz, 1973. 561 p.

são até 1959, quando então inicia a outra fase de depressão.

Na produção brasileira de café verde, Gráfico nº 1, de 1944/45 a 1954/55, encontra-se um ciclo tipo Juglar: de 1954/55 a 1956/57 forma-se uma oscilação breve que caracteriza um ciclo tipo Kitchin. Até 1959 há uma fase de ascensão, quando então inverte-se a tendência. De maneira geral nessa produção brasileira de café os ciclos foram bem característicos: de 1940/41 a 1959/60, há uma fase de ascensão com oscilações breves, sendo que o limite da expansão situa-se também no período 1959/60. Após esta data estabelece-se uma fase de depressão marcada por tres ciclos pequenos, 1960/61 a 1964/65, 1964/65 a 1966/67 e 1966/67 a 1970/71. Comparando-se esse Gráfico nº 1 com o Gráfico nº 3, verifica-se a mesma tendência de expansão das curvas de produção até 1959.

Na exportação de café do Paraná, Gráfico nº 4, cinco ciclos estão bem delineados. O primeiro de 1940 a 1945; o segundo de 1945 a 1954, que pode ser designado como ciclo tipo Juglar; o terceiro de 1954 a 1960 que se apresenta com duas fases significativas de expansão cujos auges estão em 1956 e 1959. Como quarto ciclo encontra-se um do tipo Kitchin de 1960 a 1964 com ponto mais alto em 1963 e por último depara-se com outro ciclo tipo Juglar, de 1964 a 1970.

Na curva de exportação de café do Brasil, Gráfico nº 2, quatro ciclos foram formados. O primeiro vai de 1942 a 1954 e compõe um ciclo tipo Juglar; o segundo de 1954 a 1958, forma uma oscilação de dois anos; o terceiro de 1958 a 1965 forma outro ciclo tipo Juglar e o quarto ciclo expande-se de 1965 a 1970, num período de cinco anos.

Comparando-se esses dois Gráficos, nº 2 e nº 4, verifica-se que as curvas de exportação são muito mais irregu-

lares que as de produção, mas que ambas apresentam as mesmas características de expansão até 1969. Essas curvas evidenciam a identidade que existe entre a economia regional e a nacional no que se refere ao café, na medida em que as oscilações que ocorrem na economia paranaense foram resultantes daquelas da economia brasileira. Comprova-se assim, a completa integração das economias regional e nacional.

### 3. 0. INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ

#### 3. 1. Formação e Conquista do Mercado

Entre o preparo caseiro de café no Brasil Imperial e as indústrias de torrefação e moagem de café contemporâneas há um significativo hiato. No interstício de um século esse preparo de café foi cedendo lugar às indústrias, à medida em que as plantações expandiam-se da região do Vale do Paraíba para São Paulo e Paraná.

Se, nos primórdios da cefeicultura no Brasil, o uso da bebida era privilégio das fazendas e dos fazendeiros e o seu valor social equivalia ao econômico, no decorrer do tempo esse privilégio foi sendo alterado, o que possibilitou a popularização da bebida. Pode-se dizer que essa popularização no Brasil e no mundo foi resultado do valor econômico do grão de café e da conseqüente expansão das plantações.

À medida em que finaliza o século XIX e inicia o século XX, a importância do café torna-se cada vez maior, levando à formação de grandes safras no país.

Assim, a crescente oferta do produto gerou muitas vezes baixa nos preços. Essa baixa nos pre-

ços no Brasil em períodos alternados facilitou de certa maneira a desarticulação daquele privilégio do uso da bebida, já que essa tornava-se mais acessível ao poder aquisitivo, não só dos fazendeiros, mas de outros segmentos da população, principalmente no sul do país.

Além desses, outros fatores possibilitaram que, em fins do século XIX, a estrutura familiar de produção da bebida se deteriorasse. Entre eles, o crescimento demográfico, a abolição do trabalho servil e a gradativa urbanização do país.

O crescimento demográfico e a urbanização do Brasil são fenômenos interligados que propiciaram o aparecimento dos primeiros estabelecimentos de torrefação e moagem de café. Isso foi possível graças ao aumento e diversificação do consumo de produtos alimentícios.

Com o desenvolvimento do mercado interno, novos modos de produção tornam-se necessários para fazer frente à demanda. Além disso, a vida mais atribulada das cidades faz com que novos hábitos se introduzam e muitas atribuições antigas deixem de ter valor.

Isso ocorreu com a produção caseira de café que, à medida que cresciam as populações e desenvolviam-se as cidades, tornou-se uma atividade difícil, por exigir tempo, técnica e dinheiro. A urbanização no Brasil no início do século XX já exigia a simplificação das atividades caseiras. Quando a conjugação desses elementos ficou imperiosa surgiram os primeiros estabelecimentos de torrefação e moagem de café no país.

Dada a ausência de bibliografia que trate do assunto, foi difícil detectar para o Brasil a época em que se deu o surgimento dessas indústrias de torrefação e moagem de café, coisa que pode ser feita para outros países com uma dose relativamente

te grande de facilidade<sup>59</sup>. Sabe-se que para o Paraná, a primeira torrefação e moagem de café registrada na Junta Comercial do Paraná foi em 1895 em Curitiba<sup>60</sup>. Deste modo, pode-se estender para o Brasil o mesmo período, fins do século XIX, como representativo do surgimento de tais indústrias.

A proporção que foram aparecendo, estes estabelecimentos tornavam-se responsáveis também pela popularização da bebida, a partir do momento em que a ofereciam quase pronta para a infusão (ao contrário do preparo caseiro, que exigia a compra do lote de café em grão, a posse das máquinas de torrar, do pilão e outros utensílios próprios para o seu preparo) e ainda por preço acessível, face ao processo industrial e à mistura de lotes de grãos de café de tipo superior com inferior, cujos preços sempre tiveram diferença no mercado consumidor.

"A partir de 1865 começou a processar-se uma revolução tecnológica da mais alta importância para a generalização do consumo de café. Até então, o café era torrado em casa pelos próprios consumidores, forma es

---

<sup>59</sup> Nos Estados Unidos o surgimento das indústrias de torrefação e de moagem de café situa-se na década de 1860, pois John Arbuckle introduz no comércio o café torrado e moído, em pacotes individuais, o que constitui a revolução tecnológica mais séria para a generalização do uso do produto." NETTO, Antonio Delfim. O mercado cafeeiro sem a intervenção governamental; 1857 - 1906. In: PELÁEZ, Carlos Manuel & BUESCO, Mircea. A moderna história econômica. Rio de Janeiro, Apec, 1976. p. 27-48. p. 46.

<sup>60</sup> Trata-se de uma sociedade limitada que foi constituída para exploração de diversos ramos. "Tractamos de diversas indústrias n'este e em outros Estados e fazemos trabalhar a fábrika de café denominada de "Café Americano" - sita à rua Democracia desta cidade, pertencente ao sócio Alvaro Nobrega, temos formado uma sociedade commercial, que girará nesta praça sob a forma social de Alvaro Nobrega e Companhia. Capital da sociedade de R\$25:000\$000 (vinte e cinco contos de réis). Curitiba, 9 de agosto de 1895.

ta de comercialização que começou a ser substituída pela venda de café torrado em pacotes. ... o café torrado pelo próprio consumidor ficava na dependência de sua habilidade e a qualidade era muito mais variável. Quando esse serviço passou a ser executado por grandes torradores, nasceu não só a especialização, como também generalizou-se a "prova de xícara". O consumo de café era trabalhoso, pois o café torrado perde logo o seu aroma e sabor, de maneira que a operação devia ser realizada em pequenas quantidades e com frequência e não sem perdas consideráveis. O fornecimento de café já preparado, em pequenos pacotes, resolvia completamente o problema.

... No início, o melhor aproveitamento do produto poderia indicar uma diminuição do consumo total de café, mas a facilidade de uso e a comodidade introduzida pelo café em pacotes superaram largamente aquela diminuição e o consumo total de café cresceu."<sup>61</sup>

Para o Brasil, pode-se dizer que a indústria de torrefação e de moagem de café desenvolveu-se como resultado da expansão cafeeira, do crescimento demográfico e da urbanização.

Nas primeiras décadas do século XX a torrefação e moagem de café era ainda uma atividade precária e sem organização. Sua presença no mercado se dá realmente a partir da década de 1930.

No Paraná, na década de 1940, isso se tornou característico, já que a torrefação e moagem de café chegou a atingir

---

<sup>61</sup> NETTO, Antonio Delfim. O mercado cafeeiro. p. 33.

nível prioritário dentro da transformação de produtos alimentares<sup>62</sup>.

### 3. 2. Indústria de torrefação e moagem de café no Estado do Paraná

Em fins do século XIX poucas cidades estavam delineadas no Paraná. Verificava-se claramente a preponderância de Curitiba, como centro social de irradiação do chamado Paraná Tradicional<sup>63</sup> e como polo central entre o litoral e os Campos Gerais<sup>64</sup>.

As atividades econômicas que se desenvolvem no Estado do século XIX ao XX, tiveram em Curitiba o centro das decisões. A expansão das indústrias de torrefação e moagem de café também esteve condicionada a esta irradiação de Curitiba. Através

---

<sup>62</sup>"...em 1949 as atividades industriais paranaenses podem ser ainda consideradas como pré-industriais de beneficiamento primário, de algumas matérias primas oriundas da agricultura e da exploração florestal. A grande atividade industrial paranaense nesse ano, era a transformação de produtos alimentares, com cerca de 41% do valor total da produção paranaense nesse setor, sendo que, por sua vez a torrefação e moagem de café, absorveram 53% dessa produção, seguidos de muito longe, com 8% pelo abate de suínos, carnes, toucinhos e banha." BALHANA. História do Paraná... p. 240.

<sup>63</sup>BALHANA & NADALIN. A imigração ... p. 528.

<sup>64</sup>Desde o século XVIII que a Vila de Curitiba se tornou o centro da expansão populacional e o centro nervoso da ocupação dos Campos Gerais, cuja grande importância esteve na estruturação da sociedade regional. PI-NHEIRO MACHADO, Brasil & BALHANA, Altiava Pilatti. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Departamento de História, (3): 1 - 27, 1963. p. 7.

dos dados levantados no Arquivo da Junta Comercial do Paraná, constatou-se que o desenvolvimento das indústrias de torrefação e moagem de café seguiram o desenvolvimento regional do Paraná.

Os Mapas nºs 1, 2 e 3 e o Quadro nº 18, evidenciam a ligação entre essas indústrias e a urbanização a partir de Curitiba e do litoral.

No Mapa nº 1 são encontradas na década de 1940 oitenta e uma indústrias, cuja distribuição se concentra principalmente em Curitiba, Ponta Grossa, União da Vitória, Castro e Lapa. Importante, portanto, é mostrar que essa distribuição segue cronologicamente a ocupação territorial do Estado.

No Mapa nº 2, delineiam-se três áreas de concentração das indústrias de torrefação e moagem de café: no Sul, no Norte e no Oeste. Visível também é o predomínio de concentração na região Sul, cuja liderança divide-se entre Curitiba e Ponta Grossa.

O Mapa nº 3 evidencia o alto grau de distribuição geográfica dessas indústrias, já que são poucos os municípios que não a possuem.

Fazendo-se cálculos de porcentagem com os dados do Quadro nº 19, obtêm-se os seguintes resultados: no período de 1940 a 1949, 18,5% do total de registros de estabelecimentos de torrefação e moagem de café localizaram-se na capital, 16% em Ponta Grossa, 8,6% na Lapa, o que leva a maioria de registros para essas cidades, ou seja, 55,5%. Aos dezesseis municípios restantes correspondiam 44,5%.

De 1950 a 1959, o predomínio das indústrias em Curitiba é maior, representando 27,3% do total de registros para a década. Seguem-se em número de registros, Ponta Grossa com 9,1%,

Paranaguá com 6,1% e Londrina, Palmeiras e União da Vitória com 3,8% respectivamente. Os quarenta municípios restantes detinham 46,10%.

Entre 1960 e 1969 há uma maior distribuição das indústrias por municípios, mas em algumas cidades o número de indústrias diminuiu. Esse é o caso de Curitiba e Ponta Grossa que apresentavam os maiores índices de registros. O Mapa nº 3 permite essa observação.

Analisando-se o período total do estudo, 1940 a 1970, verifica-se que a concentração das indústrias de torrefação e moagem de café deu-se realmente em Curitiba com 14,3% do total, Ponta Grossa com 7,1% e Paranaguá com 5,9%.

Aspecto interessante de ser observado é o que se refere aos tipos de atividades, que muitas vezes apareceram agregadas à da torrefação e moagem de café. Essas indústrias surgem e se afirmam em grande parte unidas a outras atividades que, na maioria das vezes, nas décadas de 1940 e 1950, eram atividades mais importantes, constituindo-se a da torrefação e moagem do café um setor secundário dentro da empresa.

Os Quadros nºs 19 e 20 mostram que de 1940 a 1949, a atividade de torrefação e moagem de café associada a outros ramos teve predomínio significativo sobre o total dos estabelecimentos registrados, representando em 1940, 66% de todos os registros efetuados, 1941, 60%, em 1942, 60% e em 1947, 80%. Essa preponderância de associação da torrefação e moagem de café com outras atividades pode ser explicada pela união de atividades relacionadas entre si como benefício, compra e venda de café em grão e também pode ser explicada pela baixa rentabilidade de algumas atividades que só seriam viáveis economicamente se estivessem unidas a outras. Tal é o caso das fábricas de bebida e engarrafamento, do

comércio a varejo e outras.

De acordo com o Quadro nº 19 e o Gráfico nº 8, pode ser verificado que a proporção de agregação de atividades que vigorou de 1940 a 1949 decresce nas décadas de 1950 e 1960. A associação de torrefação e moagem de café a outros ramos só foi superior à atividade de torrefação e moagem pura e simples nos anos de 1953, com 54,5% e 1969 com 55,5% do total de registros no período.

Passando-se para o exame da constituição jurídica das empresas (Quadro nº 21) verificou-se que a maioria das firmas registradas na Junta Comercial do Paraná foi de cunho individual, numa proporção de 53,7% do total entre 1940 e 1970, sendo 51,8% na primeira década, 46,2% na segunda e 57,4% na terceira.

Dividindo-se o período do estudo do setor de torrefação e moagem de café em duas fases distintas, antes da intervenção governamental, em 1959 e após essa intervenção, verifica-se que, de 1940 a 1959, 48,4% das firmas registradas foram individuais, e de 1960 a 1970, 57,4% também o foram. O Quadro nº 22 confirma a superioridade numérica das firmas individuais.

Partindo do raciocínio que firmas limitadas e sociedades anônimas representam capitalização e organização administrativa e que a maioria das firmas se dedicavam à torrefação e moagem de café eram firmas individuais, chega-se à conclusão que essa atividade foi, no decorrer dos trinta e um anos estudados, atividade de baixa rentabilidade e capitalização, compondo-se de pequenas e médias empresas.

### 3. 3. Formação de Capital

Na tentativa de comprovar a hipótese de que as indústrias de torrefação e moagem de café se inserem na classificação de pequenas e médias empresas, foi feita a interpretação dos dados referentes ao capital inicial registrado pelas firmas na Junta Comercial do Paraná.

Inicialmente procurou-se verificar a procedência do capital registrado, isto é, se o setor de torrefação e moagem de café atraiu capitais estrangeiros para a sua constituição e de quais atividades provinham esses capitais.

Pode-se dizer que os capitais para organização dessas indústrias foram eminentemente nacionais, já que em estudo feito nos capítulos anteriores mostrou-se que a porcentagem de elementos estrangeiros que se dedicavam à atividade era mínima em comparação com os nacionais. Além disso, como a atividade exigia pouco capital inicial e até a década de 1960 não apresentou grandes perspectivas de lucros, não atraiu as atenções dos capitais estrangeiros.

Quanto às atividades que possivelmente deram origem ao capital aplicado nesse setor, pode-se dizer que algumas vezes não teve ligação direta com outras atividades, porém em outras vezes esteve ligada à comercialização e beneficiamento do café em grão. Desse modo alguns capitais aplicados nessas indústrias foram originados pela expansão cafeeira no Estado.<sup>65</sup>

---

<sup>65</sup> De maneira geral pode-se dizer, que o café retardou a industrialização de base, mas foi responsável pelo desenvolvimento das indústrias ligadas ao beneficiamento de matérias-primas. Isso vem ligar-se às teses que mostram a vinculação da expansão cafeeira com a industrialização. Tal é o

Interpretando os Quadros n<sup>os</sup> 23, 24 e 25, que dizem respeito ao capital registrado por ano e à média de cinco anos, depara-se com uma oscilação irregular nas primeiras décadas e uma tendência de elevação nas últimas. Nessa evolução não há crescimento do valor do capital aplicado, houve apenas, no decorrer do período, correção no valor da moeda.

Constata-se, portanto, que o capital não se alterou, isto é, para 1940 tem-se o capital registrado de Cr\$ 28,95 e trinta anos depois o de Cr\$ 275.000,00, havendo em termos de valor quase a mesma correspondência. O Quadro n<sup>o</sup> 26 e o Gráfico n<sup>o</sup> 14, de médias móveis, confirmam essa assertiva.

Para justificar as afirmações acima, foi feita a comparação do capital registrado pelas empresas estudadas com o capital das indústrias que se dedicavam à exploração das madeiras, que foi uma das principais atividades econômicas do Estado do Paraná, entre 1900 e 1950.<sup>66</sup>

Feito isso, verificou-se que o capital inicial registrado no setor de madeiras é bastante superior ao das torrefadoras, isto é, para 1940 encontra-se a importância de Cr\$ 1.396,00, para 1950 a de Cr\$ 47.930,00, e para 1960, a de Cr\$ 293.084,00,<sup>67</sup> enquanto que nas torrefadoras encontra-se

---

<sup>65</sup> caso do livro: SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa Omega, 1976. 120 p.

<sup>66</sup> LAVALLE, Aída Mansani. A madeira na economia paranaense. Curitiba, 1974. (Tese de Mestrado, Universidade Federal do Paraná). 149p.

<sup>67</sup> Dados provenientes dos livros "Firmas" da Junta Comercial do Paraná.

encontra-se para 1940, Cr\$ 28,95, para 1950, Cr\$ 2.300,00 e para 1960, Cr\$ 10.065,00 (Quadro nº 23).

Apesar das disparidades, deve ser ressaltada a necessidade de maior investimento inicial na exploração das madeiras, em virtude da aquisição de matéria-prima, maquinário e gastos com mão-de-obra, que em geral é maior que aquele previsto para torrefação e moagem de café.

Ainda, no exame do capital registrado pelas indústrias de torrefação e moagem de café verifica-se que a aplicação de capital foi diversa para os dois aspectos focalizados neste estudo, ou seja, torrefação e moagem de café e torrefação e moagem de café associadas a outros ramos comerciais e industriais.

No período de 1940 a 1970 há predominância de maior capital registrado no item de torrefação e moagem, já que os estabelecimentos desse tipo foram numericamente superiores. No período de 1940 a 1960, os registros de capitais mais representativos ocorreram no aspecto de torrefação e moagem de café associado a outros ramos.

Foi somente a partir da década de 1960 que as indústrias dedicadas a essas atividades se especializaram na fabricação exclusiva do café torrado e moído, por exigência do IBC, o que resultou em maior aplicação de capital no aspecto de torrefação e moagem de café.

Comprova-se essa afirmação através dos números relativos onde o item de torrefação e moagem de café associado a outros ramos concorreu com 52,5% do capital total registrado no período de 1940 a 1960 e a partir dessa última data até 1970 sua participação caiu para 28,5%. O Quadro nº 4 sugere estes dados.

Face ao exposto confirma-se a hipótese de que as indústrias de torrefação e moagem de café exigiam pouco capital para sua constituição e manutenção. Constituíam-se, portanto, em pequenas e médias empresas.

### 3. 4 Legislação Básica: os Órgãos Responsáveis.

Pode-se estabelecer a década de 1930 como ponto de referência da formulação de uma legislação específica para o atendimento do consumo nacional de café. Esta preocupação com a legislação sobre a comercialização interna do café, insere-se naquela destinada a regular as indústrias de um modo geral.<sup>68</sup>

Como o abastecimento do café, nessa época, já se fazia através das indústrias, são para esses estabelecimentos que se orientam os decretos e as resoluções dos órgãos responsáveis pela política cafeeira. Além disso, desde os seus primórdios a atividade de torrefação e moagem de café apresentou-se com muitas irregularidades no que se refere à qualidade do produto ofertado. Na década de 1920, são encontrados leis e decretos que se referem ao problema da qualidade do café torrado e moído fornecido à população brasileira.<sup>69</sup> Mas, somente em 1932 foram estabelecidas normas de registro obrigatório para todas as indústrias de torrefação e moagem de café que operassem em território nacional. Elas deveriam

---

<sup>68</sup> Somente após a revolução de 1930 é que se pode falar em legislação industrial, principalmente porque o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi criado em 1931.

<sup>69</sup> Leis Federais: nº10.902/14 de 20/5/14, nº16.300/23 de 31/12/23, nº 5.378/27 de 12/12/27, nº19.318/30 de 27/8/30, nº19.605/31 de 19/1/31.

realizar o seu registro no CNC, criado em 1931<sup>70</sup>.

Após a extinção do CNC em 1933, o novo órgão cefeeiro, o DNC, absorveu parte das atribuições do anterior, inclusive no que dizia respeito à comercialização interna do café. O regulamento de inscrição dessas indústrias foi aprovado através do Decreto nº 22.916, de 11 de julho de 1933:

"Art.1º - As Torrefações e Moagens de café existentes em todo o território nacional, na data da publicação deste regulamento, deverão requerer, obrigatoriamente, a sua inscrição no Departamento Nacional do Café. As que se instalarem após este regulamento requererão a inscrição uma vez licenciadas, no Distrito Federal, pelo Departamento Nacional de Saúde Pública e nos Estados, pelas respectivas autoridades sanitárias."<sup>71</sup>

Esse regulamento tratava de várias disposições sobre o registro, a fiscalização, as instalações e as penalidades para as fraudes.

Interessante a observar é que nem sempre as leis foram obedecidas e isto está bem claro em relação às indústrias de torrefação e moagem de café do Estado do Paraná. Foi verificado que muitas se registravam associadas a atividades que possibilitavam adulteração do produto, como aquelas de moagem de cereais. O regulamento de inscrição dessas indústrias

---

<sup>70</sup> Era tarefa desse órgão administrar a venda do café dos estoques e o programa federal de sustentação de preço do café, além de administrar a comercialização externa e interna.

<sup>71</sup> GUEDES, Jayme Fernandes, comp. Legislação federal cafeeira; 1922-1940. Rio de Janeiro, DNC, 1940. 757 p. p. 97 e 102

foi estabelecido em 1933 e, no entanto, até a década de 1960, encontram-se registros de indústrias associadas a atividades incluídas entre as inicialmente proibidas pelo DNC.

O regulamento federal de nº 22.916 origina o seu correspondente estadual, através do decreto nº 2.372, de 23 de novembro de 1933, assinado pelo interventor Manoel Ribas e que, no capítulo I, dispõe sobre o registro obrigatório e análise, por parte das indústrias de torrefação e moagem de café:

"Art. 1º - As Torrefações e Moagem existentes em to  
do território do Estado na data da publicação des-  
te Regulamento, deverão requerer obrigatoriamente  
a sua inscrição no Departamento Nacional do Café  
(Inspetoria Regional) como determinam os artigos  
números 1 a 3 do Regulamento Federal que baixou o  
Decreto número 22.916 de 11 de julho de 1933.

Art. 2º - Além da inscrição a quê se refere o arti  
go anterior deverão ser registradas na Saúde Públi  
ca a fábrica e o tipo de produto."<sup>72</sup>

Encontra-se também neste regulamento, a mesma proibição em relação à associação da torrefação e moagem de café com outras atividades que pudessem prejudicar o produto e que possibilitassem sua adulteração.

A situação de irregularidade que existiu no Paraná foi também característica de todo o país, já que o Decreto-lei nº 1.996, de 1º de fevereiro de 1940, proíbe mistura de uma série de produtos especificados que, sendo beneficiados e in

---

<sup>72</sup>RESUMOS e transcrições. Revista do DNC, Rio de Janeiro, 1(6): 802-805, dez. 1933

dustrializados em associação com a torrefação e moagem de café facilitavam as falsificações do café torrado e moído.

Segue-se a esse Decreto uma série de outros, sempre em relação ao aspecto de fiscalização no fornecimento do produto, até que em 20 de janeiro de 1944, pelo Decreto-lei nº 6.213, foram criadas normas para fixação das qualidades e tipos dos cafés torrados e moídos: na classe A encontrava-se café de bebida mole ou suave, não inferior ao tipo 4; na classe B, café denominado grinders de bebida mole até tipo 4; na classe C, café de bebida dura não inferior ao tipo 4; na classe D, café de bebida riada, não inferior ao tipo 6; na classe E, café de bebida rio, isento de misturas, não inferior ao tipo 6; e classe F, café de bebida rio, não inferior ao tipo 7. Essas classificações deveriam ser fixadas nas embalagens, para controle pelo público consumidor da qualidade adquirida<sup>73</sup>.

Apesar desse decreto, o problema da qualidade continua uma constante, pois existe na literatura cafeeira uma longa relação de acusações, bem como sucedem-se decretos punindo falsificações e fraudes, tanto em termos federais como estaduais.

Até 1952 nada mais foi acrescentado em termos de legislação relativa ao aspecto de consumo interno de café. A partir dessa data, coube ao IBC realizar a política do café brasileiro no país e no estrangeiro.

Foi através da Resolução nº68 do IBC, de 30 de junho de 1956, que se assentou o registro obrigatório nas agências

---

<sup>73</sup> RESUMOS e transcrições. Revista do DNC, Rio de Janeiro, 1944

(204): 125-246, fev. 1944. p.152-53.

regionais desse órgão, das indústrias de torrefação e moagem de café. Após essa Resolução seguiram-se, até 1958 outras medidas relacionadas com a fiscalização quando, face à conjuntura nacional de superprodução cafeeira, cogitou-se de uma campanha de aumento do consumo, para dar vazão aos estoques excedentes. Com as Resoluções nº 126, de 31 de dezembro de 1958, e nº 127, de 23 de janeiro de 1958, foram estabelecidas as normas dessa campanha.

A campanha foi resultado da "política de subsídio" e tinha vários objetivos, entre eles: "incrementar o consumo brasileiro de café, dar vazão aos volumosos excedentes de safras em mãos do governo, possibilitar ao consumidor preços reduzidos, melhorar a qualidade de consumo."<sup>74</sup>

Primeiramente, a campanha vigorou no Rio de Janeiro e em algumas cidades de São Paulo, conforme a Resolução nº 126, para depois estender-se a todo o país pela Resolução nº 127.

A partir desse momento nenhuma indústria de torrefação e moagem de café no país poderia atuar no mercado livremente. Passava a ser controlada pelo IBC.

Esta intervenção no setor permaneceu de 1959 a 1971, quando foi suspenso o fornecimento da matéria-prima. Essa fase de controle estatal foi designada e conhecida como o período do subsídio.

---

<sup>74</sup>O CONSUMO interno no Brasil. Separata de A economia brasileira e suas perspectivas. São Paulo, APEC, 1971. p. 207-213.

### 3. 5. Flutuações do Setor de Torrefação e Moagem de Café no Paraná

Da mesma maneira que foi procurada correspondência entre as curvas de produção e exportação de café no Brasil, procura-se verificar se houve, de 1940 a 1970 identidade entre a produção e exportação de café e o desenvolvimento das indústrias de torrefação e moagem de café no Estado do Paraná. Pergunta-se: na medida em que houve aumento de produção ocorreu um correspondente aumento do número de indústrias?

O desenvolvimento numérico dessas indústrias caracterizou-se durante os vinte anos iniciais por cinco ciclos de curta duração tipo Kitchin (Gráfico nº 8): nos períodos de 1940-44, 1944-47, 1947-49, 1949-54, 1954-58. De 1959 a 1970, encontra-se um ciclo tipo Juglar, de 12 anos, que marca a expansão do setor graças a "política de subsídio".

Quando foram sobrepostos os Gráficos nº3, e nº8, produção de café e número das indústrias, verificou-se que há uma certa identidade na fase de expansão, que inicia para o Gráfico nº 3 em 1955 e para o nº8 em 1958.

Na superposição dos Gráficos nº4 e nº8, referentes à exportação de café e ao número de indústrias, encontra-se correlação entre as fases de expansão das exportações com as de expansão do número de registros de indústrias a partir de 1947; sendo a identificação mais nítida depois de 1960.

A mesma correspondência foi procurada na curva de capital registrado, Gráfico nº10 e na curva do crescimento numérico das indústrias, Gráfico nº8. A primeira curva referente ao capital registrado apresenta-se com muitas oscilações de curta duração onde são vistos oito ciclos tipo Kitchin, nos

períodos de 1940/44, 1944/47, 1947/52, 1952/54, 1954/57, 1957/61, 1961/65 e 1965/70.

Em relação ao capital registrado no aspecto de torrefação e moagem de café apenas há uma certa mudança na con formação dos ciclos. De 1940 a 1947, encontra-se um ciclo tipo Juglar; de 1947 a 1959 várias oscilações e de 1959 a 1969 outro ciclo tipo Juglar.

No registro de capital no aspecto de torrefação e mo agem de café associado a outros ramos, encontram-se cinco ciclos tipo Kitchin. De 1940 a 1944, pode ser considerado um ciclo tipo Kitchin com dois auges, em 1941 e em 1943. De 1944 a 1949 e de 1949 a 1952, são encontrados dois ciclos pequenos. Segue-se oscilação de 1952 a 1954 e formam-se ma is dois Kitchin de 1954 a 1958 e de 1958 a 1961, havendo breves oscilações de 1961 a 1970.

No Gráfico nº 12, de capital registrado por médias qu inqüenais, nota-se uma significativa tendência para a al ta, o que também é característico do Gráfico nº 14, de mê dias móveis de capital registrado.

Com esses dados pode-se concluir que as curvas de ca pital e de registros de indústrias de torrefação e moagem de café são correspondentes nas fases de expansão, pr inci - palmente na década de 1960, o que evidencia que o setor de de dicado ao abastecimento interno de café se desenvolveu em função do subsídio.

Com isso, verificou-se que o aumento da produção e e xportação de café e o crescimento numérico das indústrias de torrefação e moagem de café estão ligados, pr incipalmen te a partir de 1958.

#### 4. 0. POLÍTICA DE SUBSÍDIO

A conjuntura cafeeira dos fins da década de 1950 revelava distorções no mercado de café. Havia excesso de oferta do produto o que gerava externamente preços baixos, além do fato de grande parte das safras brasileiras e em especial das paranaenses serem constituídas de cafés de tipos inferiores difíceis de serem exportados.

Constituíram-se deste modo, neste período, excedentes volumosos de café que não tinham possibilidade de saída.

Como o consumo de café no Brasil foi sempre muito fraco em relação à sua produção, o Governo, através do IBC, resolveu dar vazão àqueles estoques, incentivando o aumento do consumo. Essa política se traduziu na adoção do mecanismo de subsídio que, a partir de 31 de dezembro de 1959, se efetivaria através de fornecimento da matéria-prima, café em grão, dos estoques do Governo para as indústrias de torrefação e de moagem de café de todo o território nacional.

"O regulamento de embarques da safra 1958/1959 foi o primeiro instrumento através do qual o Governo' voltou sua atenção para o consumo interno de café, com a introdução da série excedente, equivalente' a 40% da produção, quantidade esta que teve destinação específica, como "quota de consumo interno" e "quota de expurgo" passando a primeira a ser utilizada por autorização expressa no Artigo 4º da Resolução número 92 da Junta Administrativa do

Instituto Brasileiro do Café<sup>75</sup>.

De acordo com isto, o IBC fornecia o café em grão em sacas de 60 Kg, geralmente dos tipos 6 e 7, através de cotas pré-estabelecidas pelas indústrias de torrefação e moagem de café. E como subsídio entendia-se a diferença entre o preço de garantia de compra do café pelo governo<sup>76</sup> e o preço de venda da matéria-prima pelo IBC às indústrias. Além desse fornecimento, ficava a cargo do governo toda despesa de custeio das atividades referentes ao preparo e à distribuição do café por todo o país.

QUADRO Nº 3

SUBSÍDIO FORNECIDO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ  
ÀS INDÚSTRIAS DE TORREFAÇÃO E MOAGEM NO BRASIL  
1959 - 1968 Em Cruzeiros

RESOLUÇÕES IBC DATA	PREÇO DE AQUISIÇÃO DO CAFÉ PELO IBC	PREÇO VENDA DO IBC ÀS INDÚSTRIAS	VAL. DA MATÉRIA PRIMA	SUBSÍDIO	PREÇO FINAL PARA CONSUMIDOR
31.12.58	1,60	1,00	0,60		0,046
06.07.59	1,95	0,75	1,25		0,040
07.07.60	2,50	0,75	1,75		0,040
15.05.61	1,70	1,00	0,70		0,050
14.06.62	6,30	0,69	5,61		0,056
24.06.63	10,80	1,00	9,80		0,091
05.10.63	13,50	1,00	9,80		0,091
01.03.64	15,53	2,00	13,53		0,160
01.06.64	17,08	2,00	15,08		0,160
23.06.65	30,00	2,00	28,00		0,230
30.06.66	36,50	5,00	31,50		0,400
01.01.67	36,50	1,00	35,50		0,400
10.06.67	50,60	1,00	49,60		0,400
01.01.68	56,40	1,00	55,40		0,400
30.04.68	65,00	10,00	55,00		0,840

FONTE: A Economia Cafeeira e suas perspectivas... p. 208.

<sup>75</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ... Subsídio ao café de consumo interno. Rio de Janeiro, 1967. 71p. p.2 Datilografado.

<sup>76</sup> Este preço era o preço mínimo do ano, fixado no Regulamento de Embarques.

O Quadro nº 3 mostra a evolução do fornecimento de matéria prima, em comparação com o preço de aquisição e o preço de venda.

Pela leitura deste Quadro verifica-se que o IBC não mantinha proporcionalidade entre os preços de aquisição e os preços de venda da matéria prima, isto é, estes últimos para os torrefadores não evoluíam anualmente de acordo com uma taxa pré-fixada. Isto é, podem ser explicados pelo poder de barganha do setor, traduzindo-se mais em um preço político.

Outra constatação com base neste mesmo Quadro refere-se à identificação de que o valor do subsídio da matéria-prima chegou a cerca de 100%. Isto significa que foi altamente lucrativo para as indústrias de torrefação e moagem de café do país inteiro.

#### 4. 1. Sistema de Quotas

Para que as indústrias de torrefação e moagem de café distribuídas pelo território nacional recebessem o café em grão através do IBC, foi implantado um sistema de quotas: distribuição do café em grão com base na produção anterior das indústrias. Os cálculos para a distribuição dessas quotas basearam-se na existência de capacidade ociosa nas indústrias e estabeleceram um limite mensal de fornecimento de 14% a mais do total de café em grão industrializado no período de janeiro a setembro de 1958. Essa produção deveria ser comprovada ao IBC pelos livros de registros dos estabelecimentos de torrefação e moagem de café devidamente cadastrados nesse órgão. A Resolução nº128, de 13 de fevereiro de 1959 aumentou o limite mensal de distribuição do café em 3%, ou seja, para 17% ,

em virtude das numerosas solicitações das indústrias.

"A impossibilidade de total atendimento pelas instalações existentes e mais a certeza de trabalhar com um produto subsidiado e fornecido sem quaisquer irregularidades de prazo ou deficiências intrínsecas tornaram as indústrias torrefação, moagem e distribuição do café no mercado brasileiro uma atividade atrativa. O lucro nas vendas seria amparado pelo subsídio e estas garantidas pela homogeneidade da matéria-prima oferecida."<sup>77</sup>

Por ter se tornado atividade tão bem amparada, sucederam-se as instalações de novas torrefadoras, e com isso o IBC não teve condições de orientar o dimensionamento da capacidade produtiva de modo a atender a demanda através da ampliação das antigas unidades. Viu-se, portanto, na contingência de permitir a formação de novos estabelecimentos com um certo grau de ociosidade em relação às capacidades declaradas. Dessa forma surgia um mercado já distorcido nas suas origens.

Ao ser criado aquele sistema de quotas, o relacionamento entre Governo federal e torrefadores fez-se através das agências localizadas em São Paulo, Santos, Vitória, Rio de Janeiro, Curitiba e Londrina. Em relação a essa divisão de quotas, ficou estabelecido também que os cafés distribuídos seriam provenientes das zonas nas quais se localizavam as indústrias, isto é, as torrefadoras do Paraná receberiam café do Paraná, as de São Paulo receberiam

---

<sup>77</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Torrefação e moagem de café. Rio de Janeiro, 1968. P. irregular. p. 2/2. Dàtilografado.

café de São Paulo. Com isto, de certa maneira, era favorecido o consumo de café nas zonas em que havia oferta de melhores qualidades, como foi o caso de São Paulo. Além disso, não havia proibição do café torrado e moído de um Estado ser vendido em outro, como aconteceu com o café de São Paulo que penetrou grandemente no mercado do Rio de Janeiro.

Esse sistema foi mais vantajoso para o torrefador do que para o Governo, porque muitas vezes a produção declarada era superior à real e significava para a indústria a aquisição de matéria-prima além de suas necessidades. Para o Governo, o sistema criou um ônus de fornecimento com grande dispêndio na distribuição do produto e causou, com o passar dos anos, a rápida eliminação dos estoques governamentais.

#### 4.2. Resultados do Subsídio

No período anterior à intervenção no setor de torrefação e moagem de café, os torrefadores, abasteciam-se de cafês de qualidade inferior (do Espírito Santo, da Zona da Mata de Minas Gerais) e também utilizavam várias substâncias estranhas ao café como a palha, o açúcar e outras, para fazerem suas misturas<sup>78</sup>.

---

<sup>78</sup>O Decreto nº 19.705 de 19 de janeiro de 1931, que regula a fiscalização do café por parte do Departamento Nacional de Saúde Pública, decreta em seu artigo 4: "no momento da torrefação do café, nas condições do Art. 2º desta lei, é permitida a adição de três por cento de açúcar, não sendo admitida a adição de substâncias gordurosas de origem vegetal ou animal nem tampouco de óleos minerais sob pena de infração do Art. 671, item 2º do Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923."

Esses procedimentos faziam com que o consumo de café no Brasil fosse baixo e sem grandes oscilações. O Quadro nº29 e o Gráfico nº17 atestam isso.

Após a intervenção do IBC, o consumo interno do café evoluiu de quase três milhões de sacas em 1959 para oito milhões de sacas em 1970 (Quadro nº29).

Já, em relação ao número de indústrias, foi verificado que houve crescimento expressivo até 1966, após o que ocorreu um decréscimo (Quadro nº2). Isso pode ser explicado pelas dificuldades que a nação atravessava e que afetaram sobretudo pequenas e médias empresas sem estrutura para enfrentar momentos de crise. Houve mesmo um movimento de fusão de estabelecimentos torrefadores, numa busca de solução para seus problemas.

QUADRO Nº 4

EVOLUÇÃO DO CONSUMO INTERNO DE CAFÉ VERDE NO BRASIL  
1959 - 1970

ANOS	VOLUME EM sacas de 60 Kg	Nº DE TORREFADORAS REGISTRADAS NO IBC
1959	2.823.157	1.358
1960	5.118.342	2.205
1961	5.787.127	2.274
1962	6.223.910	2.327
1963	6.744.787	2.245
1964	7.524.021	2.714
1965	8.131.732	2.822
1966	8.097.387	2.860
1967	8.623.769	2.771
1968	8.751.783	2.565
1969	8.745.007	2.338
1970	8.888.199	1.896

FONTE: Anuários IBC

Os dados do Quadro nº4 possibilitam a compreensão de que o objetivo de aumentar o consumo foi atingido, não só em razão dos preços baixos, mas também porque o Governo assumiu o



lo que se criou a esse sistema de fraude é de tal ordem que, em 1964, desapareceram 4 (quatro) navios carregados de café de consumo interno, trazendo graves prejuízos para a Nação e provocando grande escândalo público pois os lucros advindos dessa operação ilícita superaram em muito o patrimônio das Companhias em barcadoras e são mais que suficientes para manter vastas redes de suborno e de corrupção.

À guisa de exemplo, basta dizer que enquanto o café cru é vendido às torrefações ao preço de NCr\$1,00 por saca, esse mesmo produto é comercializado fora das nossas fronteiras por um valor superior a NCr\$100,00 por saca, estímulo esse que torna sem efeito qualquer iniciativa preventiva por parte do Instituto Brasileiro do Café ou das Forças Armadas."<sup>80</sup>

Quarta - Descaminho. O retorno do café de consumo interno aos estoques do IBC. Isto também era dispendioso, já que o produto podia ser vendido às torrefadoras ao preço de NCr\$1,00 por saca e novamente adquirido por NCr\$50,60 (preço de 1967) Este problema levou o IBC a adotar um sistema que identificasse o café de consumo interno. Optou-se pela marcação do produto com substâncias químicas derivadas do ferro (óxido de ferro e sulfato ferroso), o que trouxe resultados satisfatórios, onerando, porém, ainda mais, a campanha de consumo interno.

Dentre essas distorções, a que afetou a estrutura do mercado interno foi a instalação de grande número de indústrias sem

condições de funcionamento, pois trabalhavam com equipamentos precários, falta de capacidade distributiva, além de apresentarem outras deficiências.

A distribuição do número de indústrias por quotas de sacas industrializadas prova que a maioria delas era de pequeno porte, já que a manipulação das quotas evidencia a capacidade de produção.

QUADRO Nº 5  
NÚMERO DE INDÚSTRIAS DE TORREFAÇÃO  
E AQUISIÇÃO MENSAL DE QUOTAS NO BRASIL  
Ano de 1969

CLASSE DE QUOTAS	NÚMERO DE INDÚSTRIAS	PARTICIPAÇÃO %	VOLUME MENSAL DE CAFÉ ADQUIRIDO (sacas)
10 a 200	1.460	62,4	145.395
200 a 400	403	17,2	116.395
400 a 600	182	7,8	93.085
600 a 800	83	3,6	56.930
800 a 1000	50	2,2	46.260
1000 a 1200	25	1,1	31.560
1200 a 1400	24	1,0	27.630
1400 a 1600	21	0,9	32.470
1600 a 1800	22	0,9	43.000
1800 a 2000	13	0,6	25.090
2000 a 2200	8	0,3	17.070
2200 a 2400	5	0,2	11.800
2400 a 2600	6	0,3	15.220
2600 a 2800	4	0,2	10.970
2800 a 3000	8	0,3	23.480
Acima de 3000	24	1,0	167.610

FONTE: Anuários IBC.

Com efeito, 93,2% do parque industrial de torrefação e moagem de café, no ano de 1969, era constituído de pequenas empresas com até 1.000 sacas de quotas; 5,8% de médias empresas, até 3.000 sacas e 1% poderia ser considerado de grandes empresas com industrialização acima de 3.000 sacas mensais.

Numa análise mais geral, compreende-se que por um lado, a campanha do consumo interno surtiu efeitos positivos em termos de aumento de consumo de café, mas, por outro lado desestruturou ainda mais as feições de privilégio e nobreza pertencentes ao café. "O produto perdeu paulatinamente, devido a diminuição, em termos reais, dos preços fixados pelo Governo, a sua característica de bebida nobre."<sup>81</sup> As marcas tradicionais de melhor qualidade igualaram-se em preço e qualidade àquelas mais baratas e inferiores.

Além disso, "os hábitos de consumo fixados pelo critério vigente, adotado na distribuição de cafés às torrefadoras, fizeram com que os consumidores condicionassem seu paladar aos diferentes sabores da bebida nas diversas regiões do Brasil"<sup>82</sup>, aviltando muitas vezes este paladar.

Fazendo o balanço da prática do subsídio, vem à tona o problema dos custos deste mecanismo que, de certa forma, representou uma transferência ao público do ônus da campanha através dos impostos indiretos. Em 1966, os encargos de manutenção do subsídio eram de tal monta que se pensava em reduzi-lo gradativamente a fim de não provocar queda acentuada no consumo, diante das elevações de preços que ocorriam.

---

81 INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Torrefação e... p.3/25.

82 IBID... p.3/26.

O Quadro nº6 especifica as despesas de custeio do subsídio, fora matéria-prima:

QUADRO Nº 6  
DESPEAS DE CUSTEIO DO SUBSÍDIO  
Ano de 1966

ÍTENS	VALOR (Cr\$)	INCIDÊNCIA MÉDIA (saca/Cr\$)
I - Transporte	17.956.645,01	2,218
II - Marcação	3.841.502,22	0,474
III - Tropa	3.142.332,91	0,388
IV - Imp. Vendas e conignações	1.005.338,95	0,124
V - Armazenagem	961.450,75	0,119
VI - Recup. Sacaria	143.605,47	0,018
VII - Repressão	127.173,21	0,016
Sub-total	27.178.563,21	3,357
VIII - Desp. Adminis- trador	2.153.570,56	1,007
<b>TOTAL</b>	<b>35.332.139,08</b>	<b>4,364</b>

FONTES: IBC.

Multiplicando-se o valor médio das despesas de custeio por saca (Quadro nº6) pelo número de sacas fornecidas pelo IBC no ano de 1966 (Quadro nº4), encontra-se o total de Cr\$35.336.997,00 de custo. Adicionando a esse valor aquele do subsídio (valor da matéria-prima para o Governo) no mesmo ano (Quadro nº3), o qual foi de Cr\$255.067.690,50, depara-se com a cifra realmente dispendiosa de Cr\$290.404.787,50, gasta com o objetivo de aumentar o consumo.

A partir de 1968, o IBC procurou estabelecer preço mais alto para a matéria-prima ofertada às indústrias, objetivando redução do subsídio e conseqüentemente dos encargos governamentais. O Quadro nº3 mostra a elevação do preço de venda do café às indústrias em abril de 1968, atingindo 1.000%.

Além desse problema de elevação dos custos para o gover

no, outro já transparecia. Era a gradativa liquidação dos estoques governamentais que, em 1970 se afigurava ameaçadora para a manutenção do estoque estratégico para a garantia das exportações.

"...Depreende-se a extrema gravidade do problema, em razão das difíceis opções que teria o Governo para enfrentar essa situação de crise na produção e consequente utilização progressiva dos estoques do IBC, pois que demandaria, de qualquer forma, repercussões negativas seja na política de comercialização externa de café e na receita cambial, seja no conceito das autoridades governamentais junto à opinião pública, em vista dos prejuízos para o abastecimento interno. Acreditamos que diante dessas alternativas de escolha, apesar das especulações que deverão surgir em torno da questão, o Governo não deverá titubear entre decidir pela manutenção de um estoque estratégico para garantia futura das exportações ou pela manutenção do abastecimento interno nos níveis em que vem se realizando. Das vendas de café para o mercado internacional, depende a receita de divisas do País e consequentemente o próprio desenvolvimento da Nação."<sup>83</sup>

Diante disso, as alternativas que surgiram foram: a elevação mais que proporcional dos preços e o racionamento das quo-

---

<sup>83</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Estudo preliminar sobre a limitação de vendas para o consumo interno em decorrência da necessidade de manutenção de um estoque estratégico para garantia futura das exportações. Rio de Janeiro, 1970. 14 p. p.l. Datilografado.

tas entregues às indústrias de torrefação e moagem de café. Essas medidas foram colocadas em prática e culminaram com a eliminação do subsídio em 1971.

De 1958 a 1971, o consumo interno de café aumentou em 275%. A manutenção durante treze anos, dessa "política de subsídio" levou à entrega de sacas de café a preços que em certos momentos, se equipararam aos do custo da sacaria vazia.

Três fases foram características na vida das indústrias de torrefação e moagem de café: a primeira, vai desde o seu surgimento, fins do século XIX até 1958; a segunda se refere ao período de intervenção do IBC, de 1959 a 1971; e a terceira, iniciada em dezembro de 1971 e chega até o momento presente.

Após a supressão do subsídio, essas empresas passaram por profunda crise. O comércio e a lavoura, afastados durante treze anos do mercado de consumo interno, passaram a sofrer a pressão compradora de cerca de 800 mil sacas mensais e as consequências de tal demanda não se fizeram esperar: aumentaram os preços da matéria-prima.

Ao mesmo tempo que os torrefadores deveriam adquirir a matéria-prima diretamente no mercado, o Governo continuava tabelando o produto final para o consumidor, café torrado e moído, através da Superintendência Nacional de Abastecimento, SUNAB. Isto gerou distorções em termos de custos industriais para as empresas, já que a matéria-prima representava cerca de 70% na estrutura de custos<sup>84</sup>.

---

<sup>84</sup>"Os seguintes elementos compõem a estrutura de custos da indústria de torrefação e moagem de café:

	%
mão-de-obra direta.....	0,7
matéria prima.....	68,6
materiais e componentes diretos.....	2,4
serviços de terceiros diretos.....	0,1

Compreende-se, assim a situação crítica dessas empresas após a eliminação do subsídio, já que aliada ao problema de custos, havia ineficiência e desorganização administrativa. Embora o subsídio tenha contribuído para expansão numérica do setor, ele se transformou ao longo do tempo, em desestímulo à capacidade criativa e de modernização.<sup>85</sup> O setor se havia acomodado à situação de paternalismo, na qual, sem fazer força, recebia matéria-prima a preços baixos, o que lhe garantia margem significativa de lucros.

Com a eliminação do subsídio as empresas passaram a sofrer o jogo das forças do mercado, onde se exigia capacidade e eficiência do empresário, aliadas à melhor organização administrativa. E essas duas condições eram escassas, porque a maioria das empresas era de pequeno porte, onde predominavam organizações fa

---

<sup>84</sup>Os seguintes elementos...

	%
gastos diretos de fabricação .....	1,3
mão-de-obra indireta.....	0,2
serviços de terceiros indiretos.....	0,1
gastos indiretos de fabricação.....	0,7
despesas administrativas.....	3,5
despesas financeiras .....	2,4
despesas comerciais.....	20,0

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ." Considerações sobre a crise da indústria de torrefação e moagem de café. Rio de Janeiro, 1974. p.irregular. p.8. Mimeografada.

<sup>85</sup>Pesquisa realizada na Guanabara em 1966, em 11 indústrias de torrefação e moagem de café, constatou que nenhuma delas forneceu informações sobre a existência de técnica ou equipamentos mais modernos de produção. Constatou ainda que a maioria do equipamento encontrava-se em uso há mais de dez anos. INSTITUTO BRASILEIRO DE CAFÉ. Pesquisa de custo médio de industrialização do café e informe sobre as produtividades das indústrias. Rio de Janeiro, 1966. 40p. p.11 Datilografado.

miliares com base nas relações pessoais, cujos membros se revezavam em todos os setores da indústria, desde a produção até a distribuição do produto.

Com a permanência da crise no setor, a solução encontrada pelo Governo foi voltar a subsidiar parte do café para as indústrias, colocando à disposição delas um milhão de sacas no período de maio a dezembro de 1973, e a fomentar as fusões e incorporações, numa tentativa de redimensionar o mercado.

Após dezembro de 1973, as indústrias novamente voltaram a atuar no mercado livremente. A maioria delas ainda passa por dificuldades que têm suas origens no longo período de intervenção, causadas não só pela má administração do fornecimento da matéria prima, mas também por perspectivas de lucros fáceis que, por esta característica, não foram aplicados na modernização das empresas e na sua adequação ao regime capitalista de livre iniciativa.

## 5. 0. CONSUMO INTERNO DE CAFÉ NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ

Todo trabalho que objetiva estudar aspectos do consumo de determinado produto alimentício, precisa partir da concentuação do produto em si.

A Organização Internacional de Normalização, ISO, órgão ligado à Organização para a Alimentação e a Agricultura, FAO, dá a seguinte definição de café "terme générique designant les fruits et les grains des plantes de genre coffea, généralement des espécies cultiv es, ainsi que des produits deriv s de ces fruits et grains   différents stades de transformation et d'utilization, destinés a l'alimentation humaine."<sup>86</sup>

A difusão do café como bebida está ligada aos hábitos alimentares da humanidade que permanecem através dos séculos<sup>87</sup>. A procura de alimentos estimulantes, reanimadores, sempre foi uma constante nos povos desde a Antiguidade e qualquer alimento que apresentasse estas qualidades era logo aceito e difundido como remédio miraculoso. Este foi o caso do café, "o café seca todo o humor frio, expulsa os ventos, fortifica o fígado, alivia os hidr picos pela sua qualidade purificante, ... refresca o cora o e o bater vital dele..."<sup>88</sup>

Durante séculos a humanidade pesquisou plantas estimulantes. O Oriente descobriu o chá e o café, a América do Sul o mate e o

---

<sup>86</sup>JARDIM, C. Le café et le consommateur; normes, réglementations et contrôle. Café, cacao, th , 16(3):243-259, juil/sept. 1972. p.243.

<sup>87</sup>Ver sobre a permanência de determinados hábitos alimentares, através dos séculos: BRAUDEL. Civiliza o material...

<sup>88</sup>Ibid. p.208-209.

guaranã, a América Central o cacau. Todas essas plantas são de famílias botânicas diversas, mas têm um alcalóide comum: a cafeína. Devido à esta propriedade estimulante, pode-se dizer que o consumo do café difundiu-se pelo mundo durante séculos, mas só atingiu altos índices após a segunda metade do século XIX e no século XX.

O dinamismo no consumo nesse período pode ser explicado por: "uma elevação muito rápida da população e um crescimento acentuado do nível de rendimentos."<sup>89</sup>

"O crescimento da população mundial foi muito importante na segunda metade do século passado, particularmente nos Estados Unidos que era o país onde mais se consumia café."<sup>90</sup> Entre 1850 e 1900 a população norte-americana triplicou e evoluiu numa tendência ao envelhecimento, o que produziu uma elevação do consumo do café. Além disso, assiste-se a uma elevação rápida do nível de rendimento dos consumidores. "Verifica-se claramente o enorme progresso material da economia do mundo, na segunda metade do século passado, a despeito dos movimentos cíclicos verificados. São essas taxas de aumento do rendimento per capita que explicam o alto dinamismo da procura de café, que passou de 5 milhões de sacas nos anos 50 do século passado para pouco mais de 10 milhões nos anos 80 e andava por volta de 14 milhões no fim do século passado."<sup>91</sup>

No Brasil, o consumo do café propagou-se de fato no século XX principalmente após a década de 1930, quando as condições para a expansão do mercado interno estavam delineadas com o cres

---

<sup>89</sup> NETTO, Antônio Delfim. O mercado cafeeiro... p. 47.

<sup>90</sup> Ibid.

<sup>91</sup> Ibid

cimento das cidades, industrialização e aumento do poder aquisitivo.<sup>92</sup>

Uma avaliação estatística do consumo de café no Brasil, foi tentada pela primeira vez em 1934, quando o INC efetivou pesquisa de âmbito nacional para investigação do mercado de café. Essa pesquisa foi elaborada tendo por base "verificar quais os hábitos do povo brasileiro em relação ao consumo de café e quais as possibilidades por ventura existentes de fomentar dentro do próprio Brasil, o consumo do seu principal produto."<sup>93</sup>

Essa pesquisa abrangeu 67 cidades brasileiras, incluindo no Paraná aquelas de Curitiba e Ponta Grossa. Era dirigida a consumidores e torrefadores e concluiu que "o maior ou menor consumo per capita é determinado mais por hábito do que por limitações de ordem econômica e não é o café de menor preço que prepondera nas vendas."<sup>94</sup>

Os resultados numéricos apresentados por essa investigação foram (dados relativos ao então Distrito Federal e 17 Estados brasileiros)<sup>95</sup>: consumo total de café em grãos - 7.409.066 sacas; consumo total de café em pó - 355.632.309 quilos; consumo

---

<sup>92</sup>TORRES, José Garrido. O mercado interno do Brasil. Boletim da Superintendência dos Serviços do Café, São Paulo, 18(194):251-259, abr.1943.

<sup>93</sup>SINOPSE da investigação e análise do mercado nacional do café. Revista do DNC, Rio de Janeiro, 2(11):564-671, maio, 1934. p.564.

<sup>94</sup>Ibid p.602

<sup>95</sup>Excluíram-se os Estados de menor população: Amazonas, Goiás, Mato Grosso e Território do Acre. Ibid. p. 564

per c apita de café em pó - 9,2 quilos.

Analisados em compara o com os dados mais atuais de consumo, verifica-se que esses resultados foram muito otimistas para a época, mas representaram os primeiros números a respeito do consumo de café no Brasil.

#### 5. 1. Consumo de Café em Grão e Torrado e Moído no Brasil e no Estado do Paraná

Até o início de década de 1960, o consumo de café no Brasil foi muito pequeno, se comparado com o de países importadores de café em termos per capita, principalmente com o consumo dos Estados Unidos. O Quadro n  7, na página seguinte, mostra a compara o do consumo per capita de café no Brasil e nos Estados Unidos.

QUADRO Nº 7  
 CONSUMO PER CAPITA DE CAFÉ VERDE NO BRASIL  
 E NOS ESTADOS UNIDOS  
 1940 - 1957

ANOS	BRASIL	EM Kg	ESTADOS UNIDOS
1940	-		9,4
1941	6,5		9,5
1942	7,0		8,0
1943	-		7,3
1944	-		8,8
1945	-		9,1
1946	-		11,6
1947	-		10,4
1948	-		11,1
1949	8,4		11,3
1950	7,7		9,9
1951	7,0		10,1
1952	6,3		10,3
1953	5,7		10,4
1954	5,1		9,2
1955	4,7		9,6
1956	4,3		9,9
1957	4,1		9,9

FONTE: Anuários DNC-IBC e DALY, Rex F. Coffee consumption and prices in the United States.

Analisando-se este Quadro nº 7, verifica-se que, de maneira geral, efetivou-se em ambos os países um decréscimo do consumo per capita. Em termos de Brasil, essa baixa do consumo pode ser explicada em função do desenvolvimento mais rápido da população em relação ao consumo e, até certo ponto,

dos preços do café no mercado interno.

Para os Estados Unidos, Rex Daly<sup>96</sup> justificou o aumento do consumo durante os anos de guerra pelos preços relativamente baixos do café. No período 1950/52 deu-se elevação do consumo em função da guerra da Coreia. No entanto após o conflito coreano, há sensível baixa de consumo, em virtude do aumento dos preços que, a partir daí encorajam o aparecimento de bebidas substitutivas. Rex Daly procura mostrar como os consumidores norte-americanos alteraram o seu consumo de café, em resposta às mudanças no preço e na renda.

A partir de 1958, no Brasil há um significativo aumento do consumo. Através da análise do Quadro nº29 e do Gráfico nº17 referentes ao consumo interno total de café verde no Brasil, verifica-se a importância da intervenção do IBC para a evolução do consumo, pois de 1940 a 1959 houve apenas crescimento vegetativo, enquanto que depois dessa data formou-se uma tendência expansionista bem delineada.

Para o consumo interno de café verde per capita no Brasil (Gráfico nº19) verifica-se elevação nos primeiros anos da década de 1940, decréscimo até 1960, e depois novamente um comportamento altista. Comparando o consumo de café verde no Estado de São Paulo, no Estado do Paraná com o do Brasil (Gráfico nº29) verifica-se claramente a tendência para a alta nas três curvas, sendo que, proporcionalmente, o Estado de São Paulo está bem à frente do Paraná, apresentando oscilações altistas mais acentuadas. A explicação para o crescimento mais len

---

<sup>96</sup>DALY, Rex F. Coffee consumption and prices in the United States. Agricultural Economics research, Washington, D. C., Department of Agriculture, 10 (3): 61-71, Jul. 1958.

to consumo no Estado do Paraná está no fato de que o consumo restringia-se a algumas cidades apenas e oscilava em função da população urbana a qual até 1970 era inferior à rural, como pode ser visto tanto no Quadro nº 16 como no Gráfico nº 5. Para maior precisão dos dados foi retirada do montante total da população a porcentagem correspondente à faixa populacional de zero a quatro anos de idade, que não é considerada consumidora, assim o Quadro nº 40 e o Gráfico nº 40 comprovam o menor consumo no Paraná em relação ao Estado de São Paulo e ao Brasil.

Em relação ao consumo do café torrado e moído no Brasil, total e per capita (Gráficos nºs 23 e 26), verifica-se o mesmo comportamento das curvas de consumo de café verde. O Quadro nº 21 mostra que o consumo de café torrado e moído, per capita, no Brasil, cresceu em 12,5% no período de 1962 a 1970 e apenas 13,5% no período de 1941 a 1970, donde se pode inferir que o crescimento da década de 1960 foi responsável por 92,5% de todo o consumo dos trinta anos.

O Estado do Paraná apresenta a mesma identidade de comportamento das curvas de consumo de café, e de café torrado e moído com as curvas referentes ao Brasil (Gráficos nºs 22 e 27). O Quadro nº 34 mostra que, de 1962 a 1970, o consumo de café torrado e moído per capita do Estado do Paraná cresceu em 17,2% e decresceu em 10,6% entre os anos de 1941 a 1970.

## 5. 2. Relação Preço/Consumo de Café

Para a análise do consumo de café, fez-se necessária a verificação dos preços do produto, na conjuntura em pauta.

O preço de café em grão para consumo interno é resul

tado da ação direta da política econômica levada a efeito no país. Leva-se em conta a estimativa da safra, o custo de produção e a renda gerada pelo setor. Há, assim, certa desvinculação entre o preço interno e o preço no mercado internacional.

O objetivo desta análise está ligado mais à verificação do comportamento do consumo frente ao preço do café torrado e moído no mercado varejista<sup>97</sup>, do que associado ao preço do café em grão. Isto é, procura-se comprovar o conceito de inelasticidade de demanda<sup>98</sup> aplicado ao café. O preço do café torrado e moído para o consumidor brasileiro, ao longo do período estudado refletiu mais a política interna cafeeira e a política econômica em geral do que as oscilações do mercado internacional do café, contrariamente ao que ocorre nos países importadores de café, como é o caso dos Estados Unidos, onde o preço do café torrado e moído é reflexo direto do preço, no mercado do café em grão, como mostra Rex Daly<sup>99</sup>.

Além disso, o preço do café torrado e moído no Brasil esteve durante anos subsidiado, o que deformou muito o mercado e os preços.

"A evolução dos preços do café para o consumo interno no período compreendido entre 1959 1970, não manteve

---

<sup>97</sup> Adotou-se como definição de mercado varejista, aquele diretamente ligado ao consumidor, onde o termo que dá forma ao mercado é o varejo ou seja "mercado de retalho".

<sup>98</sup> Entende-se por inelasticidade de demanda, a fraca ou nula alteração na procura de um determinado produto, face à mudança no preço.

<sup>99</sup> DALY, Rex F. Coffee consumption ...

nenhuma relação com a variação dos preços no mercado internacional, nem com a elevação dos preços de garantia de compra do produto à lavoura pelo Governo, nem com o crescimento dos preços dos demais gêneros alimentícios, nem com as taxas de evolução do processo inflacionário. Pelo contrário, variou ligeiramente dentro da posição que poderíamos chamar de "preço político", pois, a sua manutenção em baixos níveis, obrigou o Governo a um desembolso cada vez maior para alimentar a máquina administrativa que funciona em razão da campanha. As modificações no preço final do produto ocorreram exclusivamente em decorrência da atualização dos custos industriais de Torrefação e Moagem de Torrefação e Moagem de café, dos Estados da Guanabara e de São Paulo, onde os componentes desses custos, salários, embalagens, combustíveis, etc... sofrem o reflexo direto e imediato da elevação do custo de vida."<sup>100</sup>

Vistos separadamente, os Quadros n<sup>os</sup> 36 e 37 e os Gráficos n<sup>os</sup> 31, 32 e 33 verifica-se que se acentua a tendência alista nos preços na década de 1960, precisamente a partir de 1963, o que é justificado pelo índice inflacionário da época<sup>101</sup>.

Para a verificação do preço do café torrado e moído ,

---

<sup>100</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Subsídio ao café ... p. 18.

<sup>101</sup> Ver sobre a inflação no Brasil, neste período. LESSA, Luís Carlos. Quinze anos de política econômica no Brasil. In: FURTADO, Celso et alii. Inflação e desenvolvimento. Rio de Janeiro, Vozes, 1961. 317 p. p. 289-313.

a varejo, em Curitiba, foram utilizados cálculos de proporção (Quadro nº 8).

QUADRO Nº 8  
PREÇOS DO CAFÉ TORRADO E MOÍDO EM CURITIBA,  
EM PROPORÇÃO AO SEU VALOR EM 1940  
1940 - 1970

ANOS	PREÇO Cr\$/Kilo	PROPORÇÃO DE AUMENTO 1940 = 100
1940	0,002	100
1945	0,008	400
1950	0,026	130
1955	0,050	250
1960	0,056	280
1965	0,400	200
1970	1,800	900

FONTE: Quadro nº 24.

Através do Quadro nº 8, verifica-se que os preços de 1940 a 1970, sofreram significativa alteração. Em 1945 o aumento do preço do café torrado e moído foi reflexo da elevação interna dos preços dos produtos alimentícios no período da Segunda Guerra Mundial. O decréscimo dos preços evidenciado em 1965 tem sua origem no período do subsídio. O ressurgimento da alta significativa em 1970 deu-se em função da retirada gradativa desses subsídios<sup>102</sup>.

Comparando-se os preços do café torrado e moído com o salário mínimo em Curitiba (Quadro nº 9, ver folha seguinte) en-  
contra-se:

<sup>102</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Subsídio ao café ...

QUADRO Nº 9  
 PROPORÇÃO DE AUMENTO DOS PREÇOS DO CAFÉ TORRADO E MOÍDO  
 EM RELAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO EM CURITIBA  
 1940 - 1970

ANOS	PROPORÇÃO DE AUMENTO DE SALÁRIO	PROPORÇÃO DE AUMENTO DO PREÇO	PORCENTUAL DE AUMENTO DO PREÇO EM RELAÇÃO AO SALÁRIO (%)
1940	100	100	100,00
1945	150	400	166,67
1950	150	130	86,67
1955	750	250	33,33
1960	360	280	77,78
1965	300	200	66,67
1970	852	900	105,63

FONTE: Quadros nº 36 e nº 37.

Os resultados do Quadro nº 9 mostram a ínfima incidência do preço do café torrado e moído no salário mínimo, já que em apenas dois anos, os dados comparativos salários-preço ultrapassaram o índice de 1940. Os dois anos em que o aumento do preço foi proporcionalmente maior que o salário têm as seguintes explicações: em 1945 ainda eram sentidas as influências da Guerra e os preços continuaram inflacionados; até 1965 os preços subsidiados do café em grão mantiveram baixos os preços do café torrado e moído mas, a partir daí, nota-se contínua elevação que chega a 50% em 1970. Essa elevação resulta da eliminação gradativa do subsídio.

O Gráfico nº 35, por sissô, apresenta evidências fortíssimas para a comprovação da inelasticidade da demanda de café torrado e moído, pois o consumo per capita se mantém praticamente estável de 1940 a 1970, enquanto o preço se elevava constantemente.

Os Quadros nºs 38 e 39 e os Gráficos nºs 36 e 37 com

as curvas de preços do café torrado e moído e salários em médias móveis, confirmam a tendência altista que se verificava nos dados absolutos, no espaço de trinta e um anos.

Outro fator que colabora para a inelasticidade de demanda por café é a inexistência de produtos substitutivos de maneira geral, cujos preços se situem em níveis próximos daqueles do café.

Para calcular os gastos com café em um orçamento familiar, foi feito o seguinte: tomou-se por base o ano de 1970 e uma família de quatro pessoas consumindo seis quilos de café por mês (caso extremo) com receita global de quatro salários mínimos. Verificou-se que as despesas com a aquisição do café representariam no orçamento familiar cerca de 1,7%. A proporção dos gastos com café foi, portanto, pequena.

Pesquisa realizada na Guanabara em 1961, sob a orientação do IBC constatou que o nível de consumo de uma família média brasileira (em torno de cinco membros e todos consumidores) era de dois quilos de café por mês, o que equivalia a 0,04% de gastos do orçamento familiar<sup>103</sup>.

Todos esses elementos concorrem para comprovar a inelasticidade de demanda por café, já que "quanto menor o peso de um bem no orçamento do consumidor, menor o seu coeficiente de elasticidade."<sup>104</sup>

Com base nos dados apresentados, chega-se à conclusão que o café foi, durante o período estudado, realmente um produto inelástico, graças em parte ao subsídio, mecanismo que não permitiu elevações bruscas de preços.

---

<sup>103</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Pesquisa de custo médio...

<sup>104</sup> \_\_\_\_\_ . Torrefação e moagem ... p. 4/11.

O consumo do café torrado e moído tornou-se um hábito alimentar muito arraigado entre as populações brasileiras. De norte a sul do país, o produto foi difundido atingindo faixas etárias diversas.

Juntamente com o estabelecimento deste hábito alimentar formaram-se alguns preconceitos em relação à utilização do café em pó, que têm suas origens ainda no período da expansão cafeeira. Entre esses: o hábito de comprar o café moído na hora significando aquisição de produto puro e recente que ainda está ligado ao antigo processo de torrar e moer o café em casa.

Esses fatores e outros que serão analisados adiante tornam o café torrado e moído o preferido das donas de casa, se comparado com o café solúvel que penetrou no mercado brasileiro na década de 1960. Apesar disso existem grandes possibilidades para o aumento do consumo deste produto.

### 5.3. Perspectivas para o Consumo de Café Solúvel

O crescimento demográfico e o estabelecimento de uma sociedade industrializada, são fatores que concorrem para estimular a presença de novos produtos alimentícios no mercado, principalmente de produtos semi-acabados que reduzem o tempo de preparo.

Dentro desse raciocínio acredita-se que o café solúvel, apesar de sua pouca expressão no consumo interno de café no Brasil, tem perspectivas de ampliar sua participação, proporcionalmente à difusão da praticidade do preparo e ao preço competitivo com o do café torrado e moído. A viabilidade de disso será maior na medida em que os preços do café torra

do e moído subirem acompanhando a alta da matéria-prima e equiparando-se aos do café solúvel.

Apesar do predomínio do uso do café torrado e moído, existe uma sensível elevação do consumo do café solúvel desde o seu surgimento no mercado. Até agora o ínfimo consumo de café solúvel no Brasil, pode ser explicado por alguns fatores: falta de hábito do consumo de produtos solúveis, falta de agressividade e de competitividade das indústrias do solúvel no mercado interno<sup>105</sup> e também pelo fato deste produto orientar-se mais para o comércio exterior.

A superioridade do mercado externo do solúvel sobre o interno pode ser avaliada no Quadro nº 10, onde a demanda externa teve evolução mais rápida que a interna, com o percentual da demanda interna perfazendo um índice muito mais baixo, menos de 10%.

QUADRO Nº 10  
EVOLUÇÃO DA DEMANDA TOTAL POR SOLÚVEL BRASILEIRO  
1966 - 1970

ANOS	DEMANDA EXTERNA (em sacas de 60 Kg)	DEMANDA INTERNA	TOTAL	% DE DEMANDA INTERNA NA TOTAL
1966	198.649	48.162	246.811	19,5
1967	591.566	49.417	640.983	7,7
1968	576.915	75.001	651.916	15,1
1969	922.917	102.050	1.027.967	9,9
1970	1.041.127	71.397	1.112.524	6,4
TOTAL	3.331.174	346.027	3.677.201	9,4 (média)

FONTE: A Economia Brasileira e suas perspectivas...

<sup>105</sup>Ver: DUQUE, Hélio M. S. A guerra do café solúvel. Rio de Janeiro, Editora Leitura, 1970. 158 p. e \_\_\_\_\_. A industrialização do café solúvel ...

Confrontando o consumo de café torrado e moído e do café solúvel observa-se a predominância do primeiro sobre o segundo. (Quadro nº 11).

QUADRO Nº 11  
CONSUMO DE CAFÉ NO BRASIL  
1959 - 1970

ANOS	TORRADO E MOÍDO (e m s a c a s d e 60 Kg)	SOLÚVEL	TOTAL	PARTICIPAÇÃO % DO SOL. NO TOTAL
1959	2.258.526	11.200	2.269.726	0,49
1960	4.094.674	14.550	4.109.224	0,35
1961	4.629.702	19.200	4.648.902	0,41
1962	4.979.128	27.300	5.006.428	0,55
1963	5.395.830	29.500	5.425.330	0,54
1964	6.019.217	26.350	6.045.567	0,44
1965	6.505.386	22.150	6.527.536	0,34
1966	6.477.910	48.162	6.526.072	0,74
1967	6.899.015	49.417	6.948.432	0,71
1968	7.001.426	75.001	7.076.427	1,06
1969	6.996.006	102.050	7.098.056	1,44
1970	7.110.559	71.397	7.181.956	0,99

FONTE: A Economia Brasileira e suas perspectivas...

É importante notar que a época do aparecimento do café solúvel no mercado, na década de 1960, coincidiu exatamente com a fase de subsídio às indústrias de torrefação e moagem de café, o que contribuiu para manter os preços do café torrado e moído e do solúvel em crescentes distâncias.

"Essa diferença é uma das principais responsáveis pela atual dificuldade do café solúvel vingar no mercado interno. Tudo leva a crer, entretanto, que passada a primeira fase, isto é, a da apresentação do produto ao mercado e do seu lançamento sustentado por boa campanha publicitária, o solúvel venha a mostrar uma alta elasticidade cruzada com o café torrado e moído. Isto significa que, caso se verifique eleva -

ções no preço do café torrado e moído, intensa será a resposta em termos de aumento no consumo do café solúvel. Ou seja, para uma dada variação no preço do café torrado, teremos um aumento na quantidade procurada do solúvel como consequência da substituição de um produto pelo outro, causada pela alteração da relação de preço."<sup>106</sup>

Ao aspecto preço, unem-se outras restrições para o consumo do solúvel, como os hábitos tradicionais de fazer e tomar o café; concorrência de outras bebidas, como os refrigerantes, que atingem determinada faixa etária.

De maneira geral, a vantagem do café solúvel sobre o torrado e moído, traduz-se em termos de rendimento, já que um quilo de solúvel corresponde aproximadamente a oitocentas xícaras (50cc)<sup>107</sup> de café, enquanto que um quilo de café torrado e moído preenche cento e vinte xícaras, o que dá para o café solúvel um rendimento 6,5 vezes superior ao do torrado e moído<sup>108</sup>.

Nos Estados Unidos o consumo de café solúvel representava, em 1958, aproximadamente 17% do consumo total de café, e o seu aproveitamento em relação ao café torrado e moído estava em torno de 40%. A tendência naquele país é a substituição contínua do café torrado e moído pelo café instantâneo ou solúvel<sup>109</sup>.

As perspectivas para um maior consumo de café solúvel no Brasil surgirão quando "o café solúvel puder ir melho

---

<sup>106</sup>O CONSUMO interno de café ... p. 213

<sup>107</sup>Medida correspondente a uma xícara de cafezinho

<sup>108</sup>O CONSUMO interno de café ... p. 213

<sup>109</sup>DALY, Rex F. Coffee consumption ...

rando de qualidade<sup>110</sup> e for mais divulgado, além da alteração nos hábitos do consumidor.

---

<sup>110</sup>NETTO, Antonio Delfim. O mercado cafeeiro ... p. 33.

## 6. 0. CONCLUSÕES

Na análise da industrialização do Estado do Paraná, verificou-se que somente na década de 1970 é que esse processo teve início. Até então, o que ocorreu no Estado foi um "desenvolvimento" construído não pela industrialização, mas pelo café, um produto agrícola. O que ocorreu em relação ao Brasil ocorreu também no Paraná: o progresso e a modernização se fizeram fundados em um produto de exportação.

O crescimento industrial constatado desde a década de 1940, no qual estão inseridas as indústrias de torrefação e moagem de café não alterou em nada a estrutura econômica do Estado. As indústrias de torrefação e moagem de café participaram em pequena escala no desenvolvimento do Paraná em virtude de sua pequena representatividade em termos de capital e investimento. Essas indústrias surgiram graças ao processo de urbanização, estabeleceram-se e conquistaram o mercado, apesar das deficiências iniciais. Foram sempre pequenas e médias empresas devido ao baixo capital inicial necessário e à baixa rentabilidade proporcionada.

Em termos numéricos o crescimento dessas indústrias foi lento até a década de 1960. A partir daí, as indústrias receberam incentivo significativo através do subsídio decorrente da acumulação de estoques.

Caracteristicamente, o setor de torrefação e moagem de café passou a ser lucrativo e um grande número de empresários pretendeu estabelecer-se no ramo, mesmo aqueles que não tinham a mínima experiência em termos de industrialização de café, visto que para a montagem de uma torrefação os gastos iniciais não eram grandes e a matéria-prima estava sendo fornecida a baixo preço. A conjuntura da década de 1960 foi favorável à expansão desta atividade.

Com o subsídio foi ativado internamente o consumo de café verde e do café torrado e moído, os quais até aquela época haviam tido apenas crescimento vegetativo em função do desenvolvimento demográfico.

Para se ter idéia da evolução do consumo, o país passou de pouco menos de três milhões de sacas consumidas em 1959 para oito milhões de sacas de café verde em 1970, apresentando percentuais de crescimento de 214,84% para o Brasil, e de 333,49% para o Paraná.

Analisando o consumo em relação ao preço do café torrado e moído, conclui-se que no período estudado, o café foi um produto inelástico, uma vez que o aumento significativo do consumo não esteve internamente ligado à baixa do preço em favor do consumidor.

Interessante a observar é que a partir do momento em que foi retirado o subsídio e o preço do café ao nível do consumidor adquiriu valor real de mercado, houve certa diminuição de consumo, o que permite falar em inelasticidade relativa de demanda. Isso possibilitou novas perspectivas para o consumo do café solúvel, com dois aspectos favoráveis: preço competitivo no mercado estimulando a aceitação pelo consumidor, ao lado da praticidade do seu uso.

Na verdade, a indústria de torrefação e moagem de café acomodou-se no período do subsídio. Para que continue a abastecer o mercado interno serão necessárias constantes intervenções no setor, à medida em que o preço interno do café em grão se eleve e as empresas não tenham capacidade de fazer frente aos altos custos, pois que na sua maioria continuam pequenas e médias empresas.

QUADRO Nº 12

PRODUÇÃO DE CAFÉ VERDE NO BRASIL

1940 - 1970

ANOS SAFRA	EM SACAS DE 60 Kg.
1940/1941	16.456.000
1941/1942	15.797.000
1942/1943	13.613.000
1943/1944	12.160.000
1944/1945	9.137.000
1945/1946	12.701.000
1946/1947	14.019.000
1947/1948	13.572.000
1948/1949	16.952.000
1949/1950	16.303.000
1950/1951	16.754.000
1951/1952	15.021.000
1952/1953	16.100.000
1953/1954	15.148.000
1954/1955	14.512.000
1955/1956	22.064.000
1956/1957	12.535.000
1957/1958	21.628.000
1958/1959	26.807.000
1959/1960	44.130.000
1960/1961	29.848.000
1961/1962	35.860.000
1962/1963	28.703.000
1963/1964	23.135.000
1964/1965	18.063.000
1965/1966	37.776.000
1966/1967	17.505.000
1967/1968	23.374.000
1968/1969	16.842.000
1969/1970	15.209.000
1970/1971	10.709.000

FONTE: ANUÁRIOS DNC e IBC.

NOTA: A quantidade de café encaminhada à comercialização

QUADRO Nº 13

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ VERDE - BRASIL

1940 - 1970

ANO CIVIL	SACAS DE 60 Kg.
1940	12.053 .000
1941	11.055 .000
1942	7.280 .000
1943	10.116 .000
1944	13.558 .000
1945	14.172 .000
1946	15.609 .000
1947	14.688 .000
1948	17.492 .000
1949	19.368 .000
1950	14.835 .000
1951	16.858 .000
1952	15.821 .000
1953	15.562 .000
1954	10.918 .000
1955	13.696 .000
1956	16.805 .000
1957	14.319 .000
1958	12.894 .000
1959	17.723 .000
1960	16.819 .000
1961	16.971 .000
1962	16.377 .000
1963	19.514 .000
1964	14.948 .000
1965	13.497 .000
1966	17.031 .000
1967	17.331 .000
1968	19.035 .000
1969	19.613 .000
1970	17.085 .000

FONTE: ANUÁRIOS IBC.

QUADRO Nº 14  
 PRODUÇÃO DE CAFÉ VERDE NO ESTADO DO PARANÁ  
 1940 - 1963

ANO CIVIL	EM SACAS DE 60 Kg.
1940	951.000
1941	836.000
1942	549.000
1943	160.000
1944	578.000
1945	630.000
1946	1.137.000
1947	1.550.000
1948	1.885.000
1949	2.317.000
1950	2.420.000
1951	4.026.000
1952	2.842.000
1953	3.800.000
1954	4.500.000
1955	3.900.000
1956	5.400.000
1957	6.200.000
1958	8.590.000
1959	20.656.000
1960	14.300.000
1961	16.000.000
1962	14.000.000
1963	17.200.000
1964	-
1965	-
1966	-
1967	-
1968	-
1969	-
1970	-

FONTE: O ESTADO DE SÃO PAULO - São Paulo, 15 de janeiro de 1965,  
 CADERNO ESPECIAL, p. 4.

QUADRO Nº 15

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ VERDE DO ESTADO DO PARANÁ

1940 - 1970

ANOS	SACAS DE 60 Kg.
1940	482.946
1941	623.765
1942	211.690
1943	222.528
1944	149.095
1945	67.375
1946	391.845
1947	1.176.835
1948	1.164.077
1949	1.935.714
1950	1.887.301
1951	3.076.868
1952	3.147.919
1953	3.647.347
1954	1.823.682
1955	1.817.907
1956	3.058.731
1957	2.114.797
1958	2.913.909
1959	3.845.299
1960	2.232.823
1961	3.321.219
1962	3.904.255
1963	6.282.309
1964	3.621.989
1965	3.963.185
1966	6.098.242
1967	5.716.996
1968	6.734.949
1969	7.657.851
1970	6.744.085

FONTE: ANUÁRIOS IBC.

QUADRO Nº 16  
 POPULAÇÃO DO PARANÁ  
 1940 - 1970

ANOS	URBANA	RURAL	TOTAL
1940	147.150	1.062.126	1.236.276
1941	191.209	1.074.423	1.265.633
1942	212.347	1.095.657	1.308.005
1943	237.564	1.125.829	1.363.393
1944	266.860	1.164.937	1.431.797
1945	300.234	1.212.981	1.513.216
1946	337.687	1.269.963	1.607.651
1947	379.219	1.335.882	1.715.102
1948	424.830	1.410.737	1.835.568
1949	474.519	1.494.529	1.969.049
1950	528.287	1.587.258	2.115.546
1951	586.134	1.688.924	2.275.059
1952	648.060	1.799.527	2.447.587
1953	714.064	1.919.066	2.633.131
1954	784.147	2.047.543	2.831.690
1955	858.309	2.184.956	3.043.265
1956	936.550	2.331.306	3.267.856
1957	1.018.869	2.486.593	3.505.462
1958	1.105.267	2.650.816	3.756.083
1959	1.195.744	2.823.977	4.019.721
1960	1.290.299	3.006.074	4.296.374
1961	1.395.400	3.050.400	4.445.800
1962	1.503.500	3.181.900	4.685.400
1963	1.614.800	3.317.200	4.932.000
1964	1.729.300	3.456.400	5.175.700
1965	1.847.000	3.599.600	5.446.600
1966	1.968.200	3.746.900	5.715.100
1967	2.092.800	3.798.500	5.890.300
1968	2.221.100	4.054.500	6.275.600
1969	2.353.000	4.215.000	6.568.000
1970	2.546.899	4.450.783	6.997.682

FONTE: IBGE

QUADRO Nº 17  
ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS  
Por Década - 1940 - 1970

ANOS	P A R A N Á		B R A S I L	
	Produtos alimentares	Total	Produtos alimentares	Total
1940	575	2.264	14.905	49.417
1950	1.404	4.038	32.247	92.285
1960	2.083	6.417	33.443	110.775
1970	3.677	10.855	46.815	164.793

FONTE: ANUÁRIOS IBGE.

Nota: Dados em números absolutos, tomados em 1º de janeiro de cada ano representativo.



QUADRO Nº 19

INDÚSTRIAS DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ NO ESTADO DO PARANÁ  
1940 - 1970

ANOS	TORREFAÇÃO E MOAGEM	TORREFAÇÃO E MOAGEM ASSOCIADA A OUTROS RAMOS COMERCIAIS E INDUSTRIAS	TOTAL
1940	1	2	3
1941	2	3	5
1942	2	3	5
1943	7	4	11
1944	4	2	6
1945	5	4	9
1946	7	7	14
1947	1	4	5
1948	12	4	16
1949	6	1	7
1950	7	5	12
1951	6	3	9
1952	9	1	10
1953	5	6	11
1954	4	1	5
1955	14	4	18
1956	13	5	18
1957	9	7	16
1958	11	2	13
1959	12	8	20
1960	19	9	28
1961	20	8	28
1962	22	13	35
1963	30	8	38
1964	42	7	49
1965	23	4	27
1966	23	0	23
1967	16	3	19
1968	12	2	14
1969	4	5	9
1970	6	1	7
<i>Total</i>	354	136	490

FONTE: LIVROS DE FIRMAS. JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ.

QUADRO Nº 20

INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ NO ESTADO DO PARANÁ

Por Década - 1930 - 1960

ANOS	Torrefação e moagem	Torrefação e moagem associada a outros ramos comerciais	TOTAL
1930 - 1939	29	30	59
1940 - 1949	47	34	81
1950 - 1959	90	42	132
1960 - 1969	211	59	270

FONTE: LIVROS DE FIRMAS- JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ.

NOTA: Para obtenção do total de registros por década usou-se o mesmo critério da FIBGE, ou seja, considera-se que foi feito o recenseamento em 1º do ano de 1940, 1950, 1960 e 1970. O resultado obtido para 1940 significa a soma dos registros de 1º de janeiro de 1930 a 31 de dezembro de 1939. Para 1950, de 1º de janeiro de 1940 a 31 de dezembro de 1949, e assim por diante.

QUADRO Nº 21

INDÚSTRIAS DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ NO ESTADO DO PARANÁ

Tipos de Firmas

1940 - 1970

ANOS	N U M E R O S		A B S O L U T O S		TOTAL
	Individual	Limitada	S/A		
1940	2	1	-		3
1941	3	2	-		5
1942	2	3	-		5
1943	8	3	-		11
1944	4	2	-		6
1945	5	3	1		9
1946	5	9	-		14
1947	3	2	-		5
1948	6	10	-		16
1949	4	3	-		7
1950	3	9	-		12
1951	4	5	-		9
1952	4	6	-		10
1953	3	8	-		11
1954	3	2	-		5
1955	6	12	-		18
1956	8	10	-		18
1957	8	8	-		16
1958	6	7	-		13
1959	16	4	-		20
1960	18	10	-		28
1961	19	9	-		28
1962	20	15	-		35
1963	23	15	-		38
1964	23	26	-		49
1965	19	8	-		27
1966	13	10	-		23
1967	11	8	-		19
1968	7	7	-		14
1969	5	3	1		9
1970	1	6	-		7
TOTAL	263	225	2		490

FONTE: LIVROS DE FIRMAS. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ.

QUADRO Nº 22

INDÚSTRIAS DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ NO ESTADO DO PARANÁ

*Tipos de Firmas Registradas - Por Década*

1930 - 1960

ANOS	<i>Firma individual</i>	<i>Firma limitada</i>	S/A	TOTAL
1930 - 1939	46	13	-	59
1940 - 1949	42	38	1	81
1950 - 1959	61	71	-	132
1960 - 1969	158	111	1	270
TOTAL	307	233	2	542

FONTE: LIVROS DE FIRMAS - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ.

NOTA: Para obtenção do total de registros por décadas, usou-se o mesmo critério da IBGE, ou seja, considera-se que foi feito o recenseamento em 1º de janeiro dos anos de 1940, 1950, 1960 e 1970. O resultado obtido para 1940 significa a soma dos registros de 1º de janeiro de 1930 a 31 de dezembro de 1939. Para 1950, de 1º de janeiro de 1940 a 31 de dezembro de 1949, e assim por diante.

QUADRO Nº 23

INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ NO ESTADO DO PARANÁ  
Capital Inicial Registrado por Ano - Em cruzeiros  
1940 - 1970

ANOS	Torrefação e moagem.	Torrefação e moagem associada a outros ramos comerciais e industriais	TOTAL
1940	4,95	24,00	28,95
1941	5,00	182,00	187,00
1942	105,00	60,00	165,00
1943	355,00	154,00	509,00
1944	200,00	40,00	240,00
1945	245,00	1.390,00	1.635,00
1946	475,00	2.315,00	2.790,00
1947	10,00	1.000,00	1.010,00
1948	1.120,00	1.150,00	2.270,00
1949	1.010,00	250,00	1.260,00
1950	1.135,00	1.165,00	2.300,00
1951	1.760,00	900,00	2.660,00
1952	1.045,00	60,00	1.105,00
1953	1.250,00	2.470,00	3.720,00
1954	1.110,00	335,00	1.445,00
1955	1.210,00	710,00	1.920,00
1956	2.676,00	5.800,00	8.476,00
1957	1.625,00	2.900,00	4.525,00
1958	4.030,00	1.400,00	5.430,00
1959	1.170,00	6.275,00	7.445,00
1960	3.675,00	6.400,00	10.075,00
1961	3.775,00	8.200,00	11.975,00
1962	27.740,00	56.500,00	84.240,00
1963	27.340,00	14.850,00	42.190,00
1964	87.200,00	37.100,00	124.300,00
1965	57.100,00	25.050,00	81.150,00
1966	113.200,00	-	113.200,00
1967	92.000,00	55.000,00	147.000,00
1968	312.000,00	30.000,00	342.000,00
1969	76.000,00	160.000,00	236.000,00
1970	245.000,00	30.000,00	275.000,00
TOTAL	1.065.570,95	450.680,00	1.516.250,95

FONTE: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ



QUADRO Nº 25

INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ NO ESTADO DO PARANÁ

*Evolução do Capital Médio Registrado. Períodos de 5 Anos*

1941 - 1970 - Em Cruzeiros

ANOS	TORREFAÇÃO E MOAGEM	TORREFAÇÃO E MOAGEM ASSOCIADA A OUTROS RAMOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	TOTAL
1941-1945	182,00	365,20	547,20
1946-1950	750,00	1.176,00	1.926,00
1951-1955	1.275,00	895,00	2.170,00
1956-1960	2.635,20	4.555,00	7.190,20
1961-1965	40.631,00	28.140,00	68.771,00
1966-1970	167.640,00	55.000,00	222.640,00
TOTAL	214.113,20	90.131,20	303.244,40

FONTE: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ

QUADRO Nº 26

INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ NO ESTADO DO PARANÁ  
 Capital Inicial Registrado por Ano  
 1940 - 1970

ANOS	EM CRUZEIROS Médias móveis
1940	-
1941	-
1942	225,99
1943	547,20
1944	1.067,80
1945	1.236,80
1946	1.589,00
1947	1.793,00
1948	1.926,00
1949	1.900,00
1950	1.919,00
1951	2.209,00
1952	2.246,00
1953	2.170,00
1954	3.333,20
1955	4.017,20
1956	4.359,20
1957	5.559,20
1958	7.190,20
1959	7.890,00
1960	23.833,00
1961	31.185,00
1962	54.556,00
1963	68.771,00
1964	89.016,00
1965	101.568,00
1966	161.530,00
1967	183.870,00
1968	222.640,00
1969	-
1970	-

FONTE: QUADRO Nº 23

QUADRO Nº 27

NACIONALIDADE DOS TORREFADORES DE CAFÉ NO ESTADO DO PARANÁ

1940 - 1970

ANOS	NÚMERO ABSOLUTO DE DECLARANTES DE FIRMAS INDIVIDUAIS		
	Brasileira	Outras	Total
1940	1	1	2
1941	3	-	3
1942	1	-	1
1943	5	1	6
1944	4	1	5
1945	5	-	5
1946	5	-	5
1947	2	1	3
1948	5	1	6
1949	4	-	4
1950	2	1	3
1951	4	-	4
1952	4	-	4
1953	3	-	3
1954	3	-	3
1955	6	-	6
1956	8	-	8
1957	7	1	8
1958	5	1	6
1959	10	1	11
1960	15	-	15
1961	15	4	19
1962	18	2	20
1963	23	2	25
1964	26	-	26
1965	22	-	22
1966	13	-	13
1967	7	1	8
1968	7	1	8
1969	8	-	8
1970	6	1	7
TOTAL	247	20	267

FONTE: LIVROS DE FIRMAS. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ

QUADRO Nº 28

NACIONALIDADES DOS TORREFADORES DE CAFÉ NO ESTADO DO PARANÁ

1940 - 1970

NACIONALIDADES	EM NÚMEROS ABSOLUTOS
<i>Alemã</i>	1
<i>Argentina</i>	1
<i>Chinesa</i>	1
<i>Egípcia</i>	1
<i>Espanhola</i>	1
<i>Italiana</i>	2
<i>Libanesa</i>	2
<i>Polonesa</i>	5
<i>Portuguesa</i>	4
<i>Síria</i>	1
<i>Turca</i>	1
<i>TOTAL</i>	20

FONTE: LIVROS DE FIRMAS. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ

QUADRO Nº 29

CONSUMO INTERNO APARENTE DE CAFÉ VERDE NO BRASIL

1940 - 1970

ANOS	REAL	Em sacas de 60 Kg	TEÓRICO
1940	-		86.866
1941	448.750		367.907
1942	491.785		522.573
1943	455.867		682.121
1944	-		575.190
1945	-		527.796
1946	-		463.335
1947	-		402.580
1948	-		363.685
1949	549.525		363.180
1950	-		410.977
1951	-		520.364
1952	-		698.008
1953	-		948.957
1954	-		1.275.634
1955	-		1.677.844
1956	-		2.152.771
1957	-		2.694.974
1958	-		3.296.392
1959	2.823.157		3.946.350
1960	5.118.342		4.631.537
1961	5.787.127		5.336.036
1962	6.223.910		6.041.299
1963	6.744.787		6.726.161
1964	7.524.021		7.366.825
1965	8.131.732		7.936.900
1966	8.097.387		8.407.345
1967	8.623.769		8.746.511
1968	8.751.783		8.920.115
1969	8.745.007		8.891.291
1970	8.888.199		8.620.488

FONTE: ANUÁRIOS DNC-IBC

QUADRO Nº 30

CONSUMO INTERNO APARENTE DE CAFÉ VERDE NO ESTADO DO PARANÁ  
1940 - 1970

ANOS	REAL	Em sacas de 60 Kg	TEÓRICO
1940	139.674		144.344
1941	97.292		128.264
1942	145.700		114.305
1943	-		102.467
1944	-		92.750
1945	-		85.154
1946	-		79.678
1947	-		76.324
1948	-		75.090
1949	101.398		75.977
1950	-		78.985
1951	-		84.114
1952	-		91.364
1953	-		100.735
1954	-		112.227
1955	-		125.839
1956	-		141.573
1957	-		159.427
1958	-		179.402
1959	132.974		201.498
1960	-		225.716
1961	-		252.053
1962	297.951		280.512
1963	323.767		311.092
1964	373.323		343.793
1965	387.283		378.614
1966	398.637		415.557
1967	447.981		454.620
1968	503.183		495.804
1969	542.438		539.109
1970	576.432		584.535

FONTE: ANUÁRIOS DNC-IBC

QUADRO Nº 31  
 CONSUMO INTERNO APARENTE DE CAFÉ VERDE  
 NO BRASIL PER CAPITA  
 1940 - 1970

ANOS	REAL	EM Kg	TEÓRICO
1940	-		4,26
1941	6,5		6,49
1942	7,0		8,09
1943	6,2		9,14
1944	-		9,73
1945	-		9,94
1946	-		9,84
1947	-		9,51
1948	-		9,01
1949	8,4		8,39
1950	-		7,72
1951	-		7,02
1952	-		6,34
1953	-		5,71
1954	-		5,17
1955	-		4,72
1956	-		4,39
1957	-		4,18
1958	-		4,10
1959	-		4,14
1960	4,3		4,30
1961	4,7		4,55
1962	4,9		4,87
1963	5,2		5,25
1964	5,7		5,63
1965	6,0		5,99
1966	5,8		6,28
1967	6,0		6,45
1968	5,9		6,43
1969	5,7		6,17
1970	5,6		5,60

FONTE: ANUÁRIOS DNC-IBC

QUADRO Nº 32

CONSUMO INTERNO APARENTE DE CAFÉ VERDE

NO ESTADO DO PARANÁ

Per Capita 1940-1970

ANOS	REAL	TEÓRIO
	EM Kg	
1940	6,7	6.246
1941	4,6	6,049
1942	6,7	5,861
1943	-	5,681
1944	-	5,510
1945	-	5,348
1946	-	5,194
1947	-	5,049
1948	-	4,913
1949	5,2	4,785
1950	-	4,666
1951	-	4,555
1952	-	4,453
1953	-	4,360
1954	-	4,275
1955	-	4,199
1956	-	4,132
1957	-	4,073
1958	-	4,023
1959	-	3,981
1960	-	3,949
1961	-	3,924
1962	3,6	3,909
1963	3,7	3,902
1964	4,0	3,903
1965	3,9	3,914
1966	3,8	3,933
1967	3,9	3,960
1968	4,1	3,996
1969	4,2	4,047
1970	4,2	4,095

FONTE: Anuário DNC-IBC

QUADRO Nº 33

CONSUMO INTERNO APARENTE DE CAFÉ TORRADO E MOIDO NO BRASIL

1940 - 1970

ANOS	TOTAL EM SACAS DE 48 Kg.		PER CAPITA EM KG.	
	Real	Teórico	Real	Teórico
1940	-	69.492	-	3,4
1941	359.000	294.325	5,2	5,2
1942	393.428	418.058	5,6	6,5
1943	364.693	465.696	5,0	7,3
1944	-	460.152	-	7,8
1945	-	422.236	-	7,9
1946	-	370.668	-	7,9
1947	-	322.064	-	7,6
1948	-	290.948	-	7,2
1949	439.620	289.744	6,7	6,7
1950	-	328.781	-	6,2
1951	-	416.291	-	5,5
1952	-	558.406	-	5,0
1953	-	759.165	-	4,6
1954	-	1.020.507	-	4,1
1955	-	1.342.275	-	3,8
1956	-	1.722.217	-	3,5
1957	-	2.155.979	-	3,3
1958	-	2.637.114	-	3,3
1959	2.258.526	3.157.080		3,3
1960	4.094.674	3.705.230	3,4	3,4
1961	4.629.702	4.268.929	3,8	3,6
1962	4.979.128	4.833.039	4,0	3,9
1963	5.395.830	5.380.929	4,2	4,2
1964	6.019.217	5.893.460	4,6	4,5
1965	6.505.386	6.349.520	4,8	4,8
1966	6.477.910	6.725.876	4,6	5,0
1967	6.899.015	6.997.241	4,8	5,2
1968	7.001.426	7.136.092	4,7	5,1
1969	6.996.006	7.113.033	4,6	4,9
1970	7.110.559	6.896.390	4,5	4,5

FONTE: ANUÁRIOS DNC - IBC.

QUADRO Nº 34

CONSUMO INTERNO APARENTE DE CAFÉ TORRADO E MOIDO NO ESTADO DO PARANÁ  
1940 - 1970

ANOS	TOTAL EM SACAS DE 48 Kg.		PER CAPITA EM Kg.	
	Real	Teórica	Real	Teórica
1940	-	-	-	-
1941	111.739	115.475	5,4	4,9
1942	77.834	102.611	3,8	4,8
1943	116.560	91.444	5,4	4,7
1944	-	81.973	-	4,5
1945	-	68.123	-	4,2
1946	-	63.742	-	4,1
1947	-	61.059	-	4,0
1948	-	60.062	-	3,9
1949	81.108	60.781	4,2	3,8
1950	-	63.188	-	3,7
1951	-	67.291	-	3,6
1952	-	73.091	-	3,5
1953	-	80.588	-	3,5
1954	-	89.781	-	3,4
1955	-	100.671	-	3,3
1956	-	113.258	-	3,2
1957	-	127.541	-	3,2
1958	-	143.521	-	3,2
1959	106.379	161.198	-	3,2
1960	-	180.572	-	3,1
1961	-	201.642	-	3,1
1962	238.360	224.409	2,9	3,1
1963	259.014	248.873	3,0	3,1
1964	298.658	275.034	3,2	3,1
1965	309.826	302.891	3,1	3,1
1966	318.909	332.445	3,0	3,1
1967	358.384	363.696	3,1	3,2
1968	402.546	396.643	3,3	3,2
1969	433.950	431.287	3,4	3,2
1970	461.146	467.628	3,4	3,2

FONTE: ANUÁRIOS DNC - IBC.

QUADRO Nº 35

CONSUMO DE CAFÉ VERDE NO ESTADO DE SÃO PAULO

1940 - 1970

ANOS	TOTAL EM SACAS DE 60 Kg.
1940	252.556
1941	270.012
1942	284.486
1943	290.153
1944	321.671
1945	• • •
1946	• • •
1947	• • •
1948	• • •
1949	413.291
1950	367.273
1951	375.287
1952	393.230
1953	413.283
1954	342.679
1955	370.353
1956	370.353
1957	405.931
1958	412.203
1959	754.317
1960	869.114
1961	876.580
1962	995.233
1963	991.368
1964	2.343.370
1965	2.436.891
1966	2.410.246
1967	2.527.048
1968	2.603.477
1969	2.624.991
1970	2.664.044

FONTE: ANUÁRIOS; INSTITUTO DE CAFÉ DE S. PAULO E IBC.

QUADRO Nº 36

PREÇOS DO CAFÉ TORRADO E MOIDO A VAREJO, CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ

1940 - 1970

ANOS	Cr\$/Kg.
1940	0,002
1941	0,003
1942	0,004
1943	0,005
1944	0,006
1945	0,008
1946	0,010
1947	0,011
1948	0,010
1949	0,013
1950	0,026
1951	0,026
1952	0,023
1953	0,034
1954	0,038
1955	0,050
1956	0,050
1957	0,050
1958	0,046
1959	0,040
1960	0,056
1961	0,056
1962	0,066
1963	0,097
1964	0,180
1965	0,250
1966	0,400
1967	0,400
1968	0,950
1969	1,310
1970	1,960

FONTE: BOLETIM ESTATÍSTICO E INFORMATIVOS - FIBCE - ABIC.

QUADRO Nº 37

SALÁRIO MÍNIMO EM CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ - 1940-1970

ANOS	EM CRUZEIROS/MÊS
1940	0,18
1941	0,18
1942	0,18
1943	0,22
1944	0,29
1945	0,29
1946	0,29
1947	0,29
1948	0,29
1949	0,29
1950	0,29
1951	0,29
1952	0,65
1953	0,65
1954	0,65
1955	1,50
1956	1,50
1957	2,70
1958	2,70
1959	4,50
1960	7,20
1961	10,08
1962	10,08
1963	17,30
1964	35,60
1965	60,00
1966	76,50
1967	95,63
1968	117,60
1969	141,60
1970	170,40

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA, Vol. 29, nº 1 - jan. 1975.

QUADRO Nº 38

PREÇOS DO CAFÉ TORRADO E MOIDO -- A VAREJO -- CURITIBA -- ESTADO DO PARANÁ

1940 - 1970.

ANOS	EM CRUZEIROS POR Kg. Médias móveis
1940	-
1941	-
1942	0,004
1943	0,005
1944	0,006
1945	0,008
1946	0,009
1947	0,010
1948	0,014
1949	0,017
1950	0,019
1951	0,024
1952	0,029
1953	0,034
1954	0,039
1955	0,044
1956	0,046
1957	0,047
1958	0,048
1959	0,049
1960	0,050
1961	0,061
1962	0,089
1963	0,127
1964	0,196
1965	0,265
1966	0,436
1967	0,662
1968	1,004
1969	-
1970	-

QUADRO Nº 39

SALÁRIO MÍNIMO EM CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ

1940 - 1970

ANOS	EM CRÚZEIROS Médias móveis
1940	-
1941	-
1942	0,21
1943	0,23
1944	0,25
1945	0,27
1946	0,29
1947	0,29
1948	0,29
1949	0,29
1950	0,36
1951	0,43
1952	0,50
1953	0,74
1954	0,99
1955	1,40
1956	1,81
1957	2,58
1958	3,72
1959	5,43
1960	6,91
1961	9,83
1962	16,05
1963	26,61
1964	39,89
1965	57,08
1966	77,06
1967	98,26
1968	120,34
1969	-
1970	-

FONTE: QUADRO Nº 37

QUADRO Nº 40

POPULAÇÃO POTENCIALMENTE CONSUMIDORA DE CAFÉ NO ESTADO DO PARANÁ

Por década - 1940 - 1970

ANOS	GRUPO DE HABITANTES COM 5 ANOS DE IDADE COMPLETOS EM DIANTE	% DA POPULAÇÃO TOTAL DO ESTADO
1940	1.034.747	83,69
1950	1.751.726	82,80
1960	3.566.375	83,00
1970	5.850.682	83,60

FONTE: ANUÁRIOS IEGE

NOTA: Excluiu-se da população total a população de 0 até 4 anos de idade.

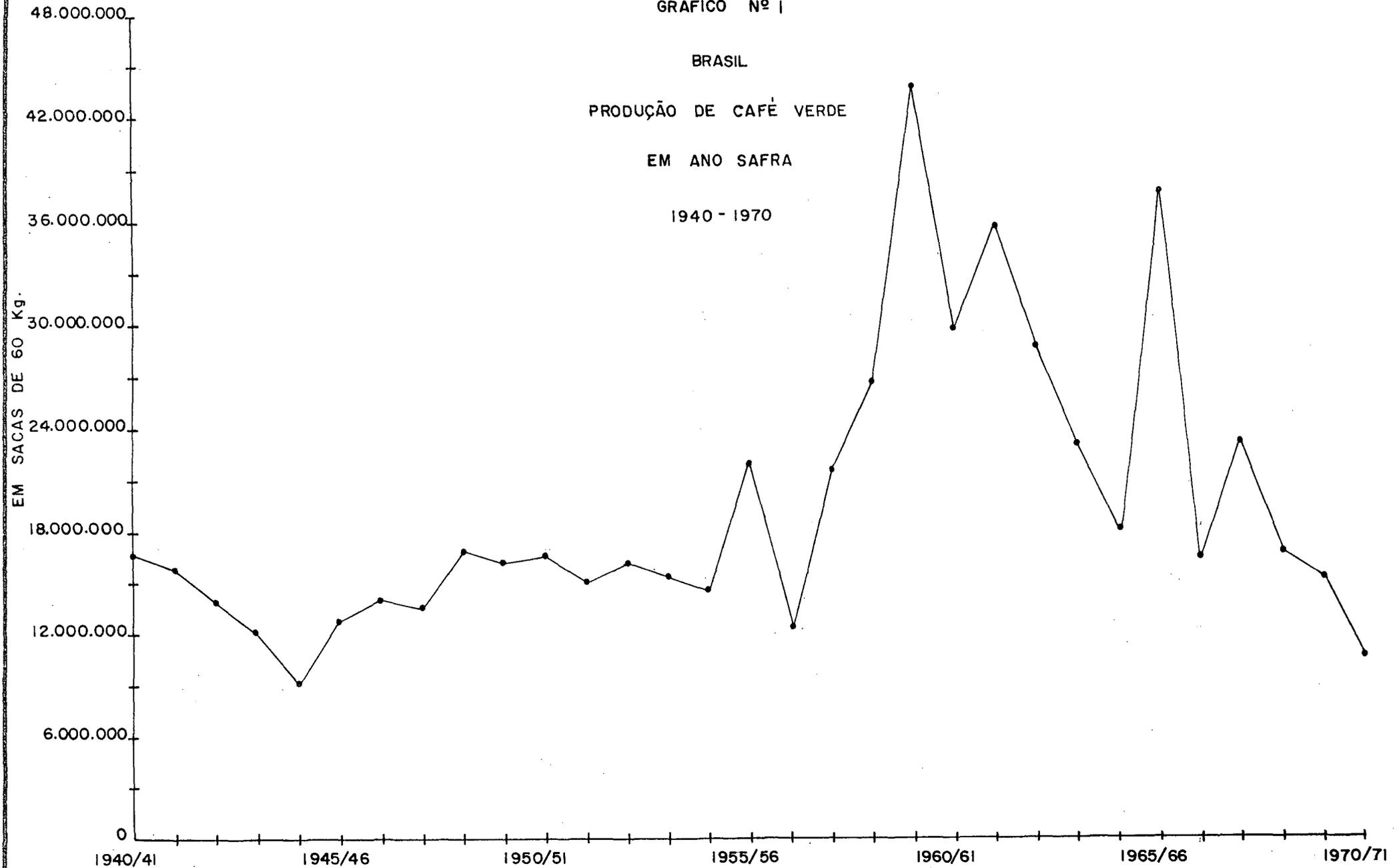
GRÁFICO Nº 1

BRASIL

PRODUÇÃO DE CAFÉ VERDE

EM ANO SAFRA

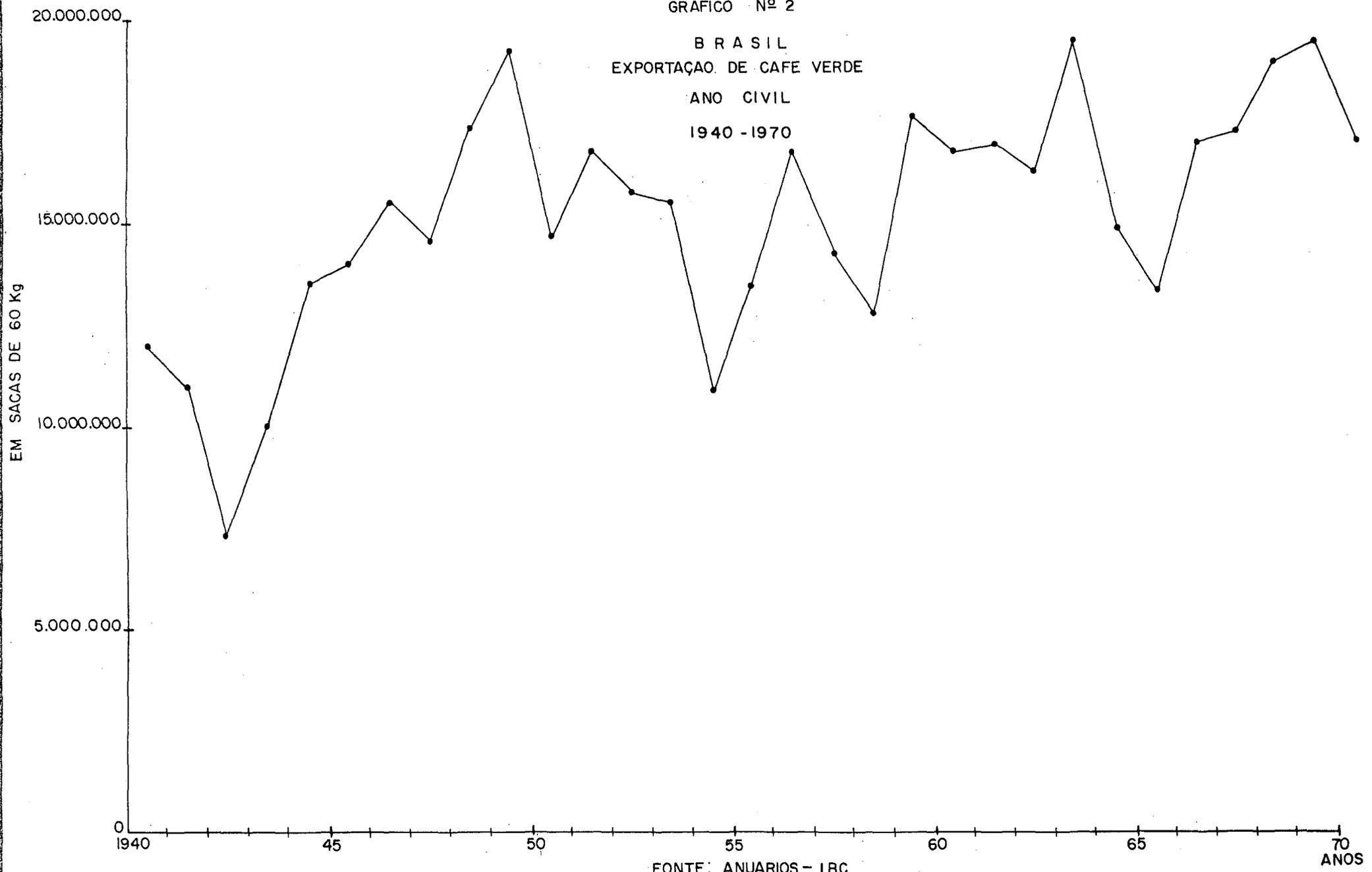
1940 - 1970



FONTE : ANUÁRIOS IBC

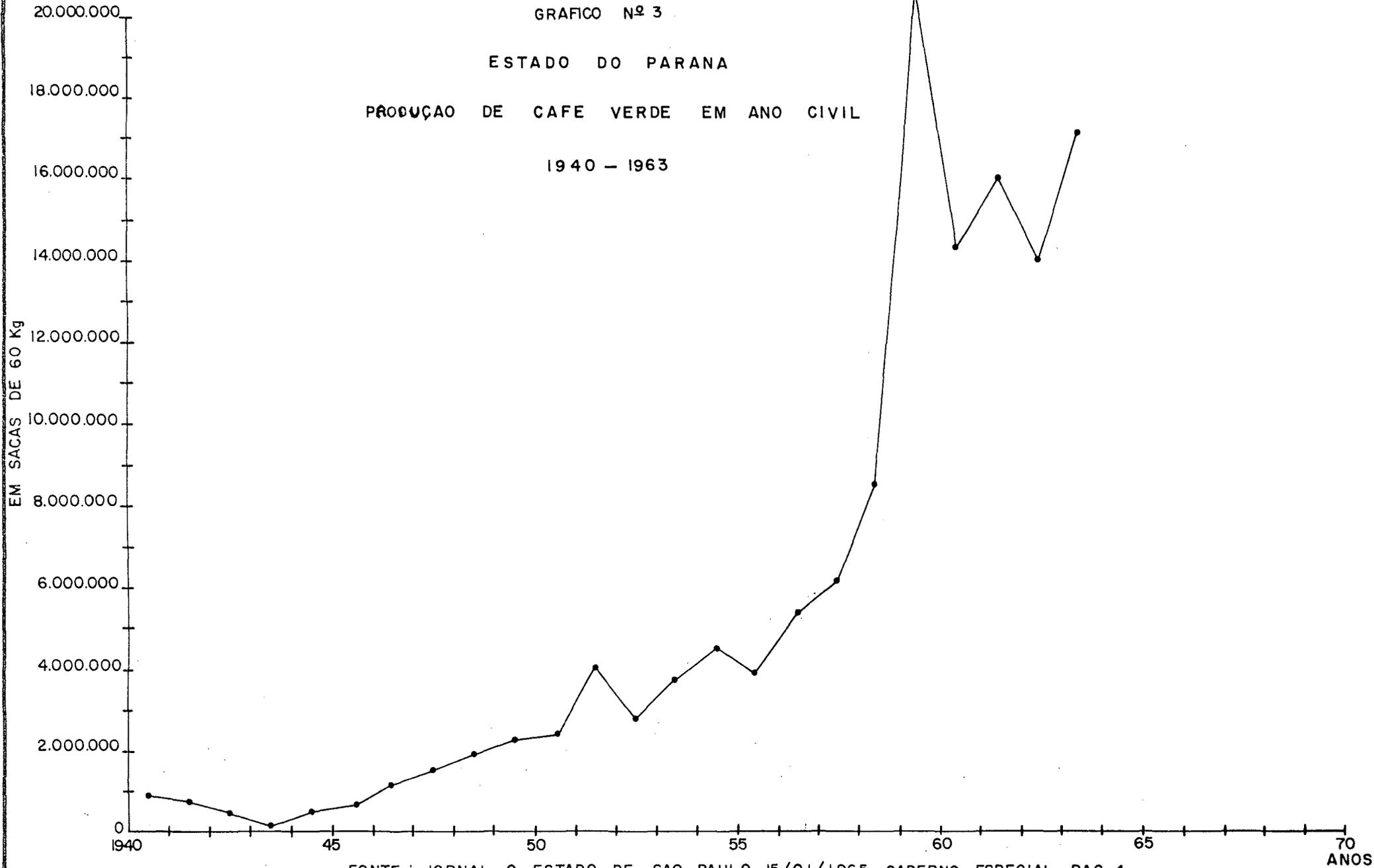
GRÁFICO Nº 2

B R A S I L  
EXPORTAÇÃO DE CAFE VERDE  
ANO CIVIL  
1940 - 1970



FONTE: ANUARIOS - IBC

GRAFICO Nº 3  
ESTADO DO PARANA  
PRODUÇÃO DE CAFE VERDE EM ANO CIVIL  
1940 - 1963



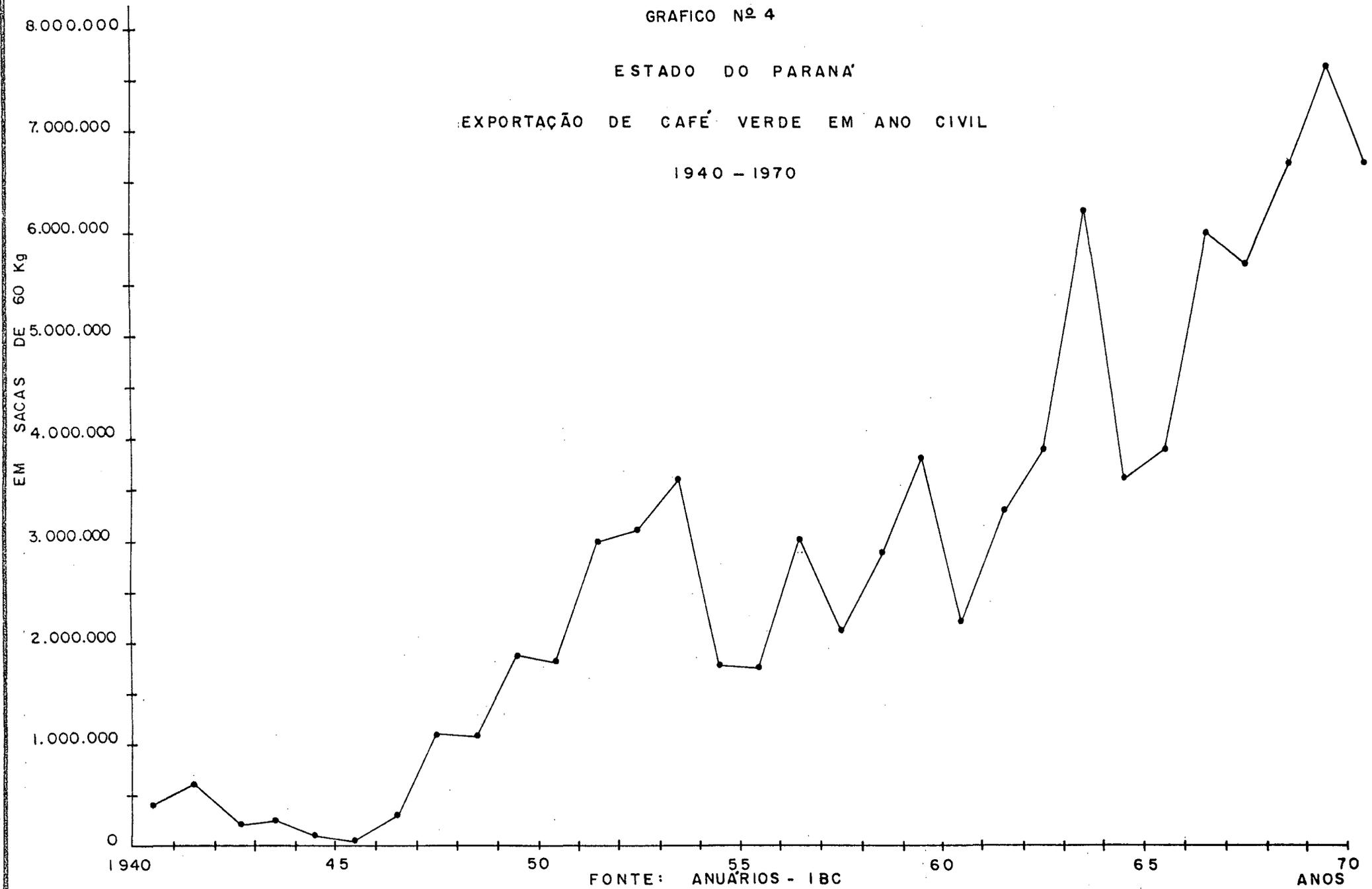
FONTE : JORNAL O ESTADO DE SAO PAULO 15/01/1965 CADERNO ESPECIAL PAG.4

GRAFICO Nº 4

ESTADO DO PARANÁ

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ VERDE EM ANO CIVIL

1940 - 1970

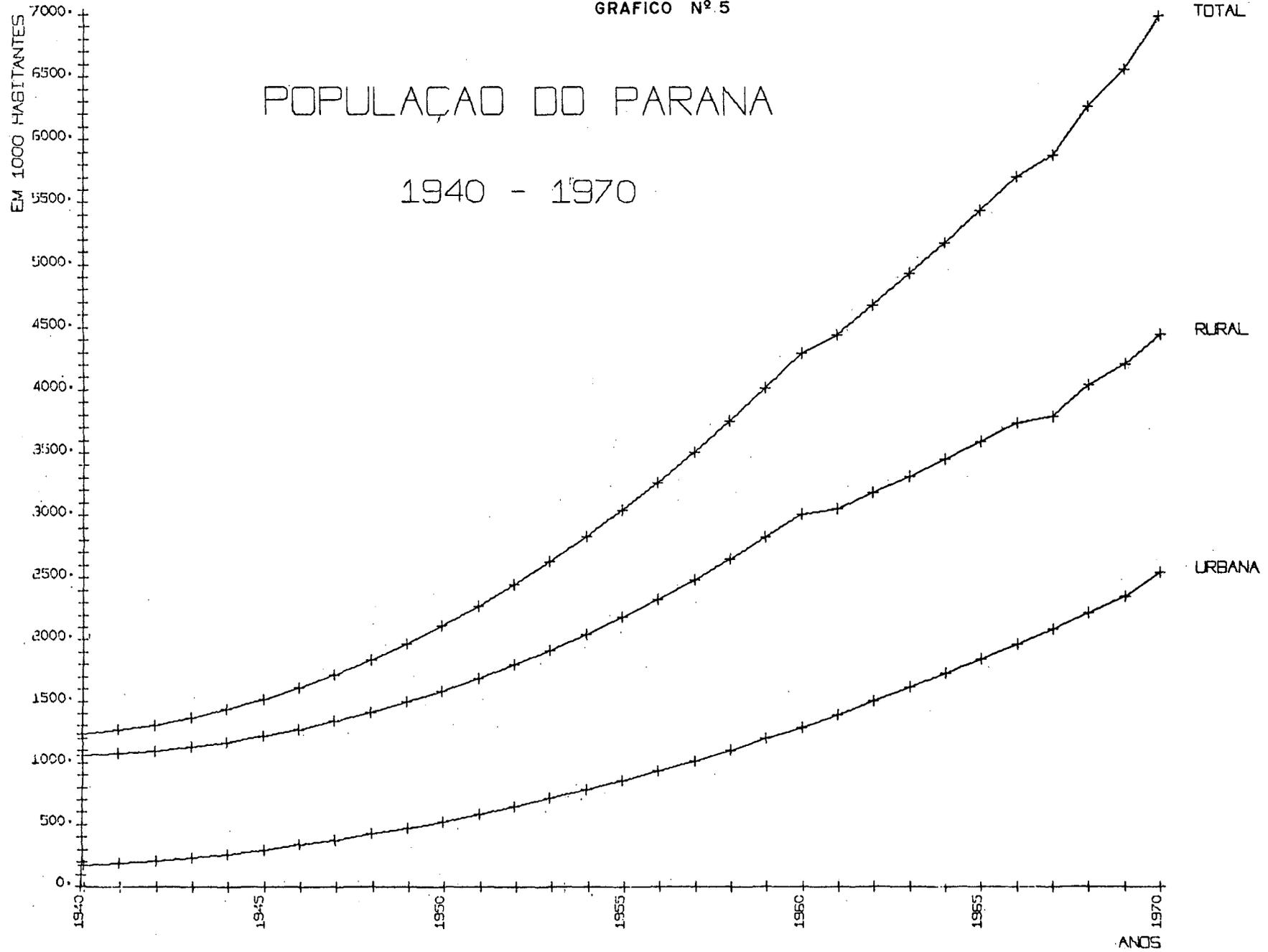


FONTE: ANUÁRIOS - IBC

GRÁFICO Nº 5

# POPULAÇÃO DO PARANA

1940 - 1970

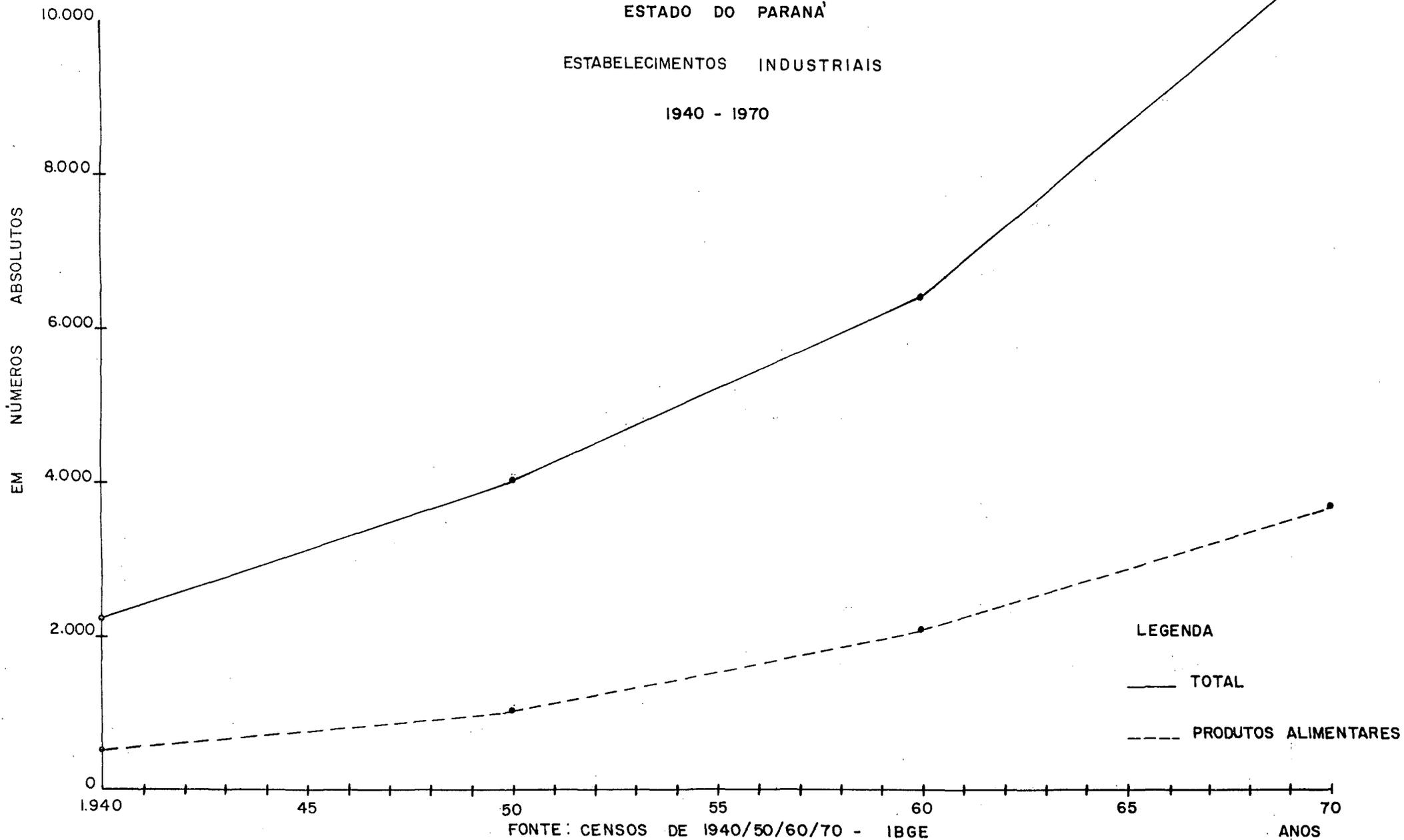


FONTE: IBGE

GRAFICO Nº 6

ESTADO DO PARANÁ  
ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS

1940 - 1970



LEGENDA

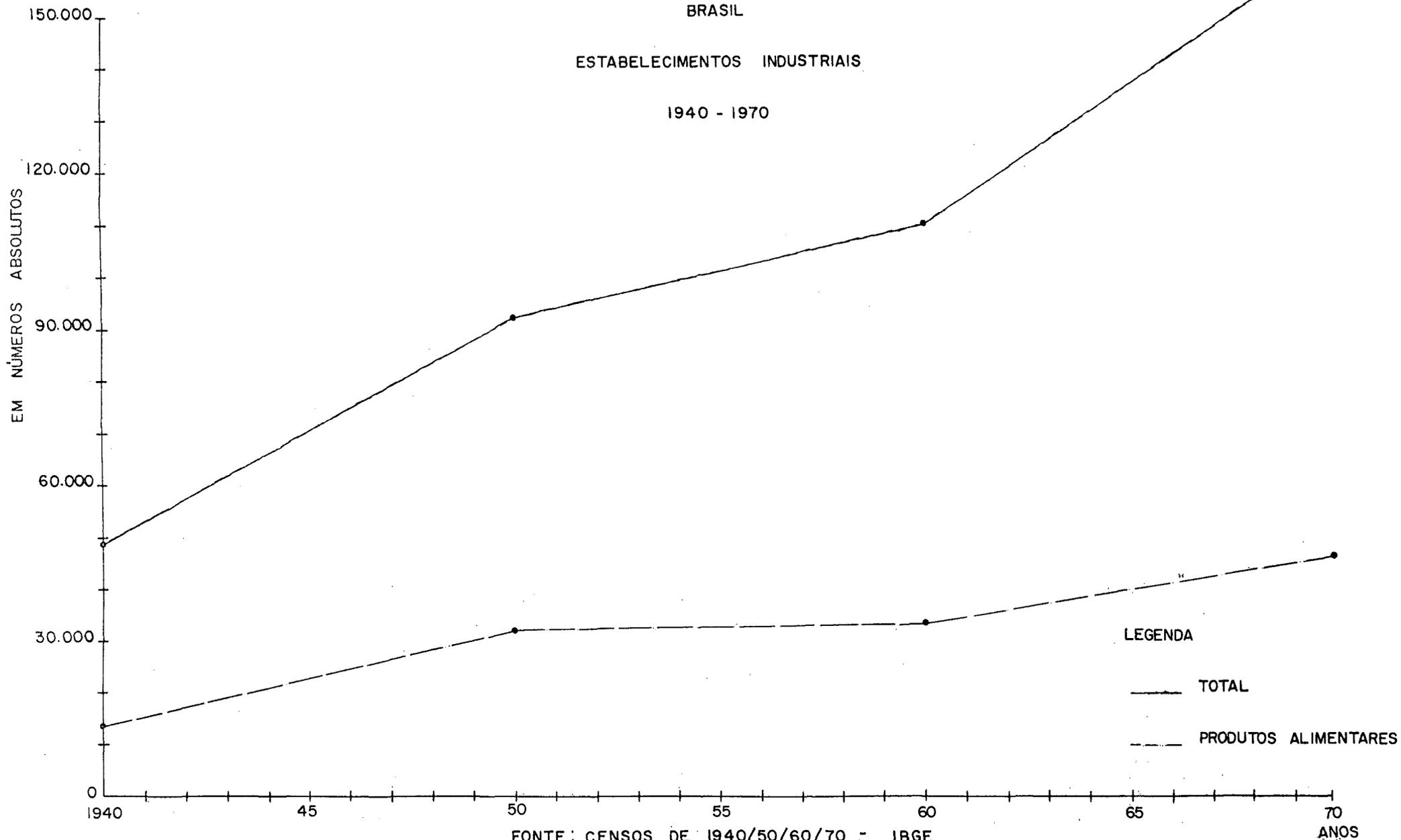
— TOTAL

- - - PRODUTOS ALIMENTARES

FONTE: CENSOS DE 1940/50/60/70 - IBGE

GRAFICO Nº 7

BRASIL  
ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS  
1940 - 1970



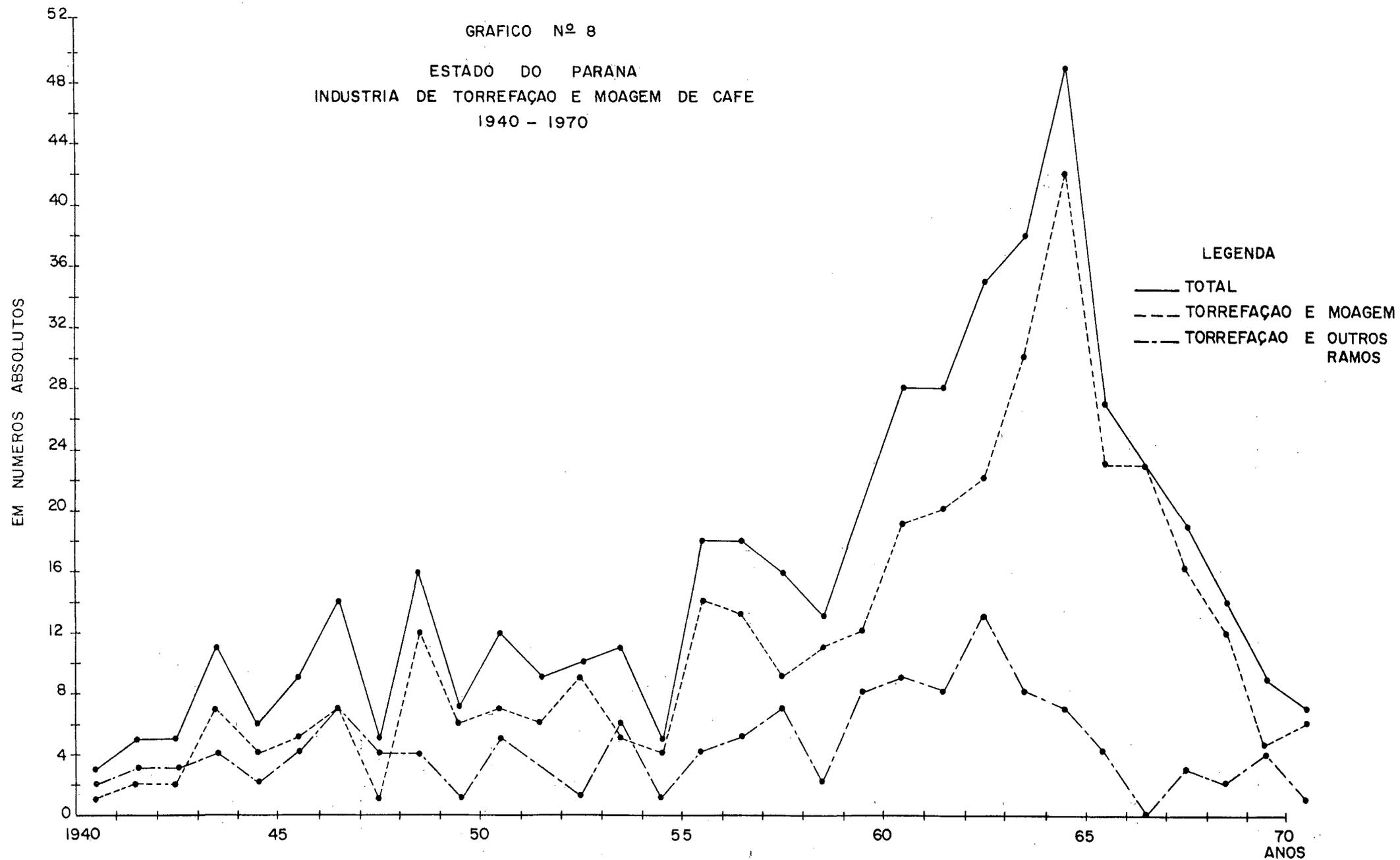
LEGENDA

— TOTAL

- - - PRODUTOS ALIMENTARES

FONTE: CENSOS DE 1940/50/60/70 - IBGE

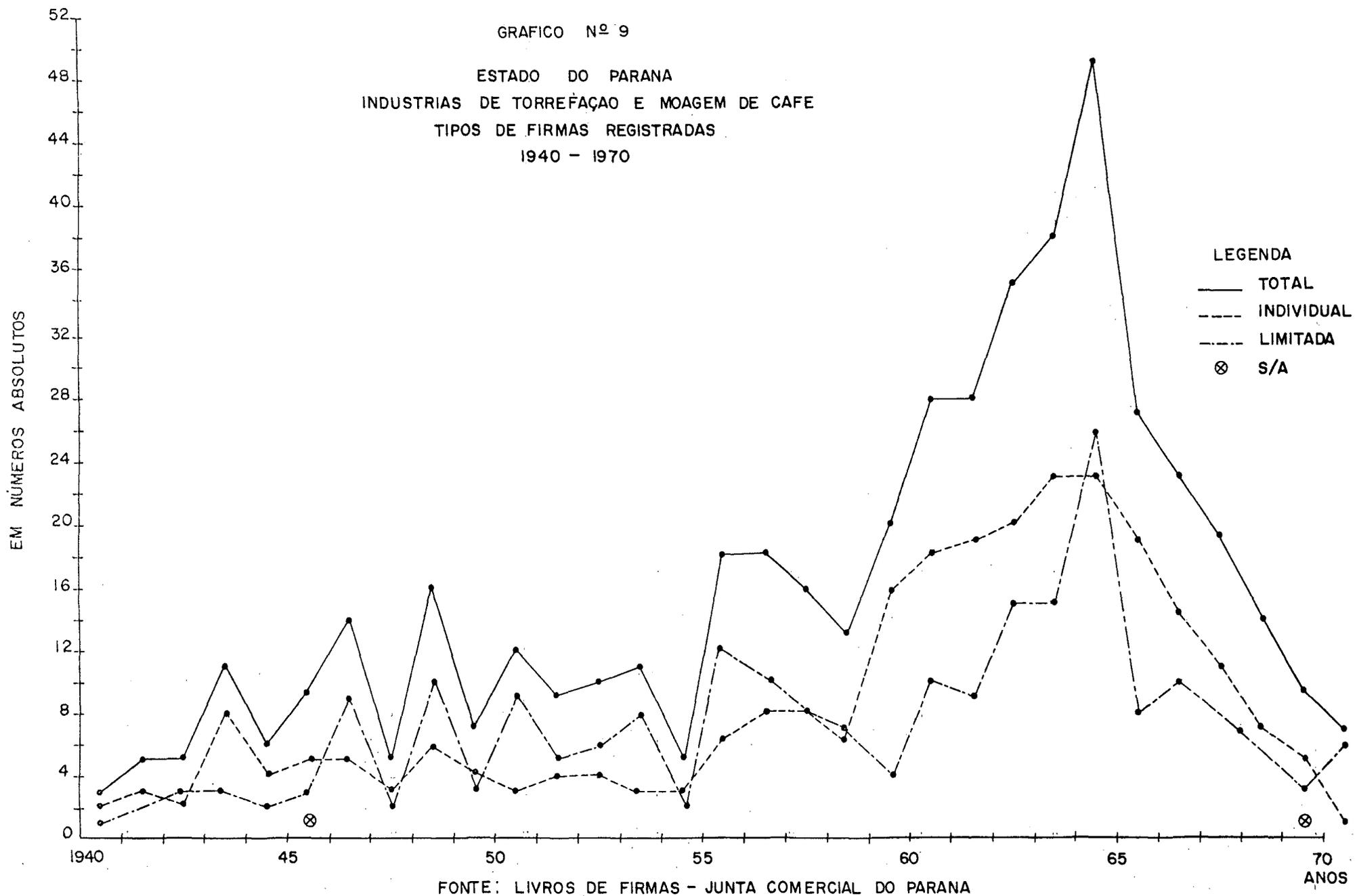
GRAFICO Nº 8  
ESTADO DO PARANA  
INDUSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFE  
1940 - 1970



FONTE: LIVROS DE FIRMAS - JUNTA COMERCIAL DO PARANA

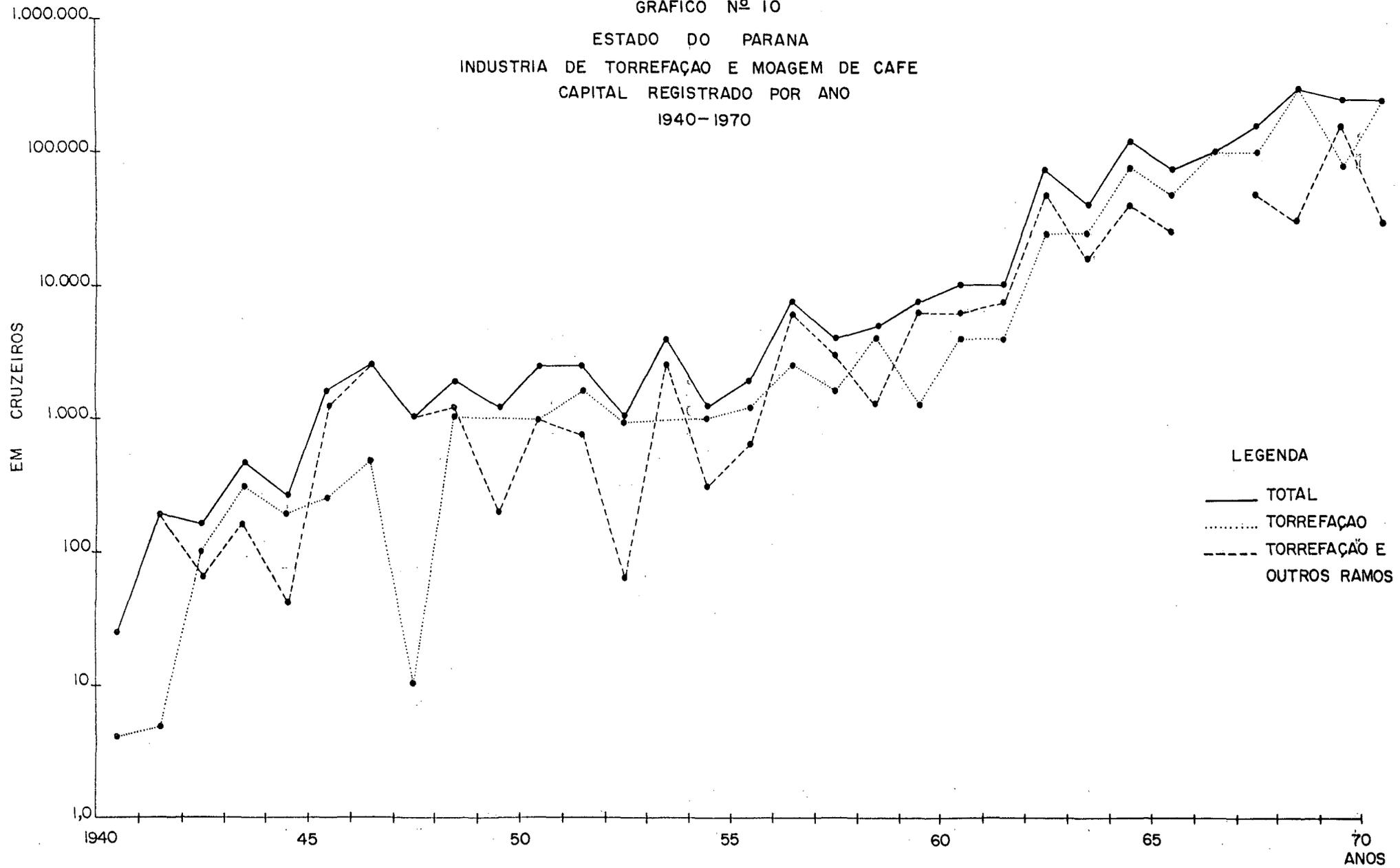
GRAFICO Nº 9

ESTADO DO PARANA  
INDUSTRIAS DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFE  
TIPOS DE FIRMAS REGISTRADAS  
1940 - 1970



FONTE: LIVROS DE FIRMAS - JUNTA COMERCIAL DO PARANA

GRAFICO Nº 10  
 ESTADO DO PARANA  
 INDUSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFE  
 CAPITAL REGISTRADO POR ANO  
 1940-1970



FONTE: LIVROS DE FIRMAS - JUNTA COMERCIAL DO PARANA

GRAFICO Nº 11  
 ESTADO DO PARANA  
 INDUSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFE  
 CAPITAL REGISTRADO POR ANO  
 1940-1970

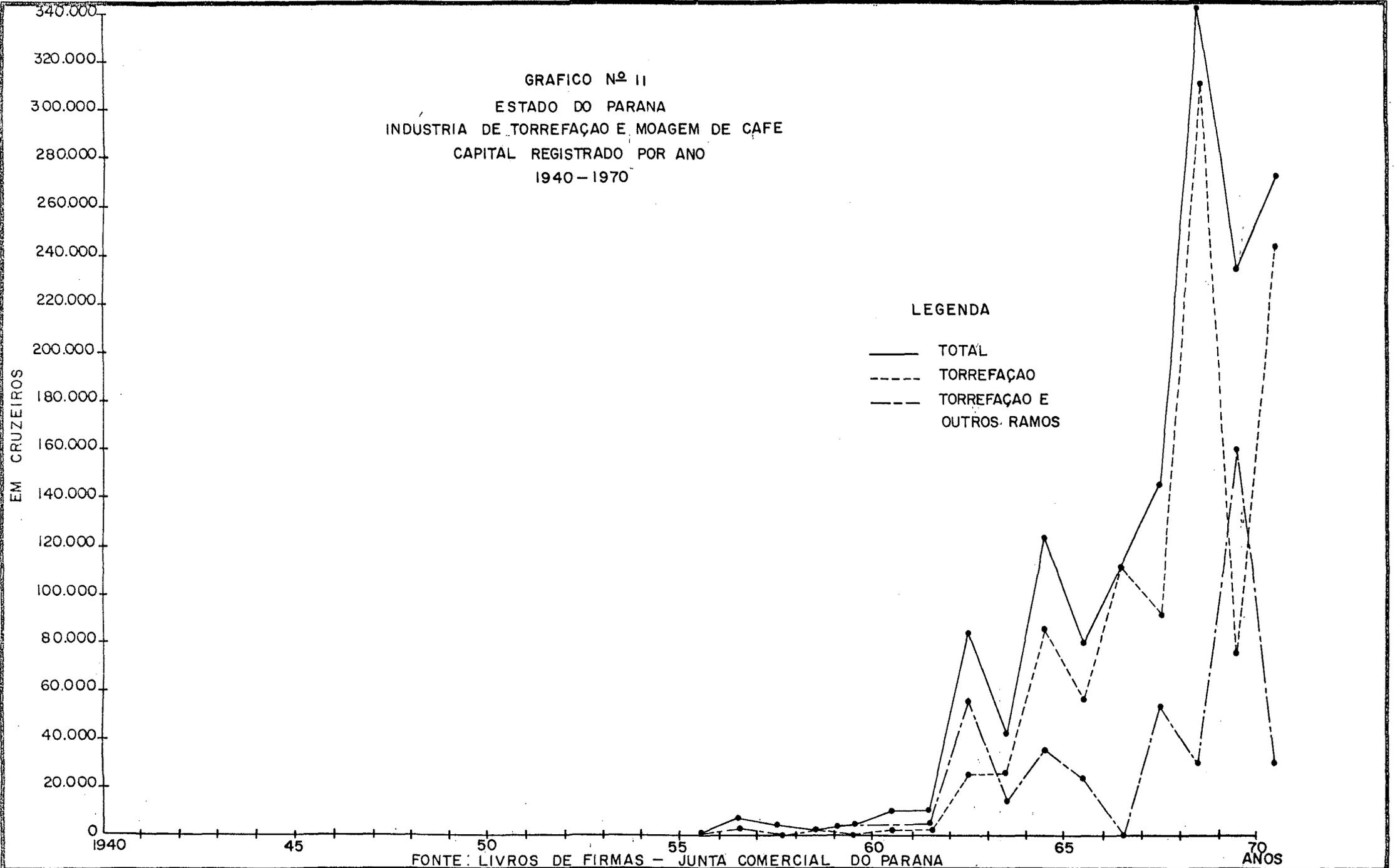


GRAFICO Nº 12

INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ

CAPITAL REGISTRADO - MÉDIAS QUINQUENAIS

1940-1970

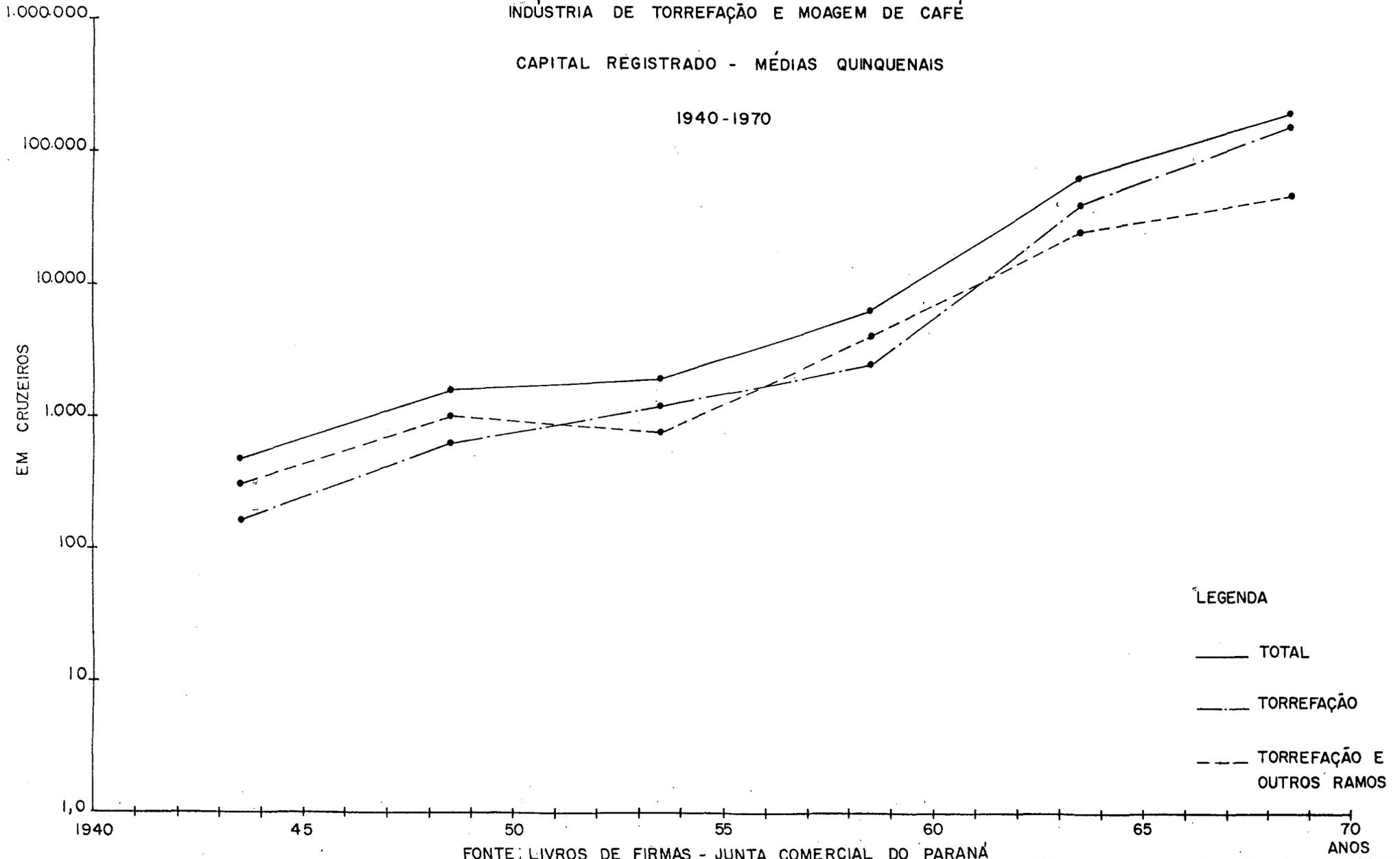


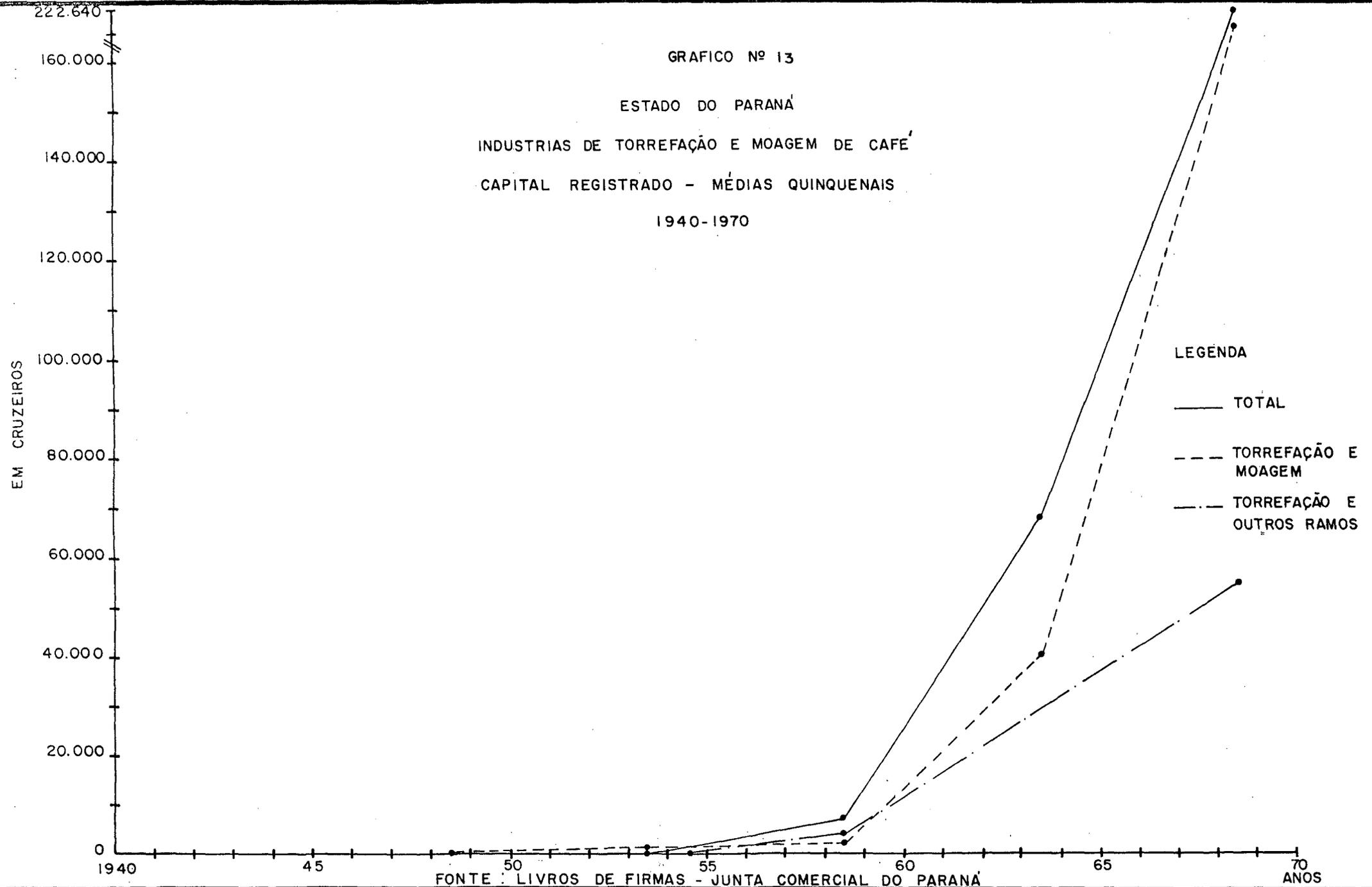
GRAFICO Nº 13

ESTADO DO PARANÁ

INDUSTRIAS DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ

CAPITAL REGISTRADO - MÉDIAS QUINQUENAIS

1940-1970



LEGENDA

— TOTAL

- - - TORREFAÇÃO E MOAGEM

- · - TORREFAÇÃO E OUTROS RAMOS

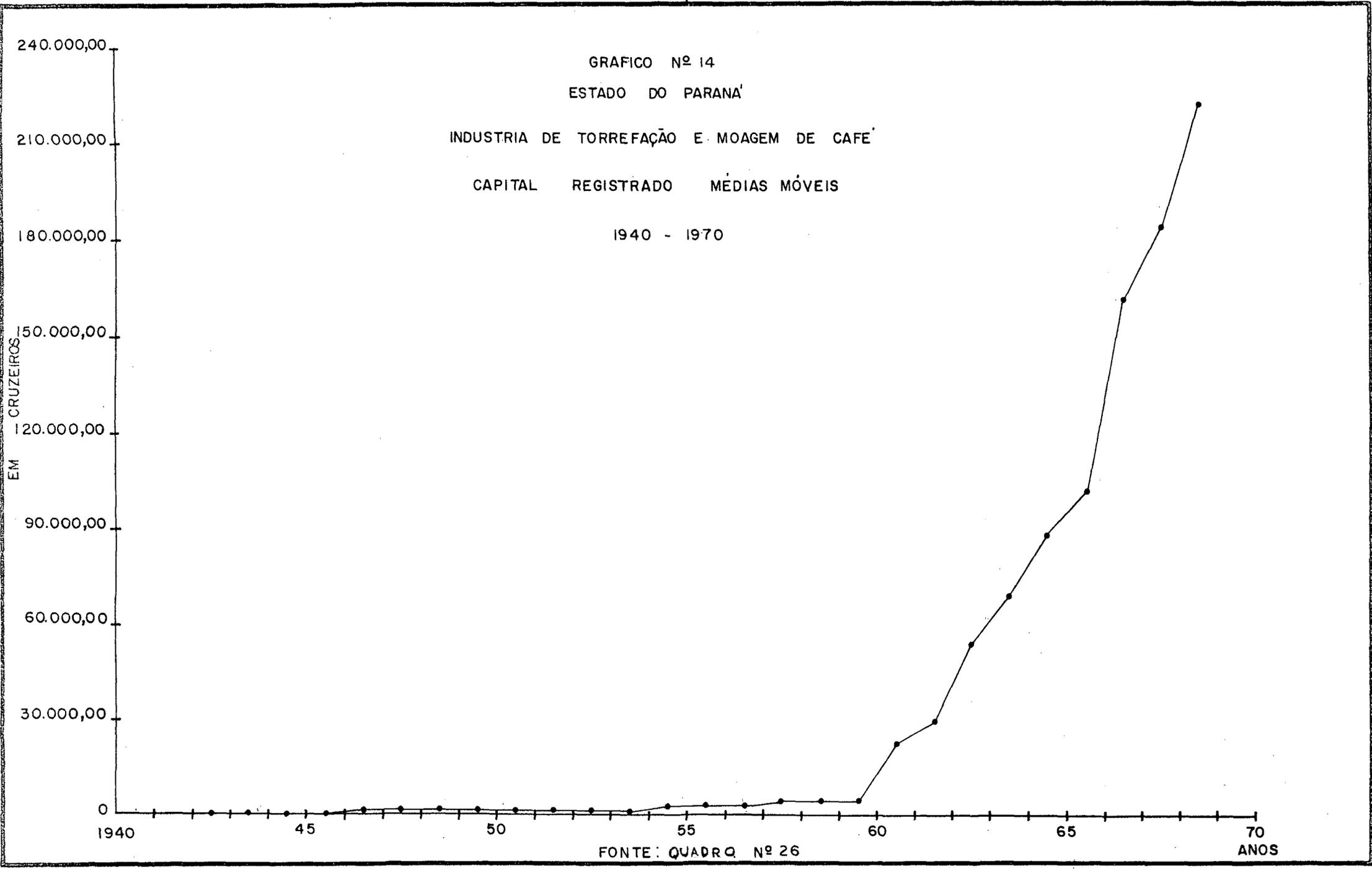
FONTE: LIVROS DE FIRMAS - JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

GRAFICO Nº 14  
ESTADO DO PARANÁ

INDUSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ

CAPITAL REGISTRADO MÉDIAS MÔVEIS

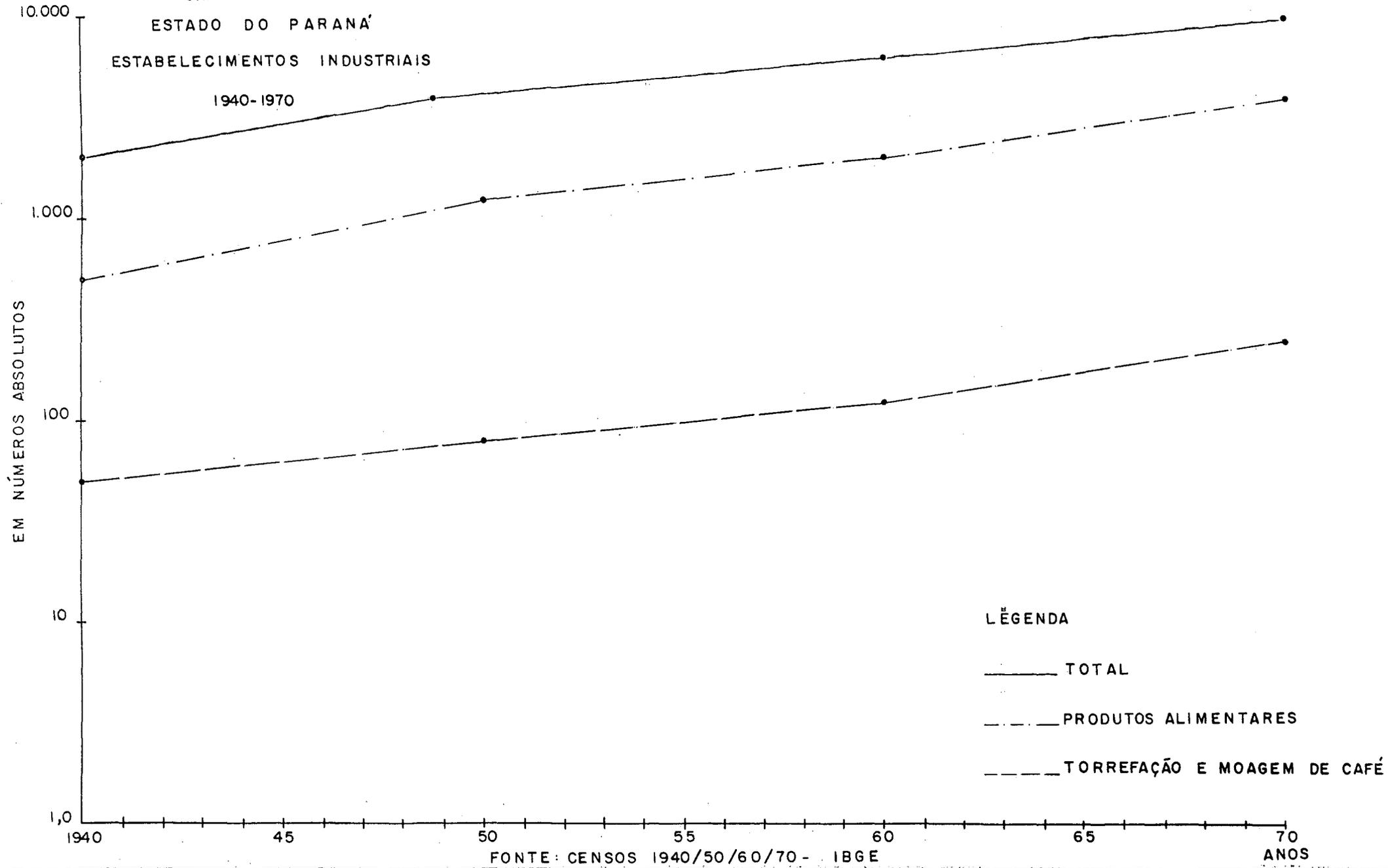
1940 - 1970



FONTE: QUADRO Nº 26

ANOS

GRAFICO Nº 15  
ESTADO DO PARANÁ  
ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS  
1940-1970

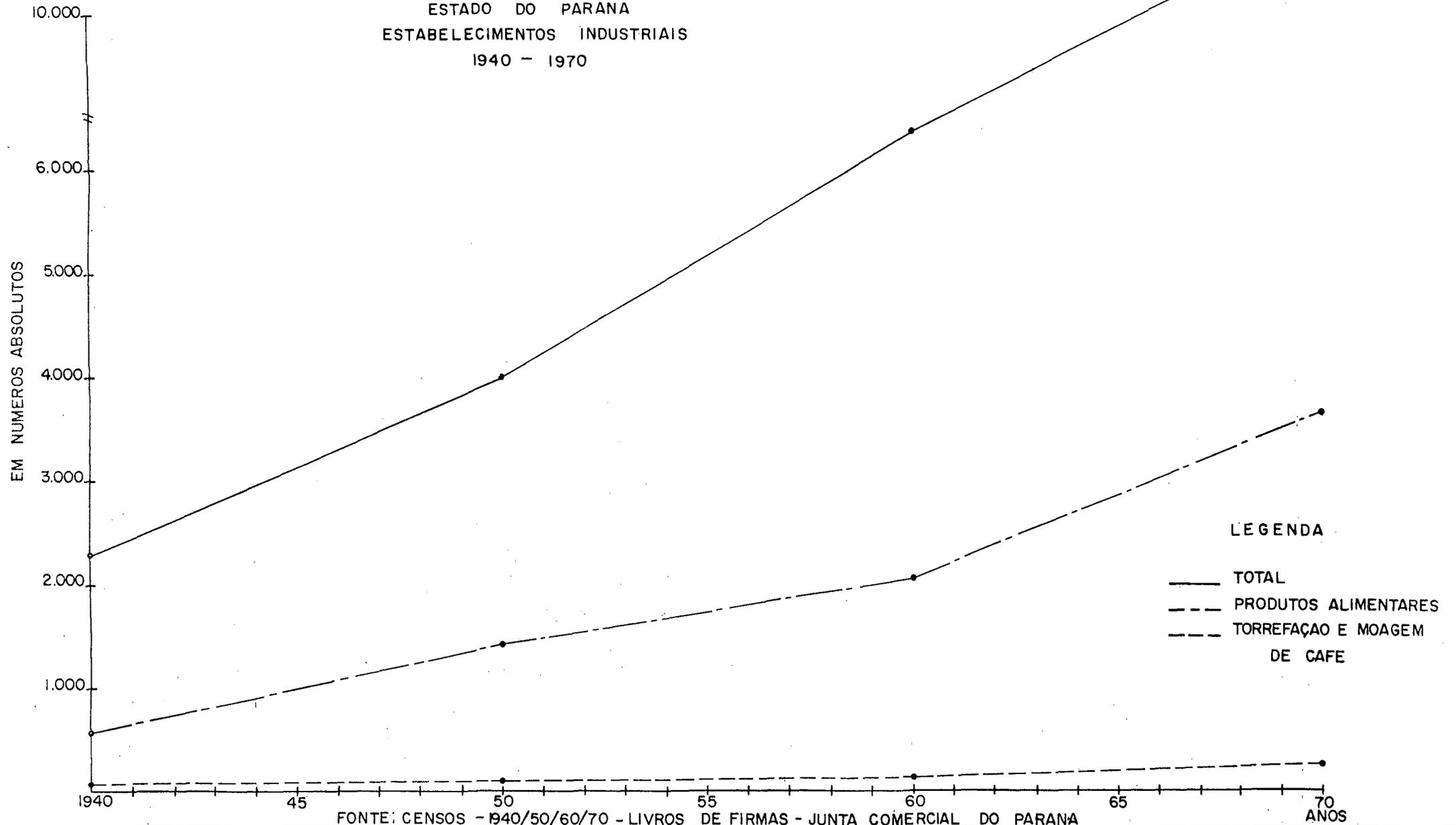


LÊGENDA

- TOTAL
- · - · - PRODUTOS ALIMENTARES
- - - TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ

FONTE: CENSOS 1940/50/60/70 - IBGE

GRAFICO Nº 16  
ESTADO DO PARANA  
ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS  
1940 - 1970

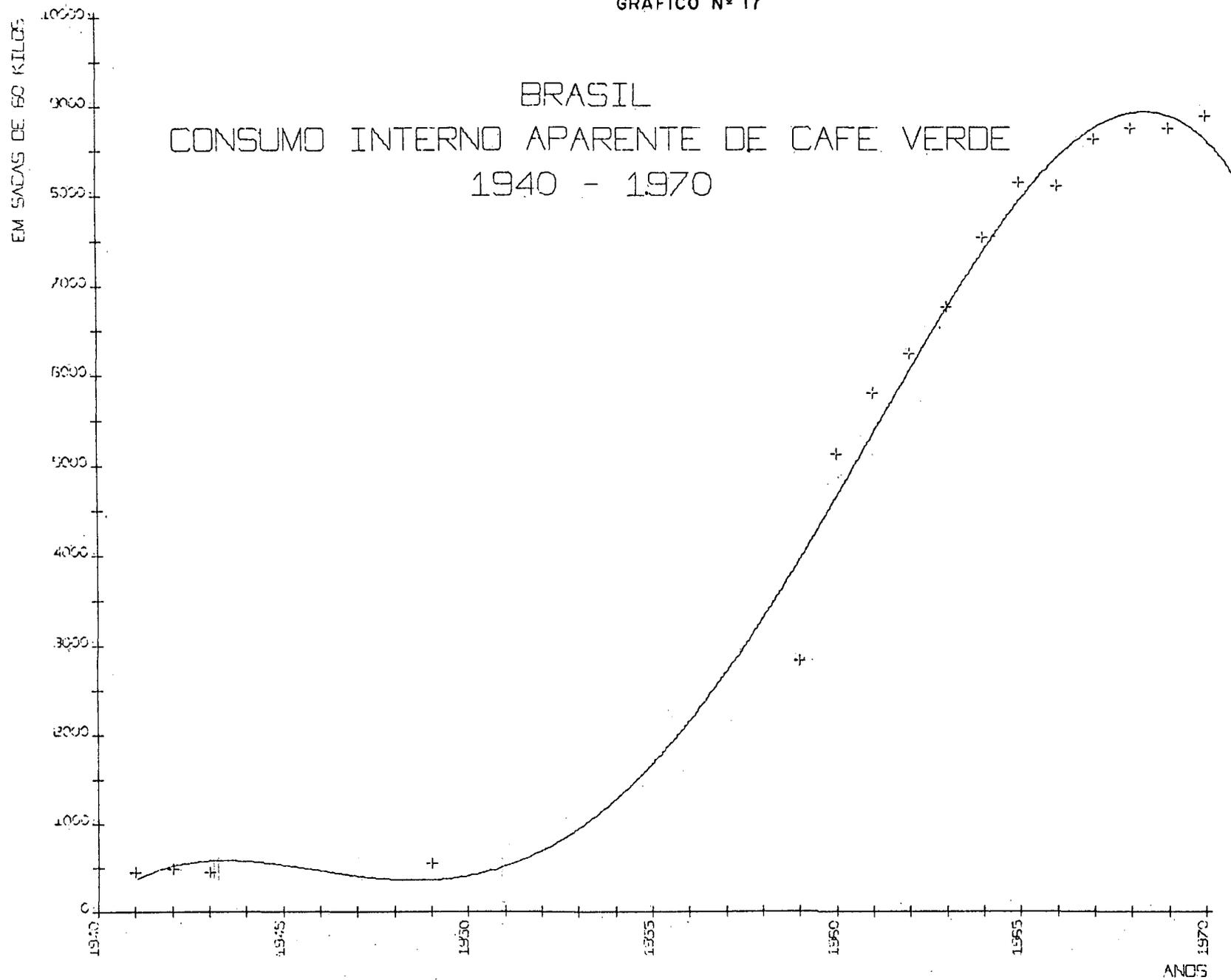


LEGENDA  
— TOTAL  
- - - PRODUTOS ALIMENTARES  
- . - TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFE

FONTES: CENSOS - 1940/50/60/70 - LIVROS DE FIRMAS - JUNTA COMERCIAL DO PARANA

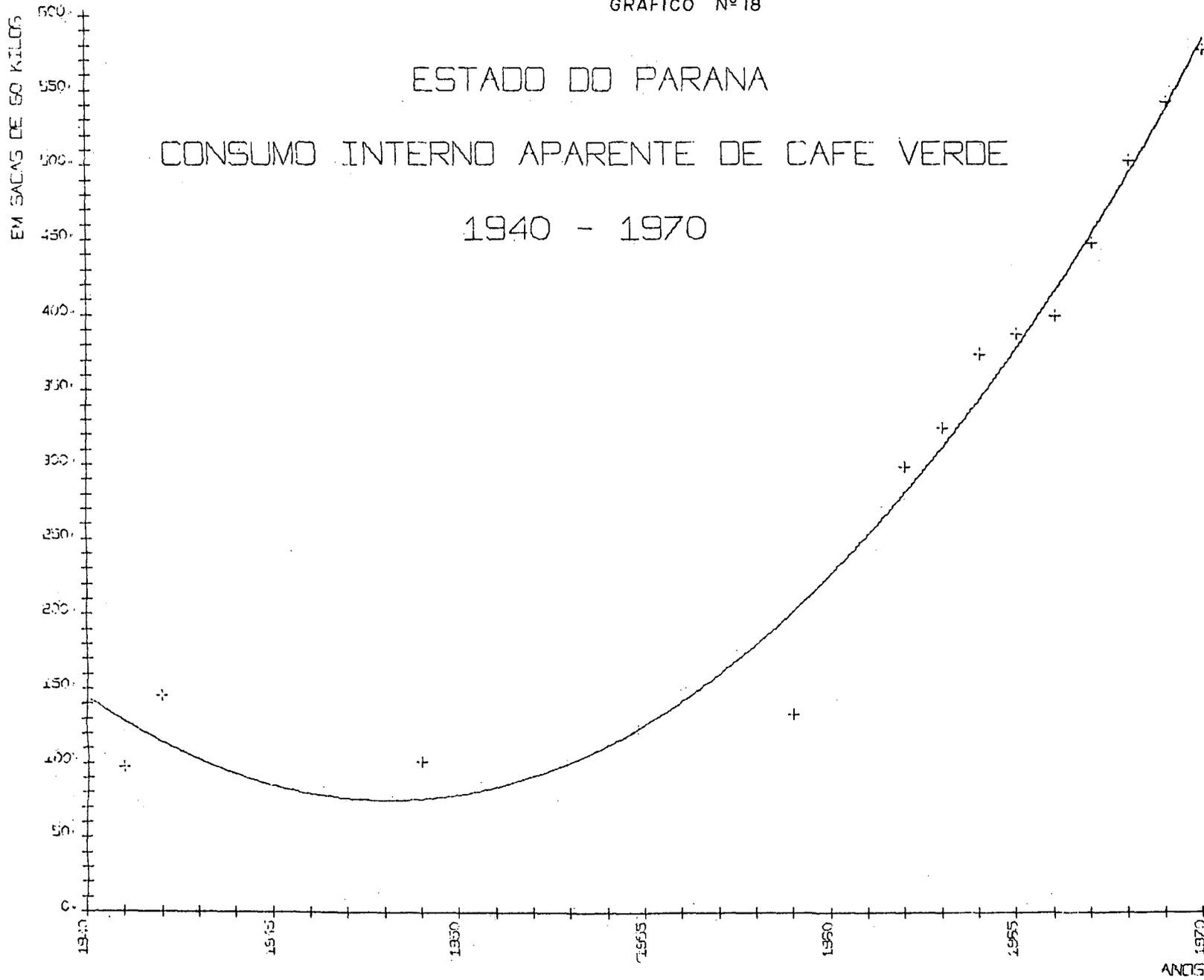
GRÁFICO Nº 17

BRASIL  
CONSUMO INTERNO APARENTE DE CAFE VERDE  
1940 - 1970



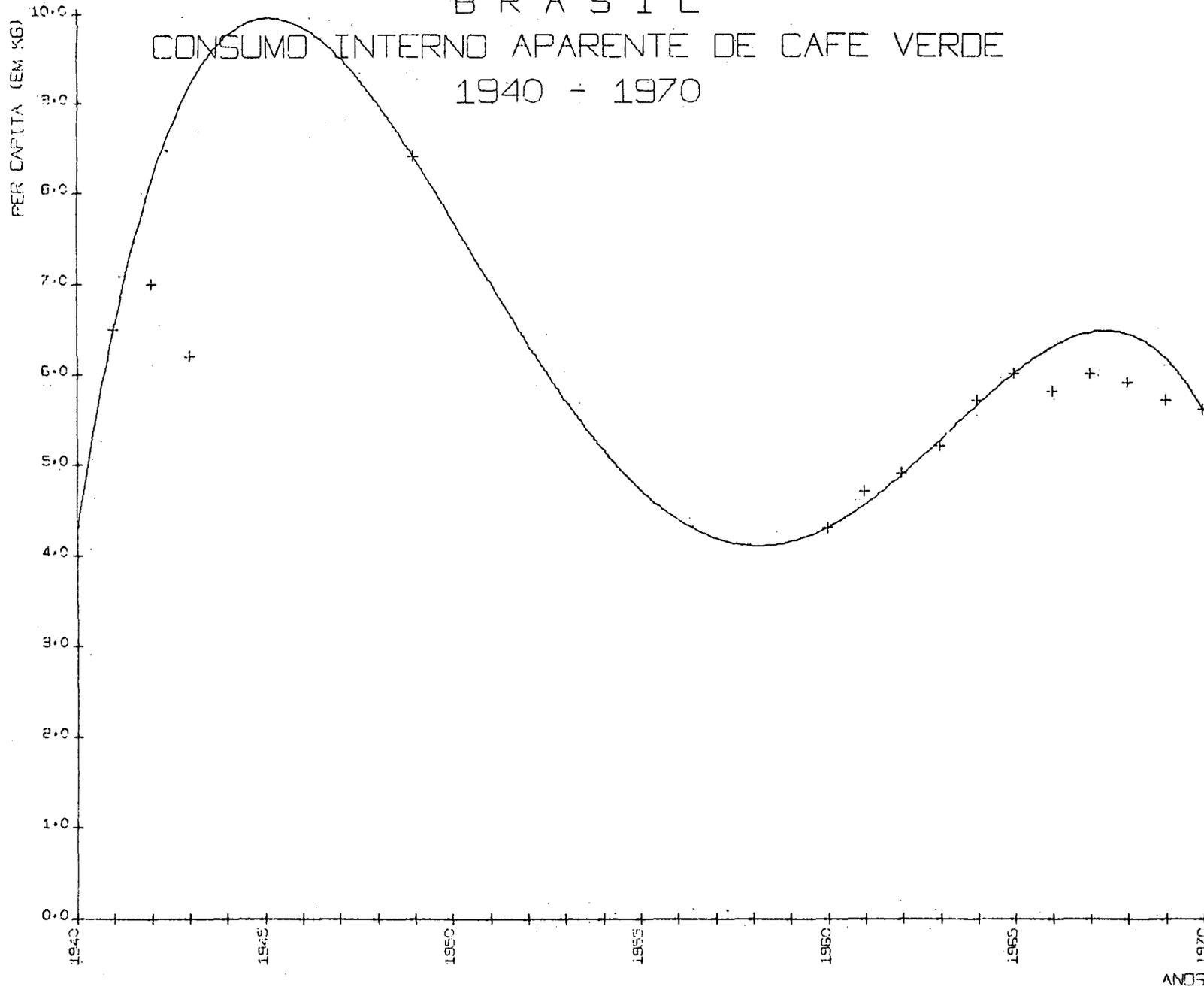
FONTE: ANUÁRIOS - DNC - IBG

ESTADO DO PARANA  
CONSUMO INTERNO APARENTE DE CAFE VERDE  
1940 - 1970



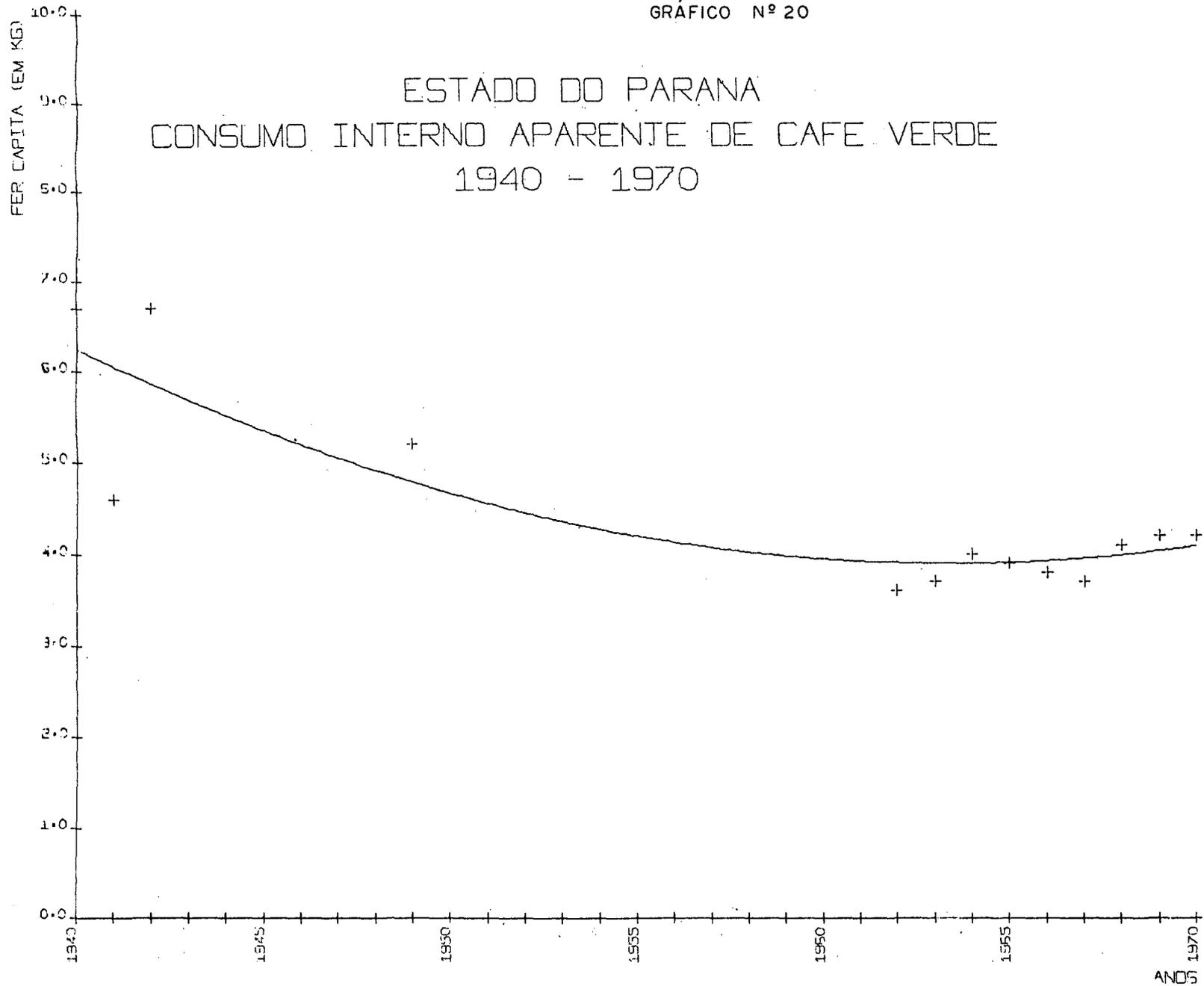
FONTE: ANUÁRIOS - DNC - IBC

B R A S I L  
CONSUMO INTERNO APARENTE DE CAFE VERDE  
1940 - 1970



FONTE: ANUÁRIOS - DNC - IBC

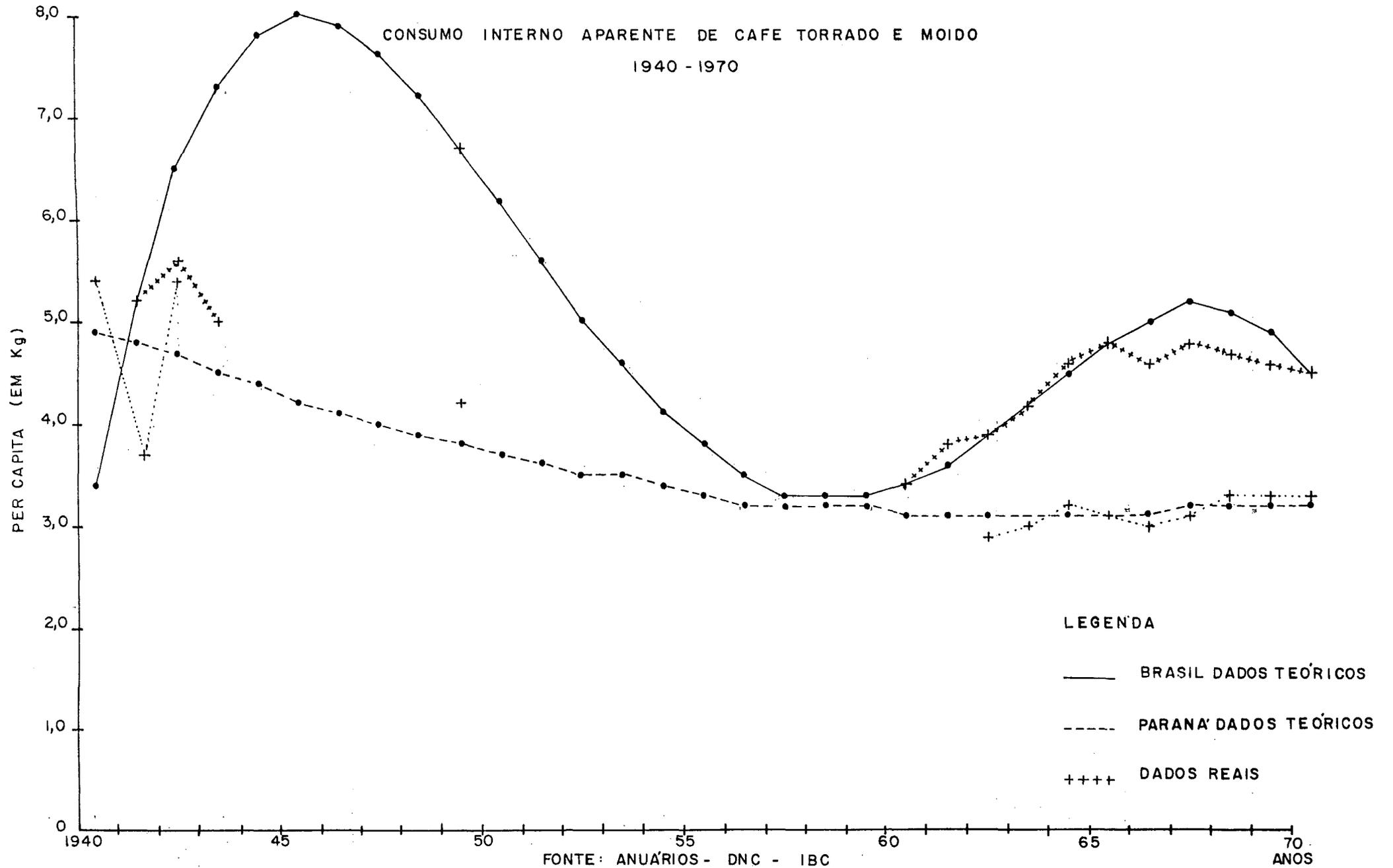
ESTADO DO PARANA  
CONSUMO INTERNO APARENTE DE CAFE VERDE  
1940 - 1970



FONTE: ANUÁRIOS - DNC - IBC

GRÁFICO Nº 21

CONSUMO INTERNO APARENTE DE CAFE TORRADO E MOIDO  
1940 - 1970

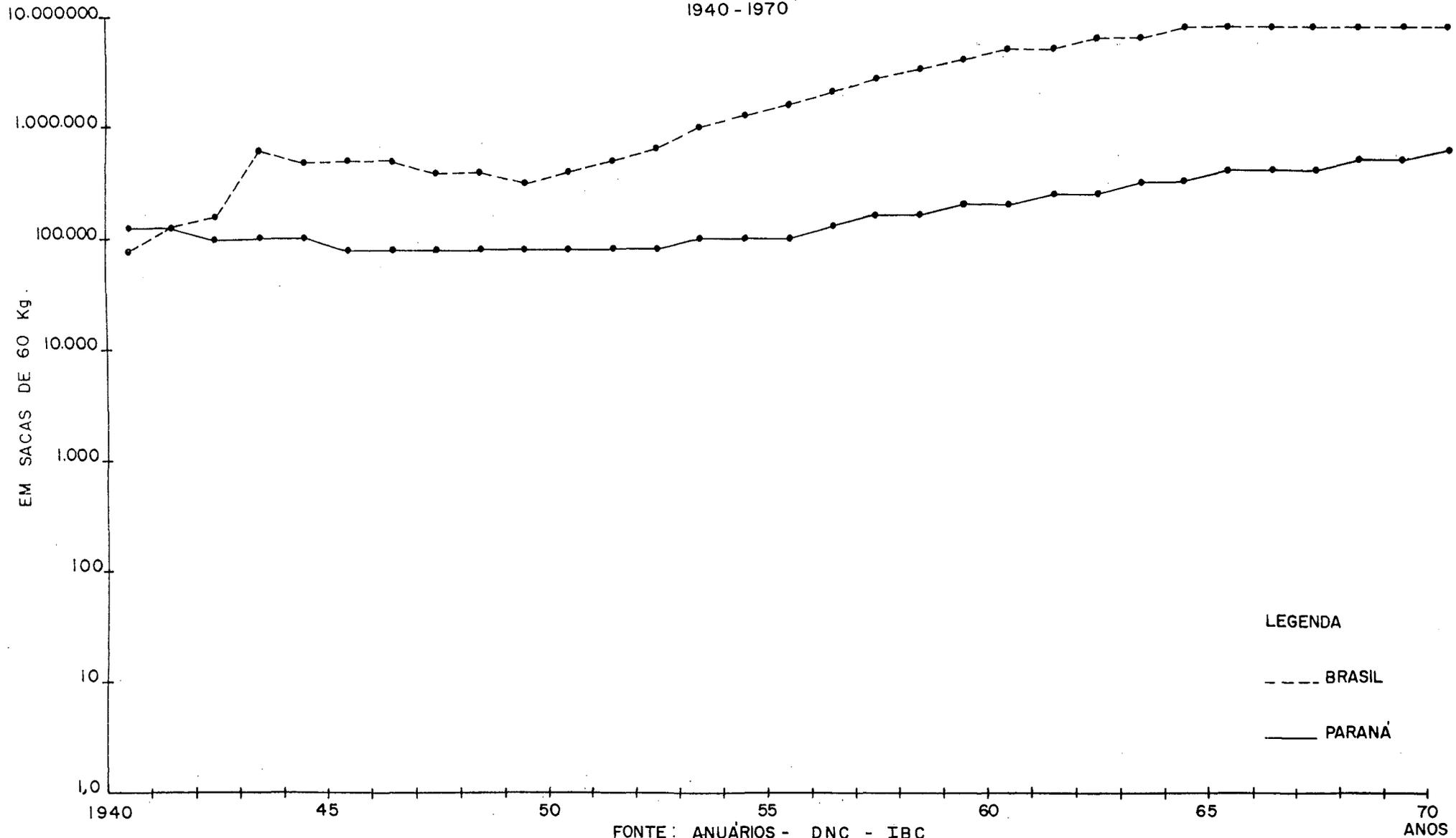


FONTE: ANUÁRIOS - DNC - IBC

GRAFICO Nº 22

CONSUMO INTERNO APARENTE DE CAFÉ VERDE

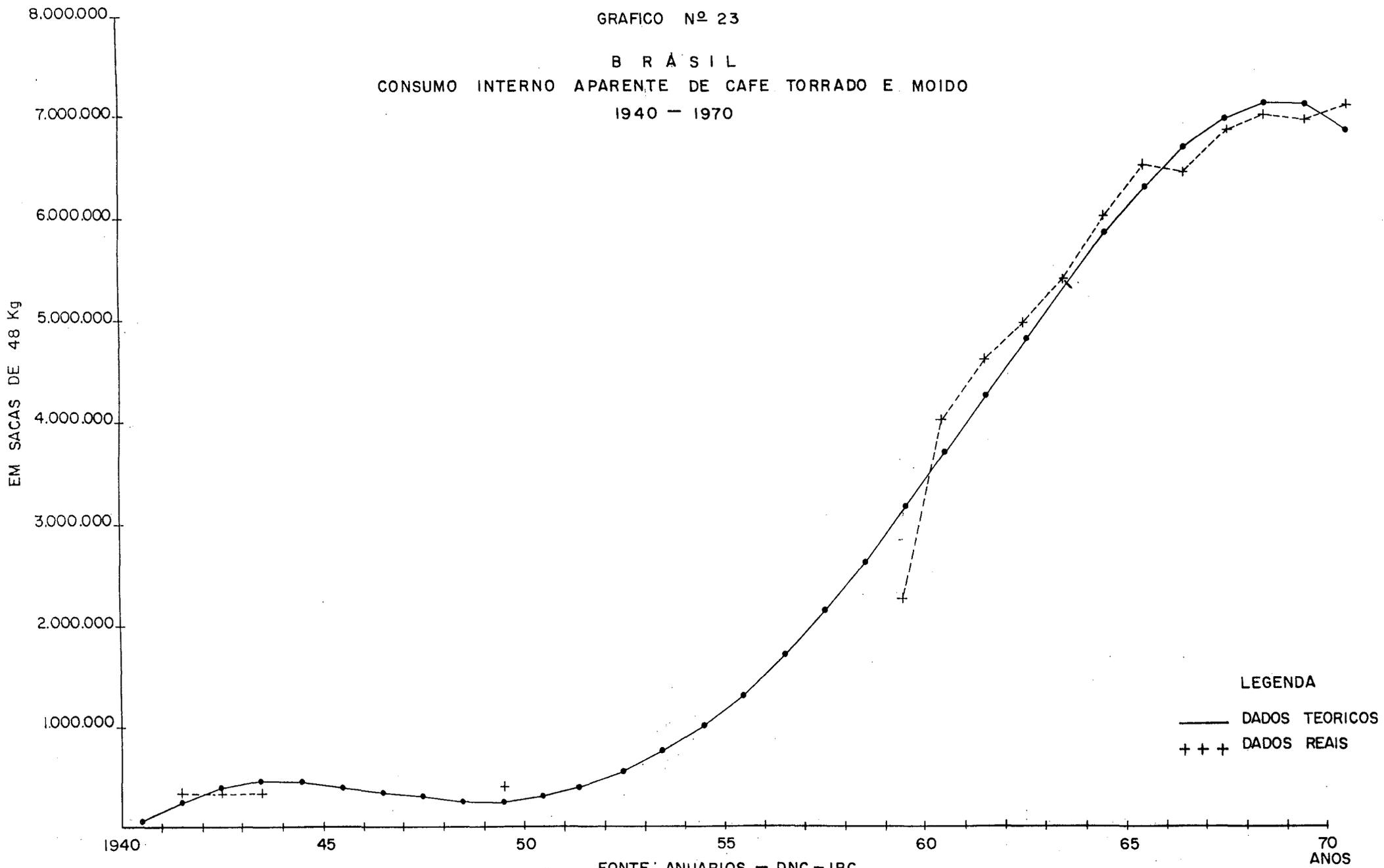
1940 - 1970



FONTE: ANUÁRIOS - DNC - IBC

GRAFICO Nº 23

B R Á S I L  
CONSUMO INTERNO APARENTE DE CAFE TORRADO E MOIDO  
1940 - 1970



157

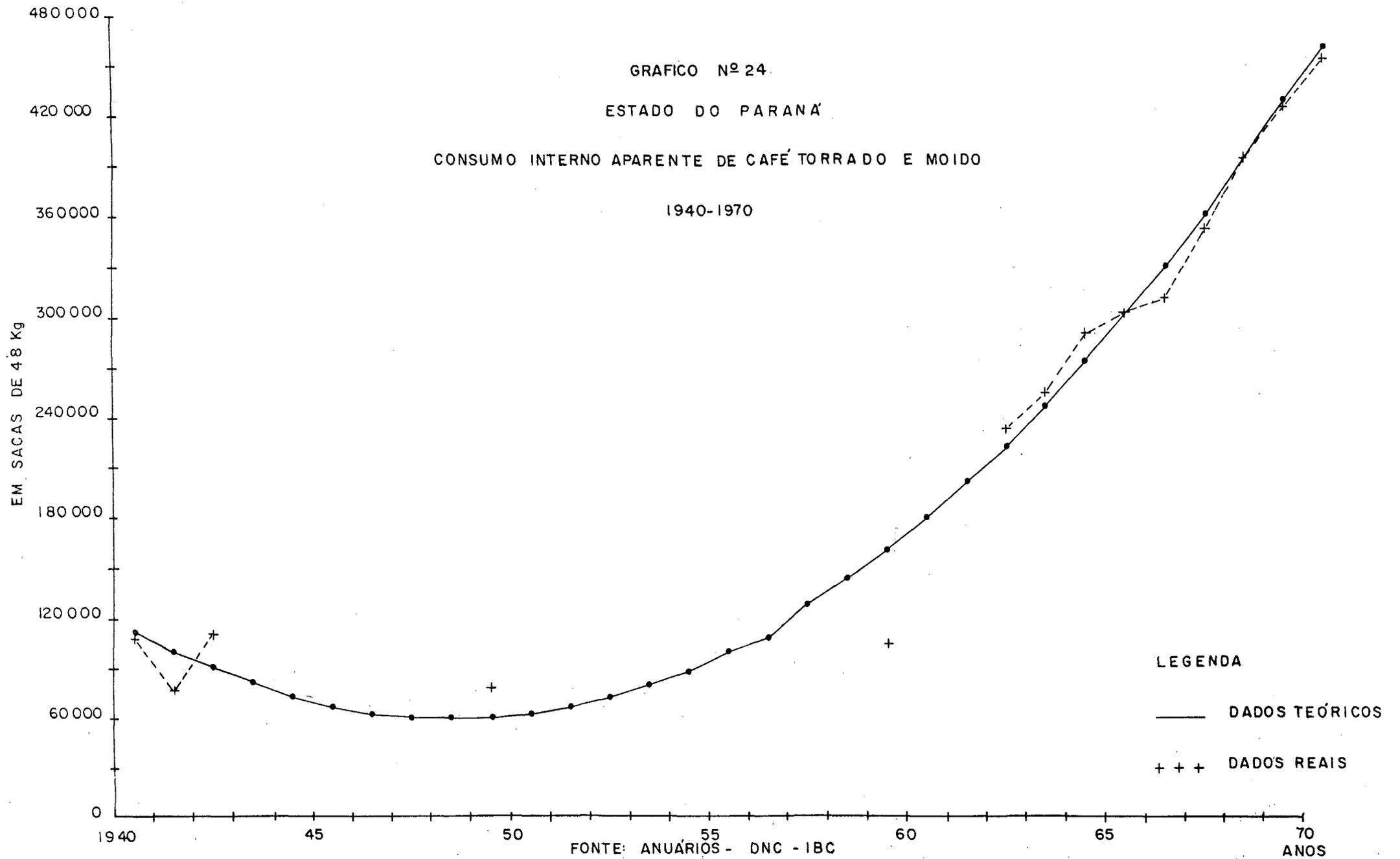
FONTE: ANUARIOS - DNC - IBC

GRAFICO Nº 24

ESTADO DO PARANÁ

CONSUMO INTERNO APARENTE DE CAFÉ TORRADO E MOIDO

1940-1970



FONTE: ANUÁRIOS - DNC - IBC

GRAFICO Nº 25

ESTADO DO PARANÁ

CONSUMO INTERNO APARENTE DE CAFÉ MOIDO E TORRADO

1940 - 1970

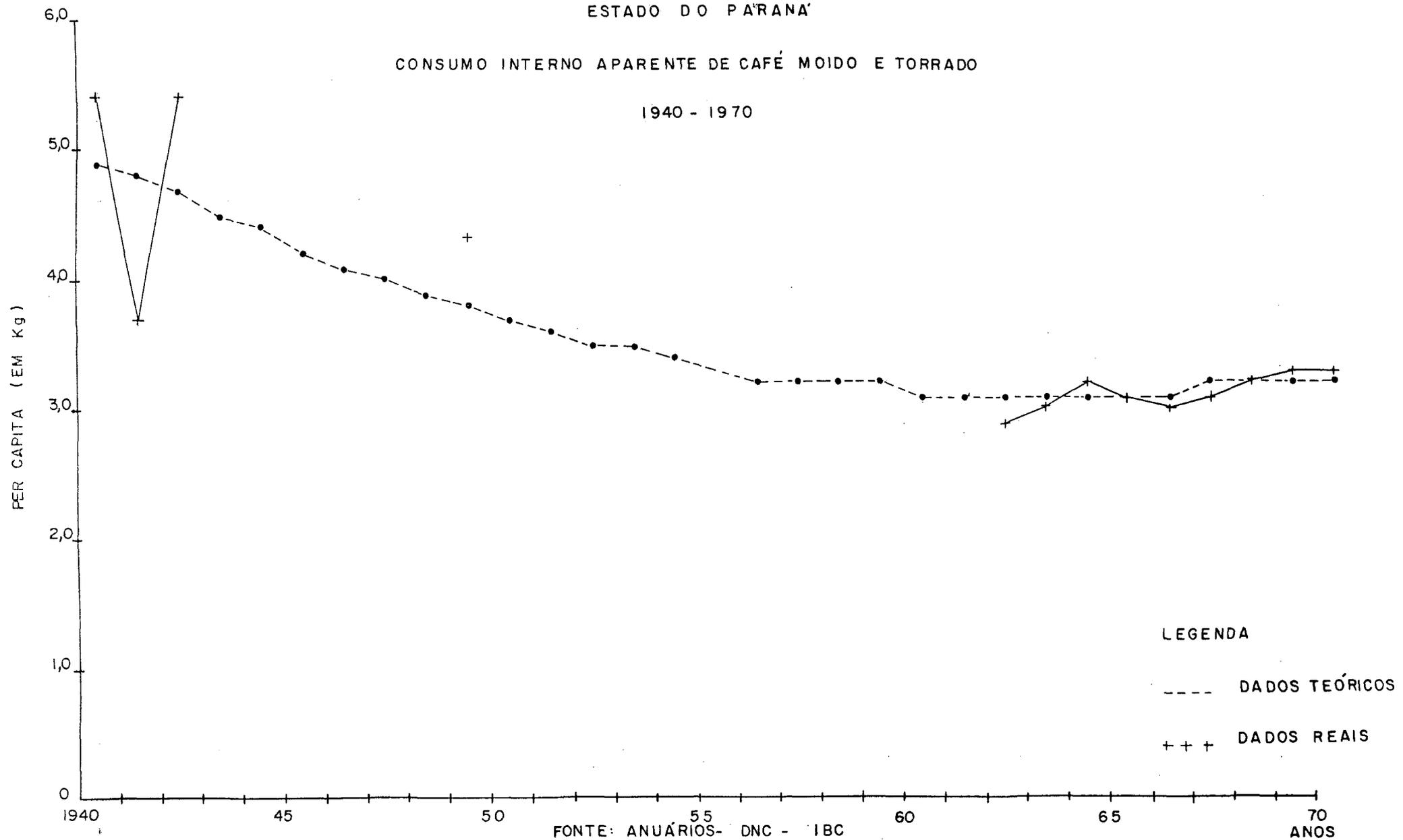
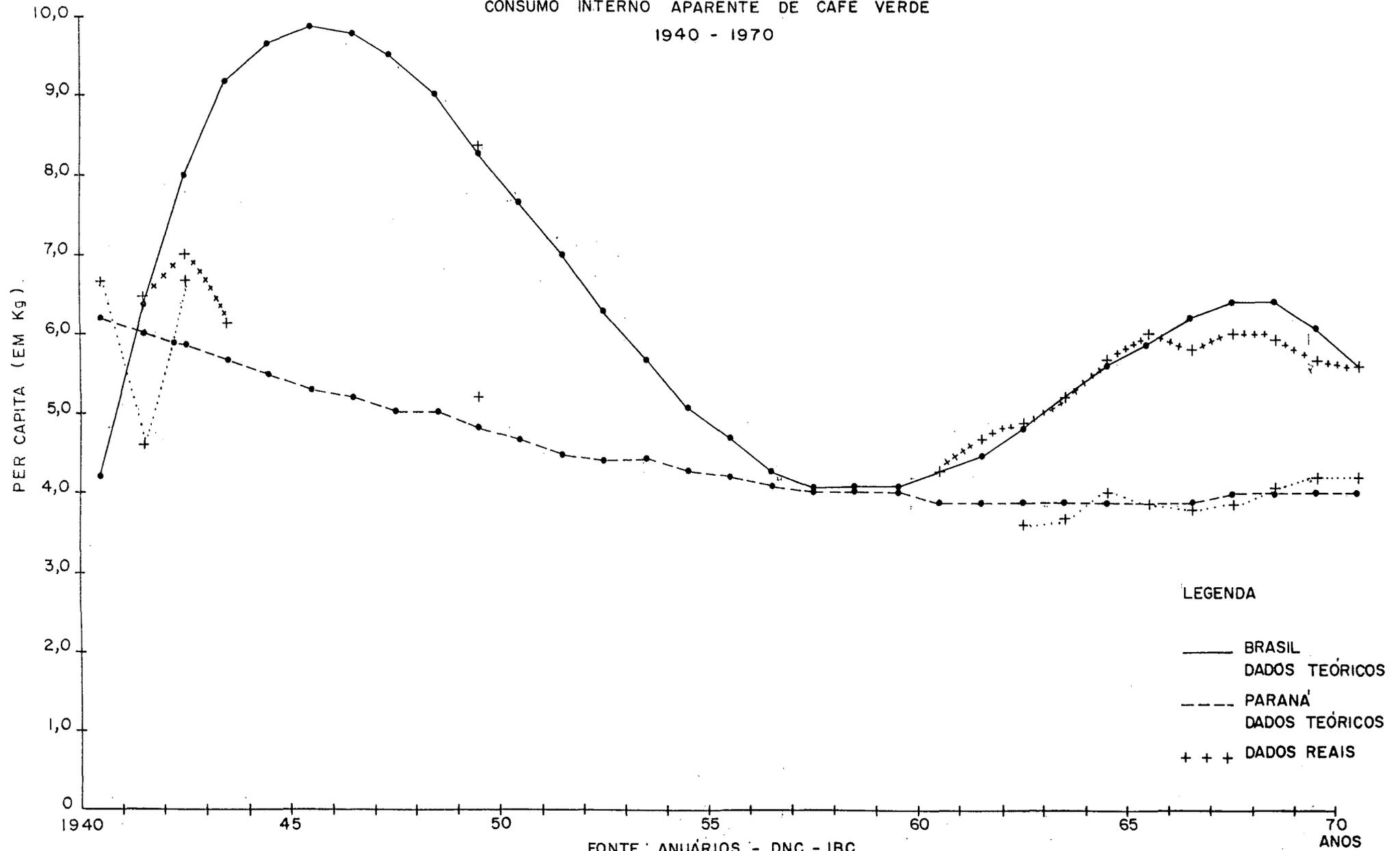


GRÁFICO Nº 26

CONSUMO INTERNO APARENTE DE CAFÉ VERDE  
1940 - 1970



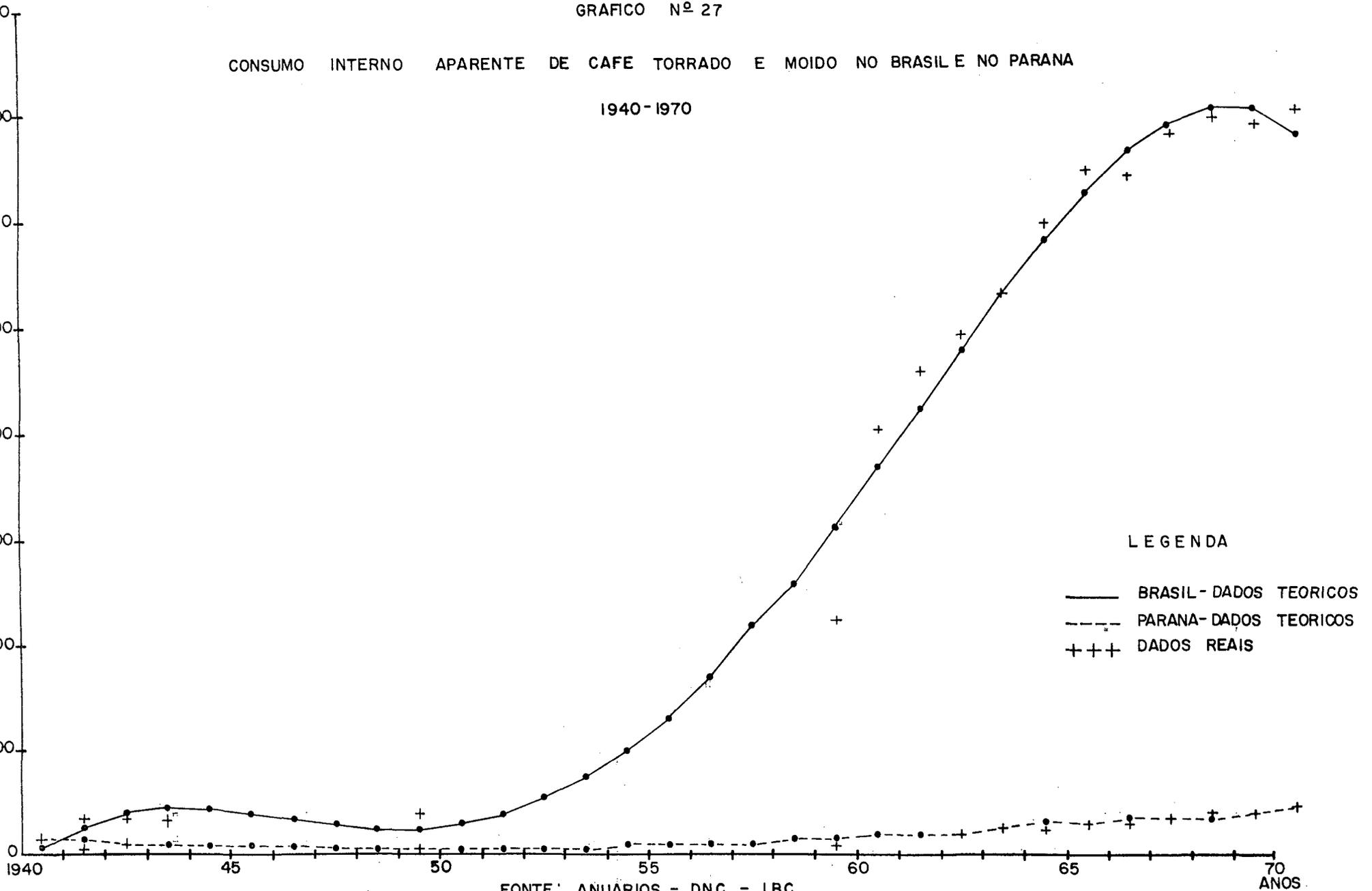
FONTE : ANUÁRIOS - DNC - IBC

GRAFICO Nº 27

CONSUMO INTERNO APARENTE DE CAFE TORRADO E MOIDO NO BRASIL E NO PARANA

1940-1970

EM SACAS DE 48 Kg



LEGENDA

- BRASIL - DADOS TEORICOS
- - - PARANA - DADOS TEORICOS
- + + + DADOS REAIS

FORNE: ANUARIOS - DNC - IBC

GRÁFICO Nº 28

CONSUMO INTERNO APARENTE DE CAFÉ TORRADO E MOIDO NO BRASIL E NO PARANÁ

1940-1970

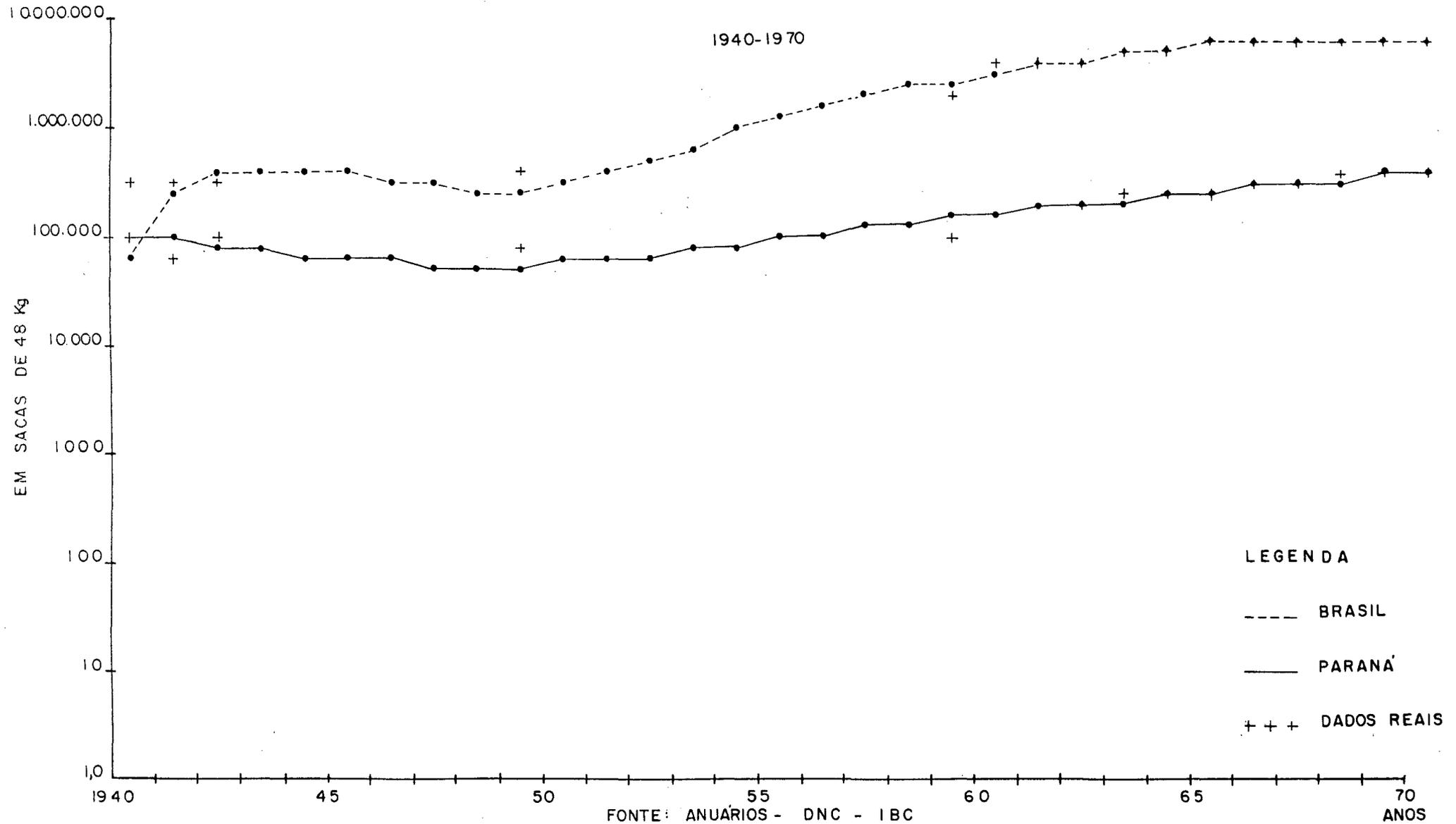


GRÁFICO Nº 29

CONSUMO INTERNO APARENTE DE CAFÉ VERDE  
1940 - 1970

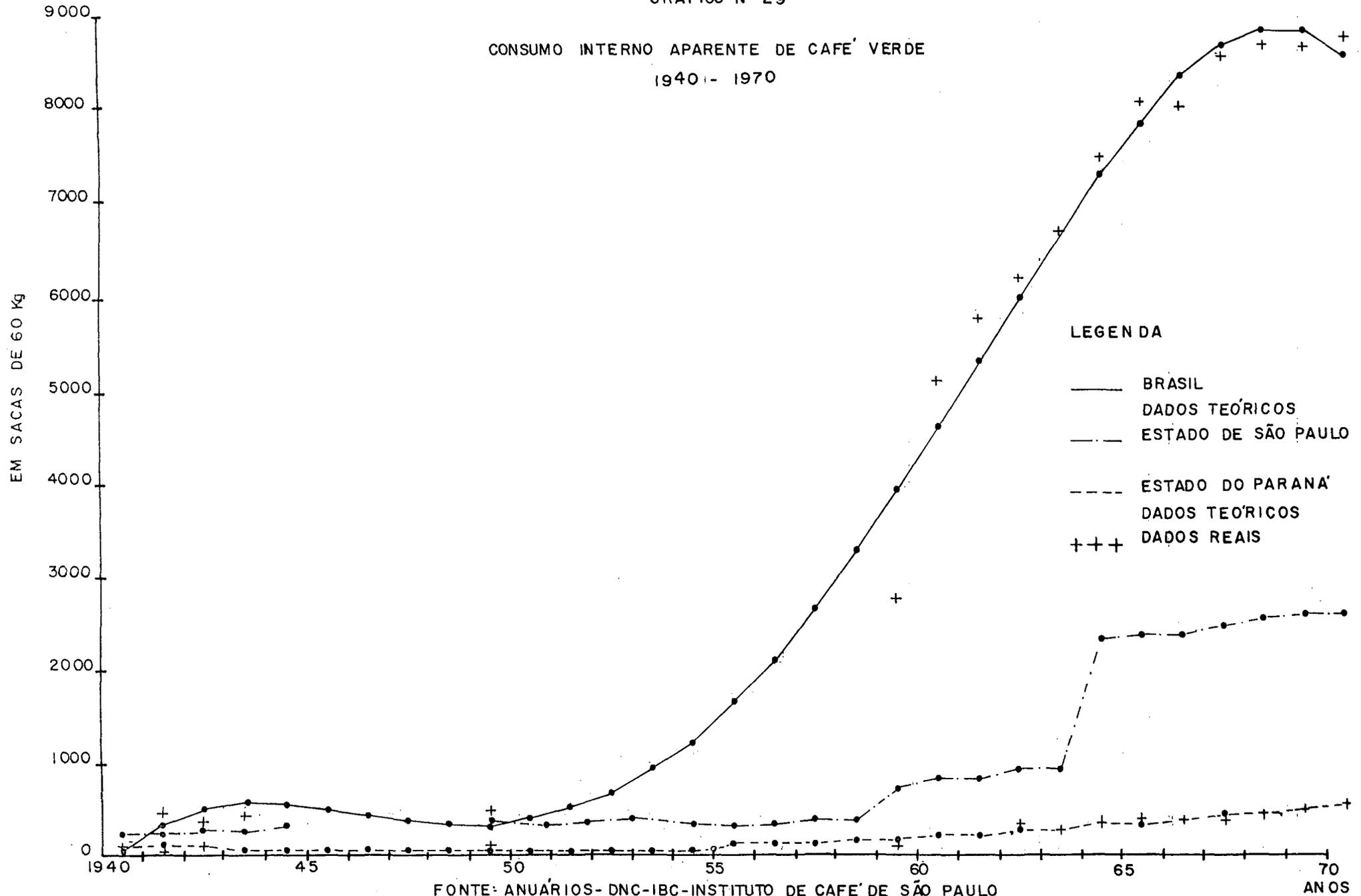
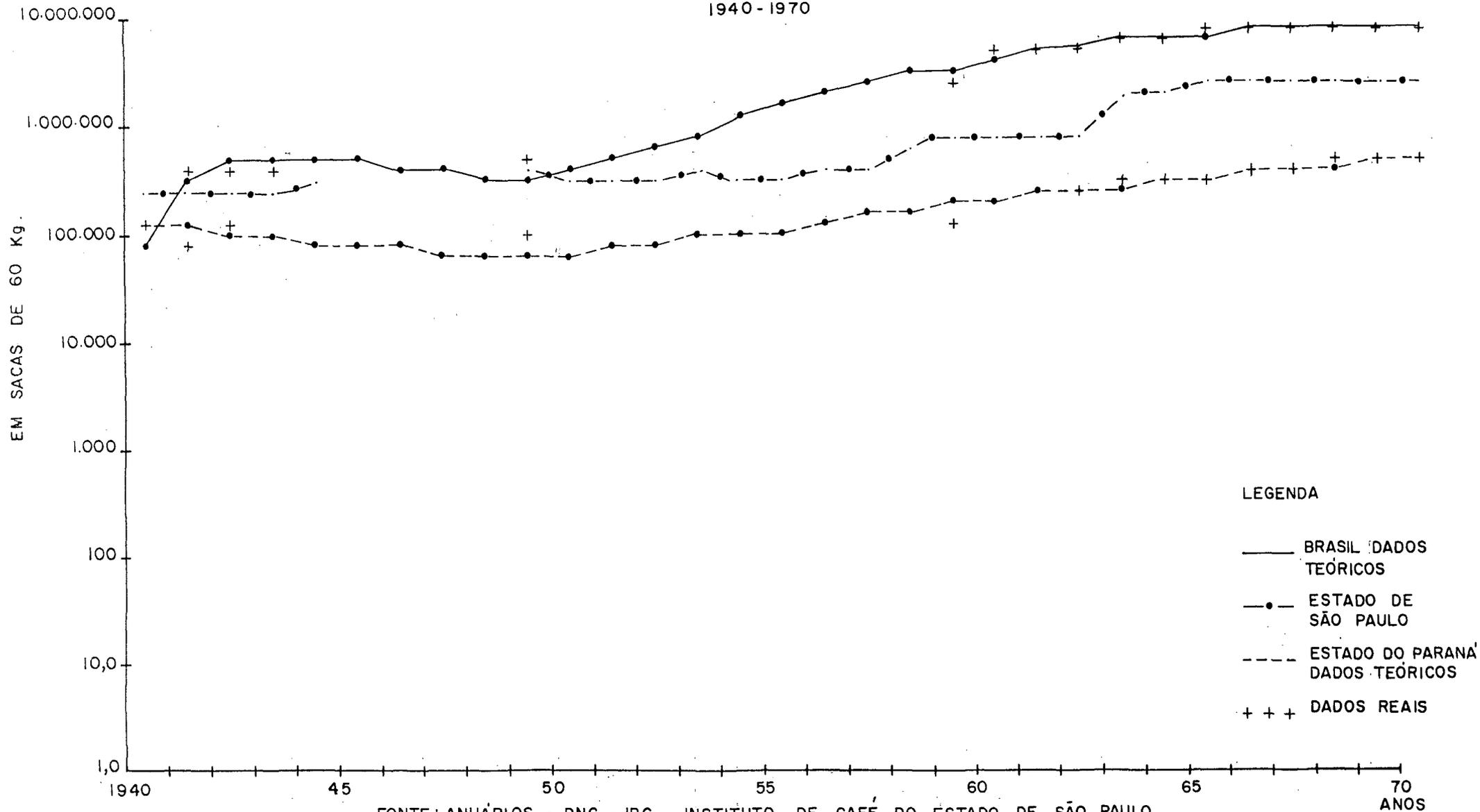


GRÁFICO Nº 30

CONSUMO INTERNO APARENTE DE CAFÉ VERDE

1940 - 1970



FONTE: ANUÁRIOS - DNC - IBC - INSTITUTO DE CAFÉ DO ESTADO DE SÃO PAULO

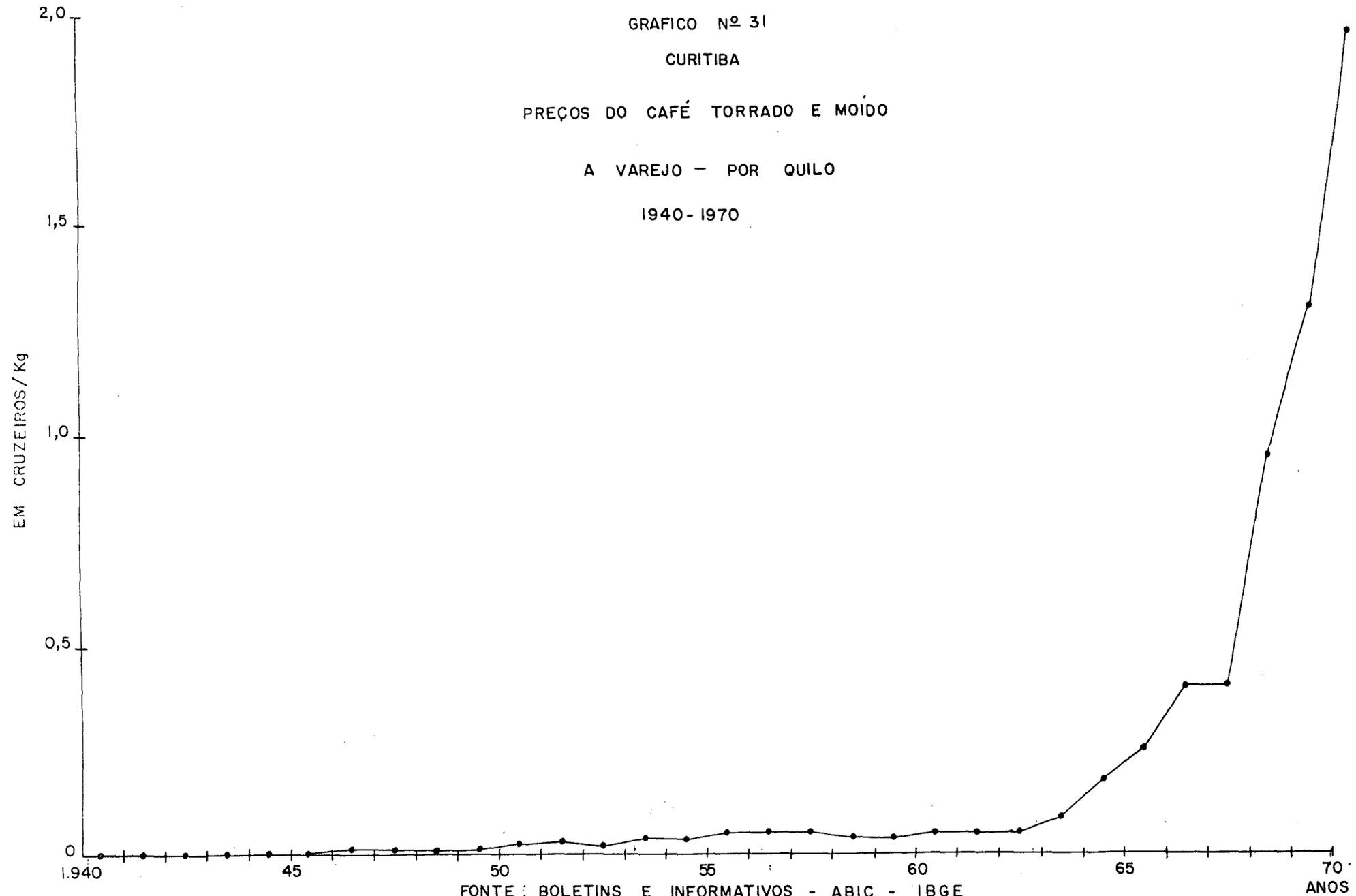
GRAFICO Nº 31

CURITIBA

PREÇOS DO CAFÉ TORRADO E MOÍDO

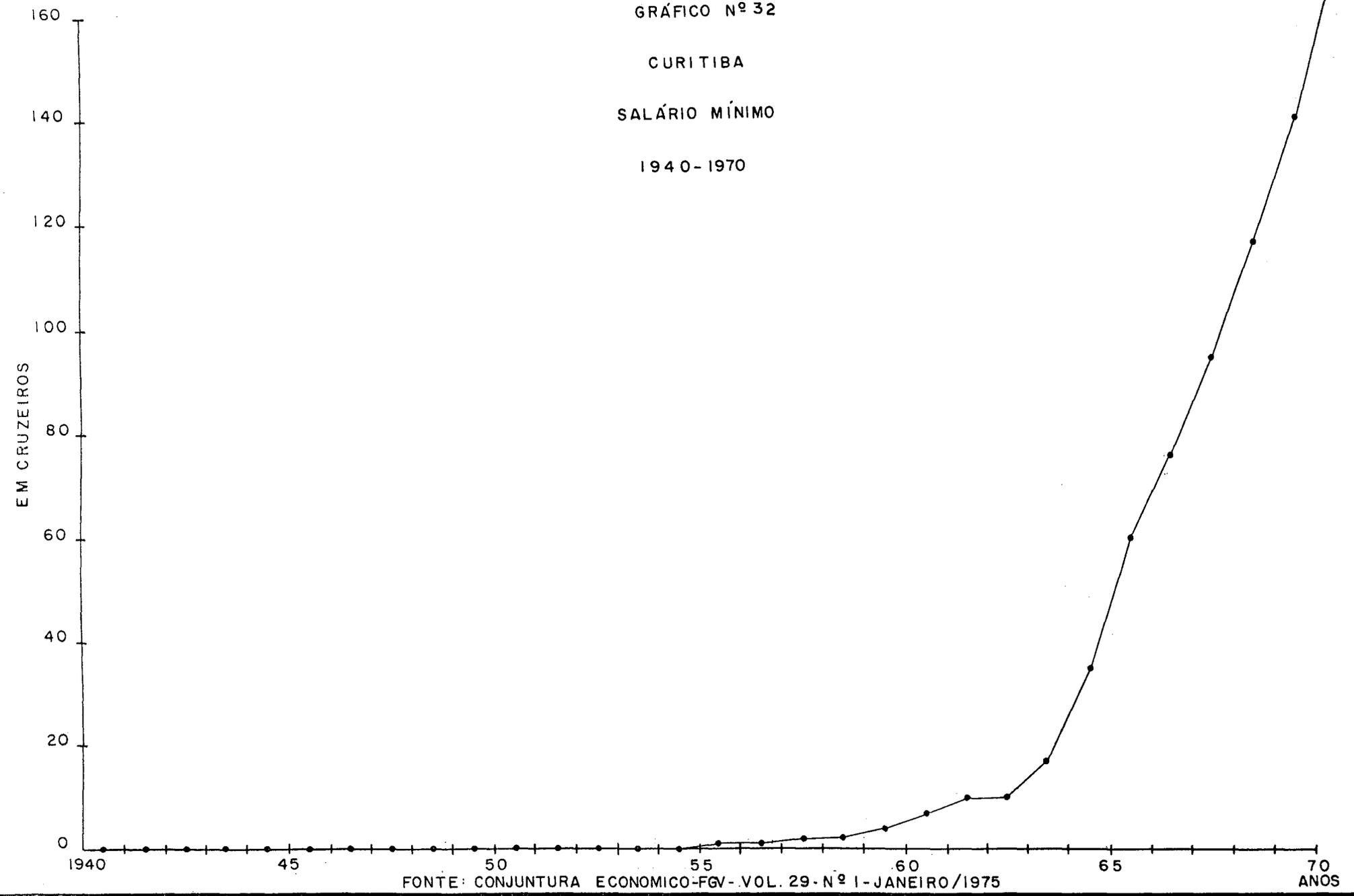
A VAREJO - POR QUILO

1940-1970



FONTE: BOLETINS E INFORMATIVOS - ABIC - IBGE

GRÁFICO Nº 32  
CURITIBA  
SALÁRIO MÍNIMO  
1940-1970



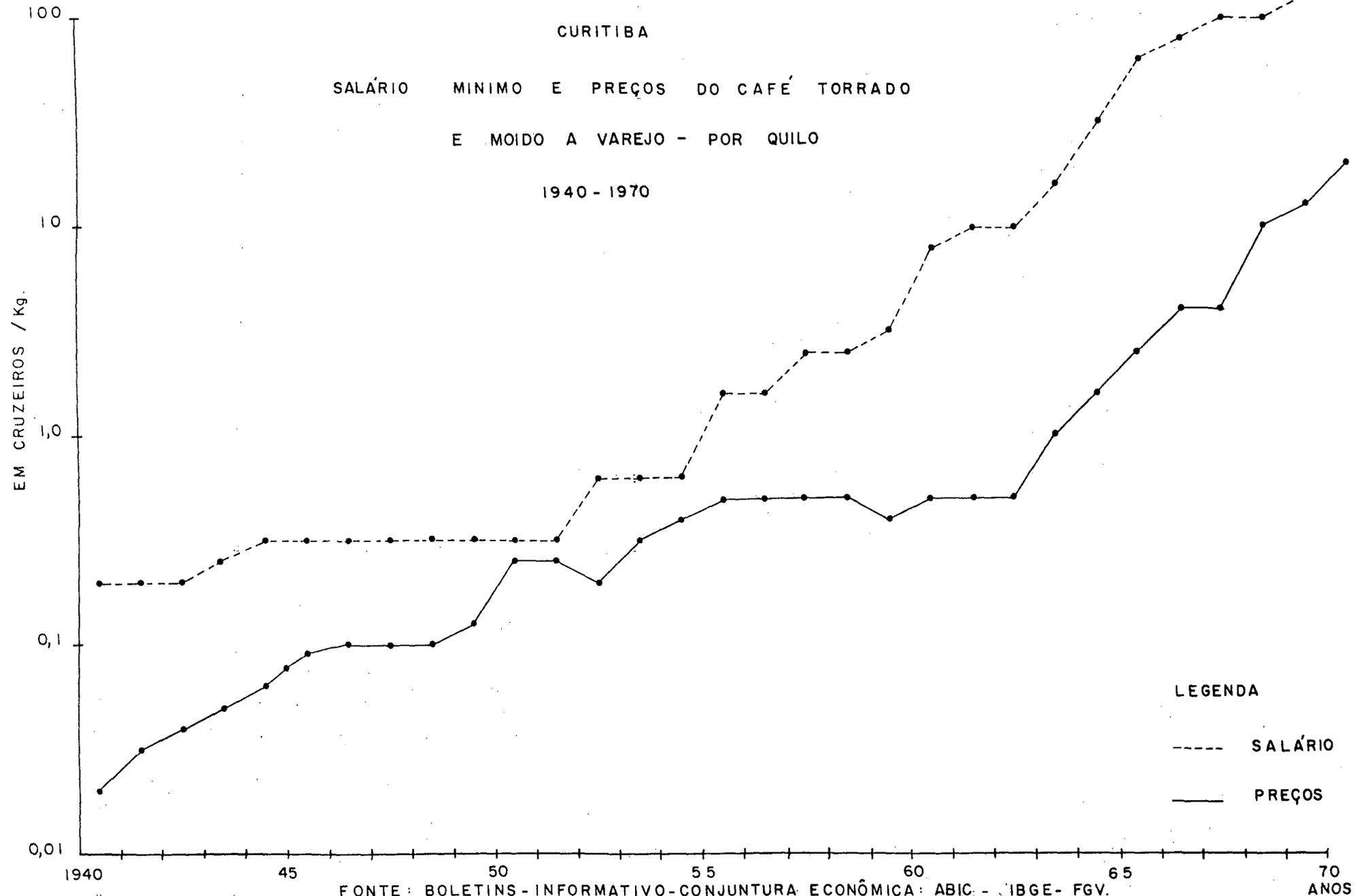
FONTE: CONJUNTURA ECONOMICO-FGV - VOL. 29 - Nº 1 - JANEIRO/1975

GRAFICO Nº 33

CURITIBA

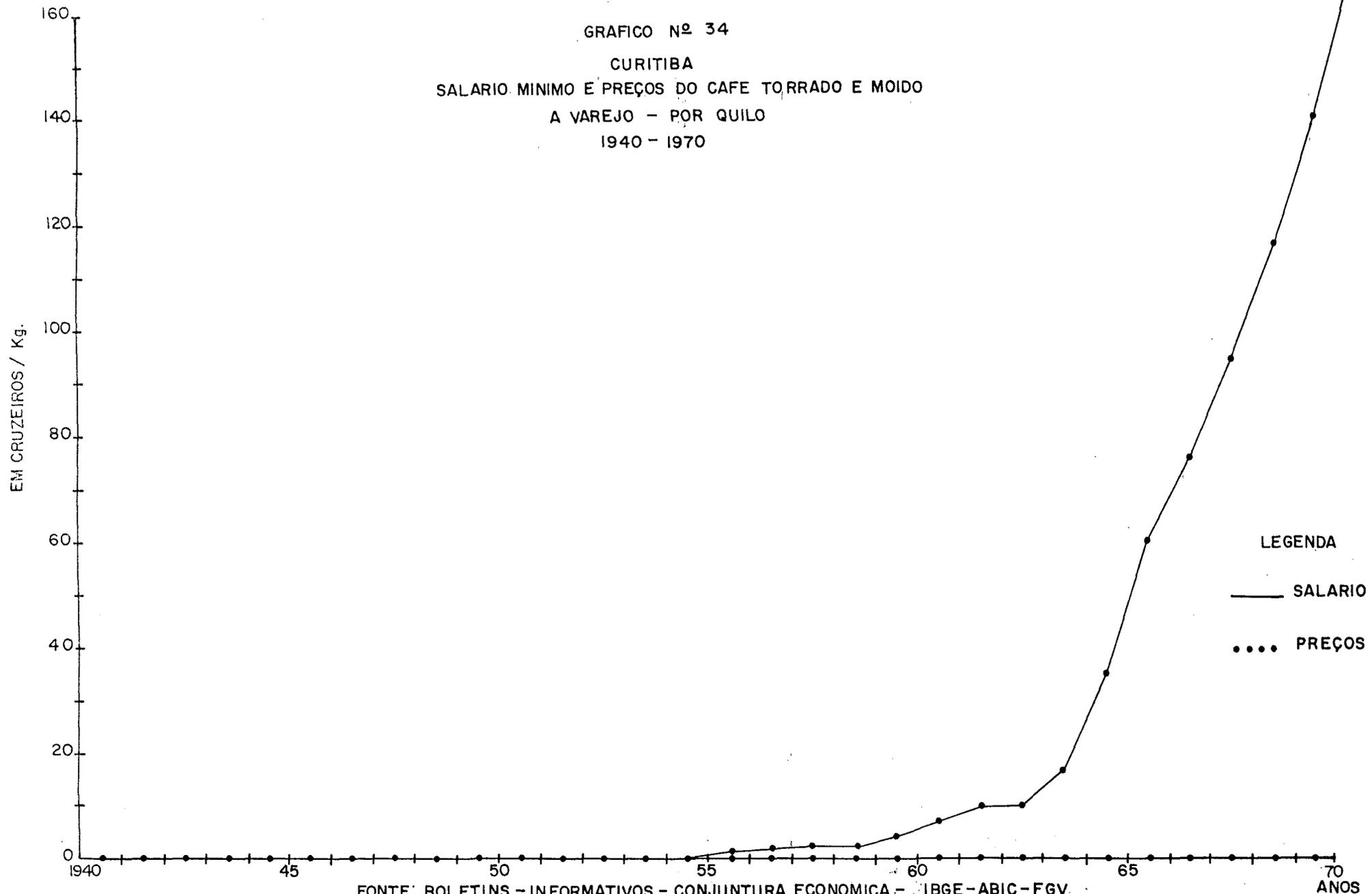
SALÁRIO MÍNIMO E PREÇOS DO CAFÉ TORRADO  
E MOIDO A VAREJO - POR QUILO

1940 - 1970



FONTE: BOLETINS - INFORMATIVO - CONJUNTURA ECONÔMICA: ABIC - IBGE - FGV.

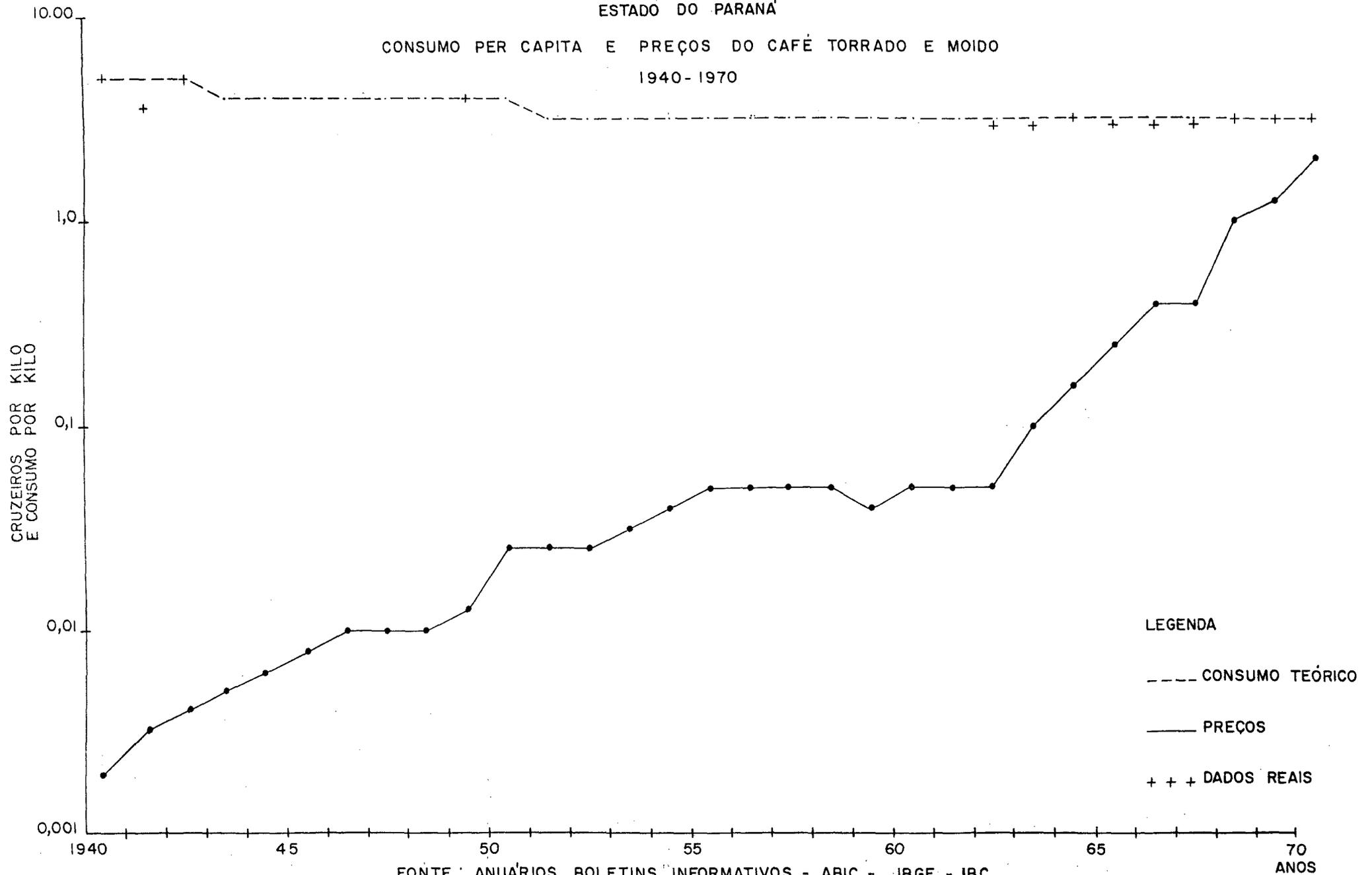
GRAFICO Nº 34  
CURITIBA  
SALARIO MINIMO E PREÇOS DO CAFE TORRADO E MOIDO  
A VAREJO - POR QUILO  
1940 - 1970



FONTE: BOLETINS - INFORMATIVOS - CONJUNTURA ECONOMICA - IBGE-ABIC-FGV

GRÁFICO Nº 35  
ESTADO DO PARANÁ

CONSUMO PER CAPITA E PREÇOS DO CAFÉ TORRADO E MOIDO  
1940-1970



LEGENDA  
----- CONSUMO TEÓRICO  
———— PREÇOS  
+++ DADOS REAIS

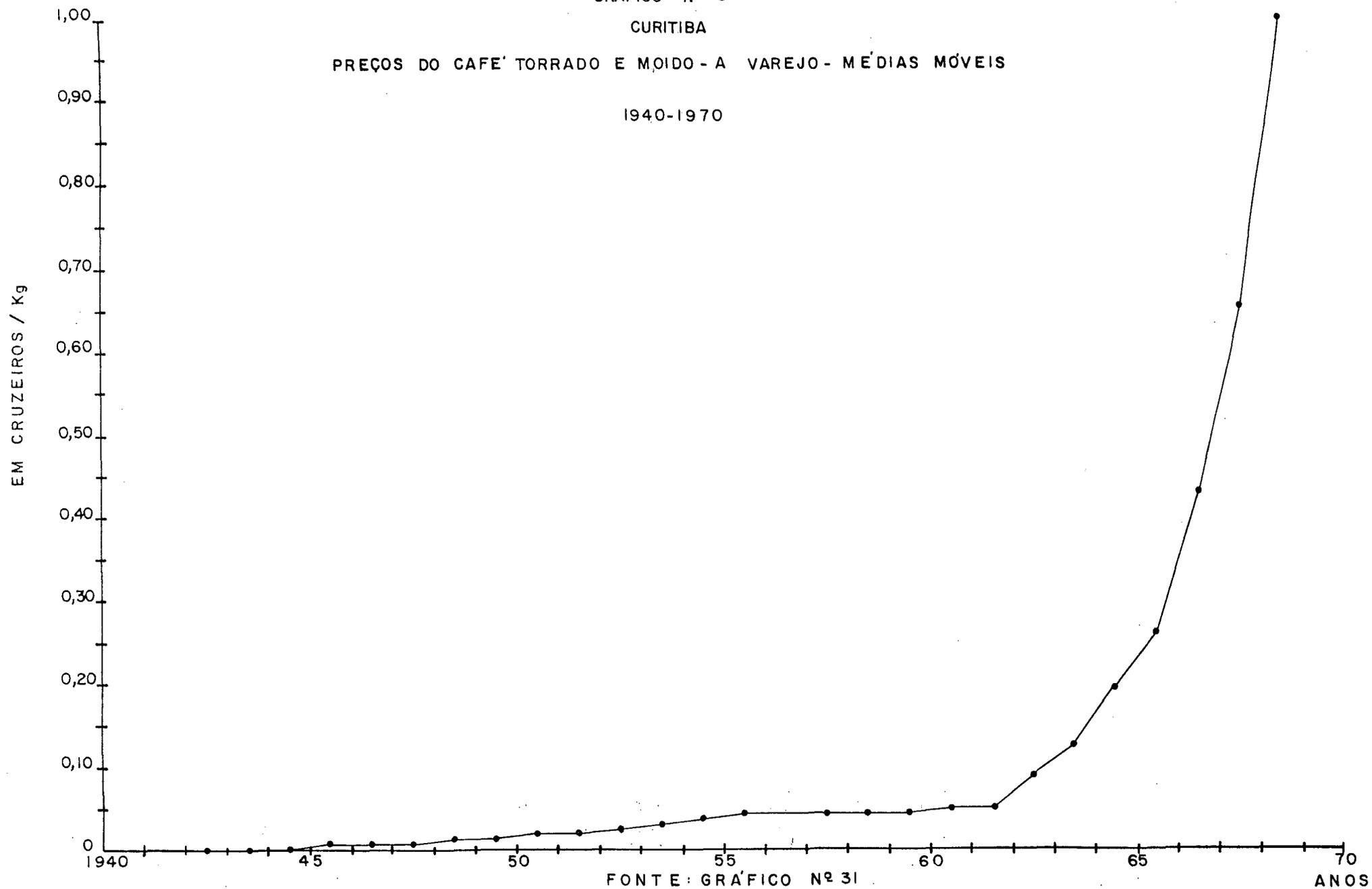
FONTE: ANUÁRIOS BOLETINS INFORMATIVOS - ABIC - IBGE - IBC

GRAFICO Nº 36

CURITIBA

PREÇOS DO CAFÉ TORRADO E MOÍDO - A VAREJO - MÉDIAS MÓVEIS

1940-1970

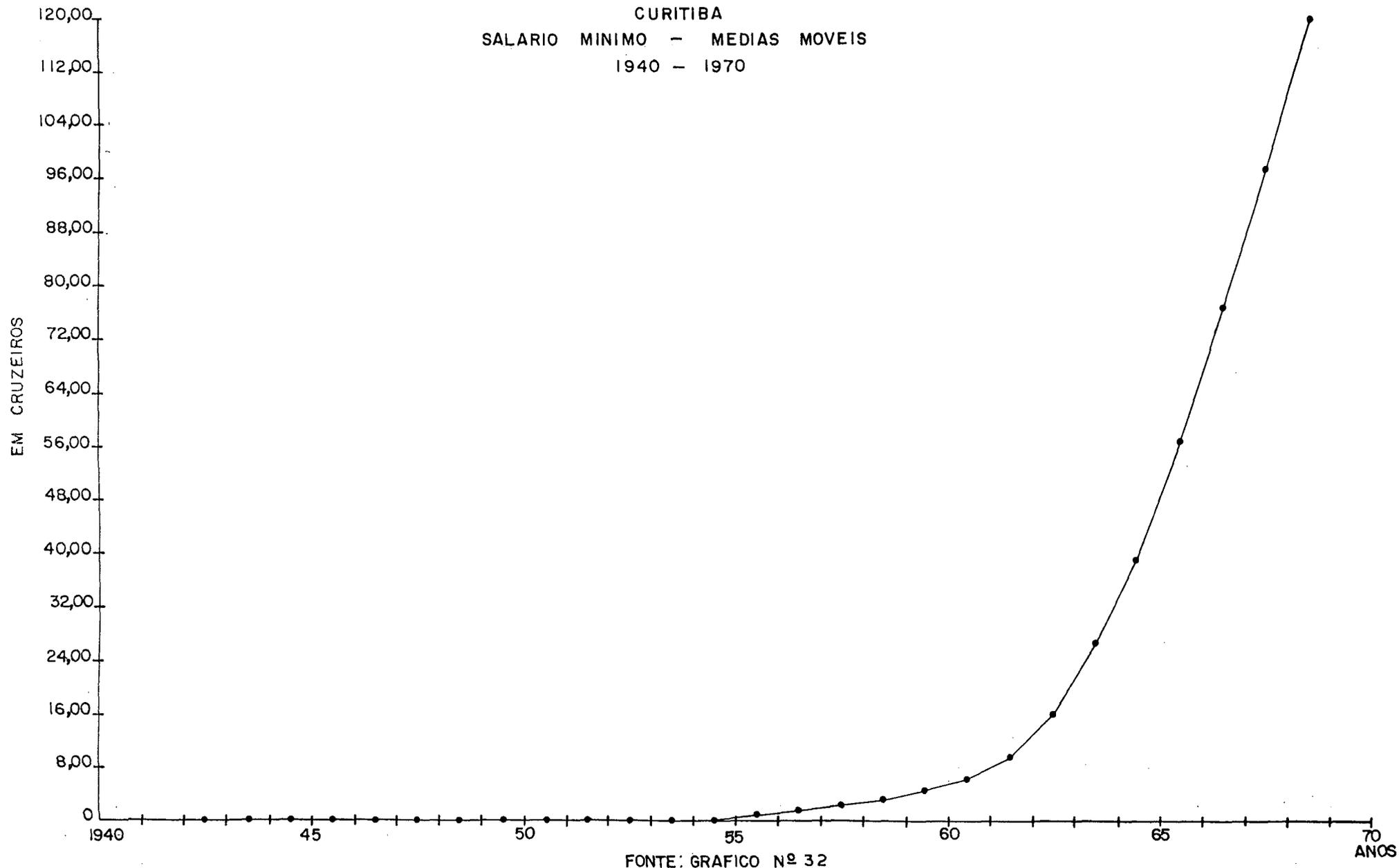


FONT E : GRAFICO Nº 31

ANOS

GRAFICO Nº 37

CURITIBA  
SALARIO MINIMO - MEDIAS MOVEIS  
1940 - 1970



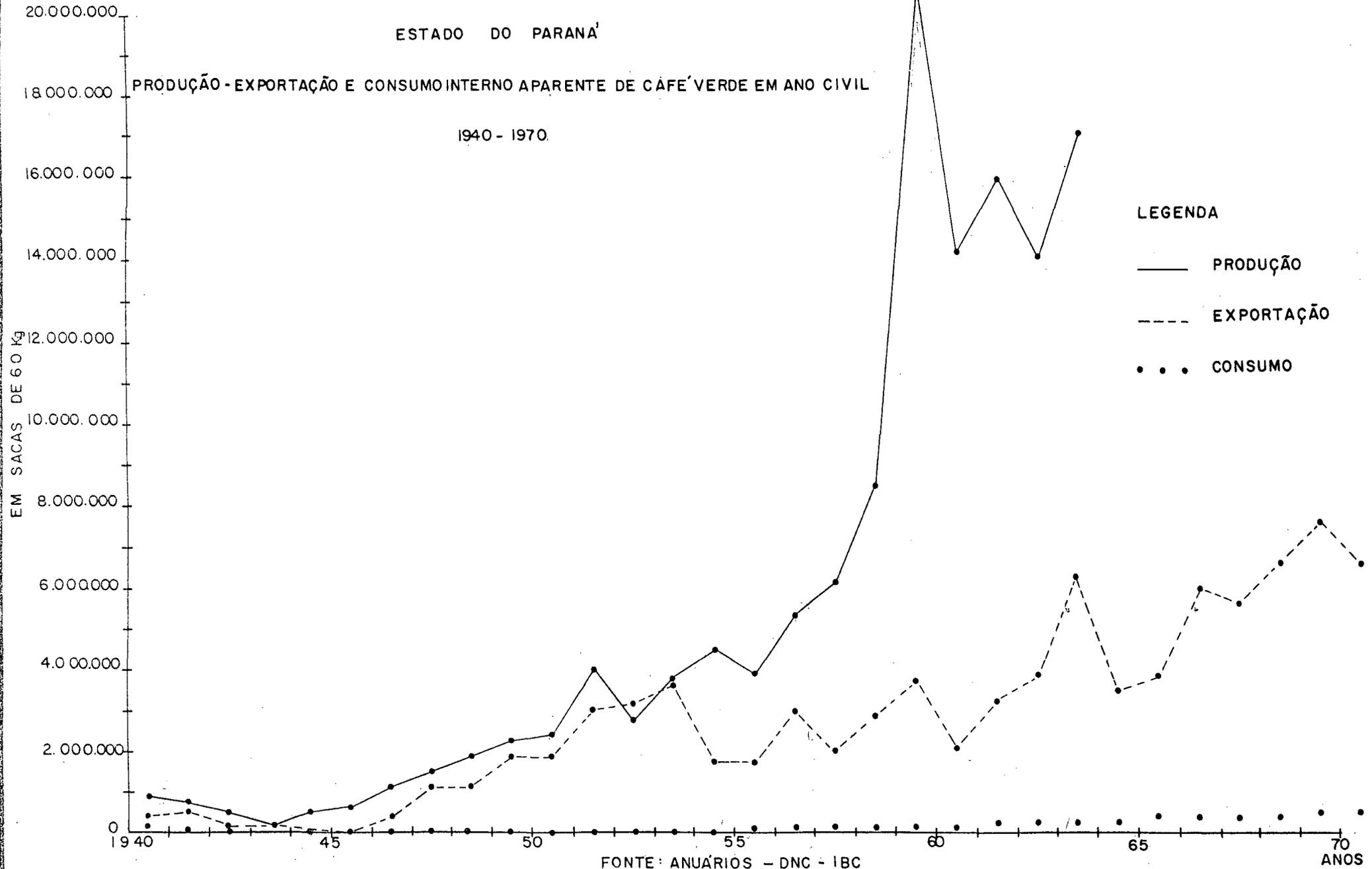
FONTE: GRAFICO Nº 32

GRÁFICO Nº 38

ESTADO DO PARANÁ

PRODUÇÃO - EXPORTAÇÃO E CONSUMO INTERNO APARENTE DE CAFÉ VERDE EM ANO CIVIL

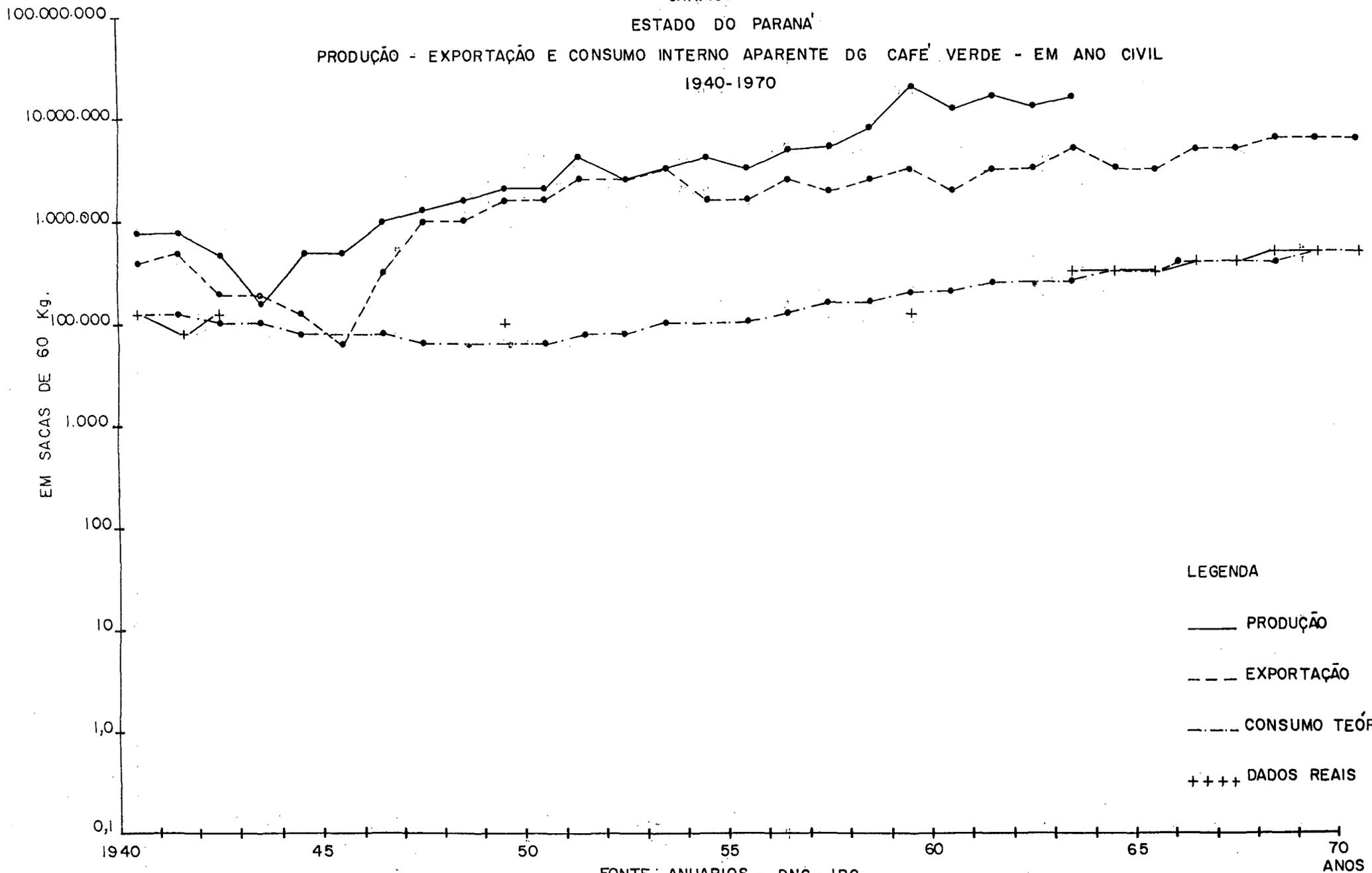
1940 - 1970



FONTE: ANUÁRIOS - DNC - IBC

ANOS

GRAFICO Nº 39  
 ESTADO DO PARANÁ  
 PRODUÇÃO - EXPORTAÇÃO E CONSUMO INTERNO APARENTE DO CAFÉ VERDE - EM ANO CIVIL  
 1940-1970

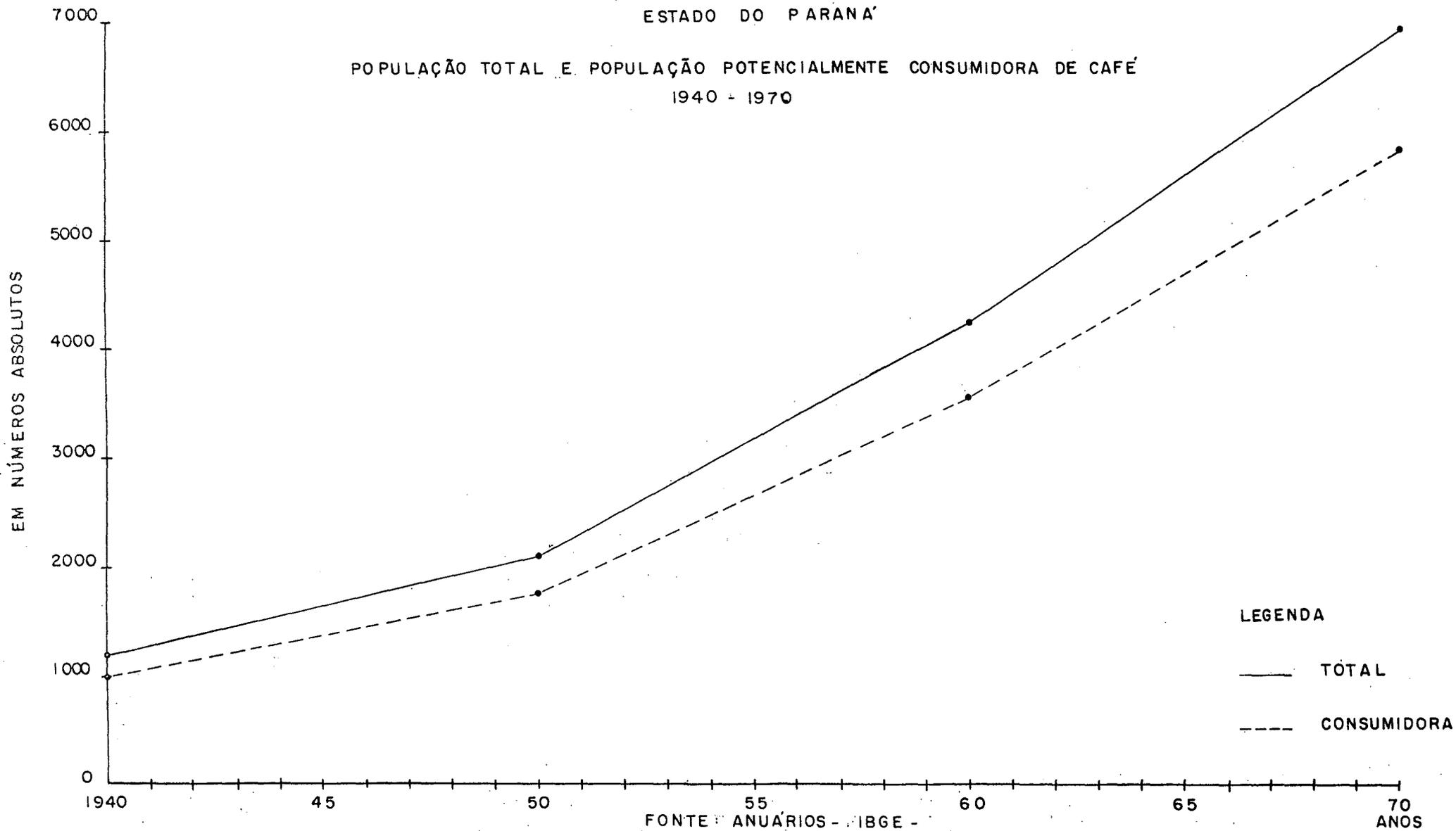


FONTE: ANUARIOS - DNC - IBC

GRAFICO Nº 40

ESTADO DO PARANÁ

POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO POTENCIALMENTE CONSUMIDORA DE CAFÉ  
1940 - 1970



LEGENDA

— TOTAL

- - - CONSUMIDORA

FONTE: ANUÁRIOS - IBGE -

NÚMERO DE INDÚSTRIAS DE TORREFAÇÃO  
E MOAGEM DE CAFÉ REGISTRADAS POR  
MUNICÍPIOS DE 01/01/1940 A 31/12/1949



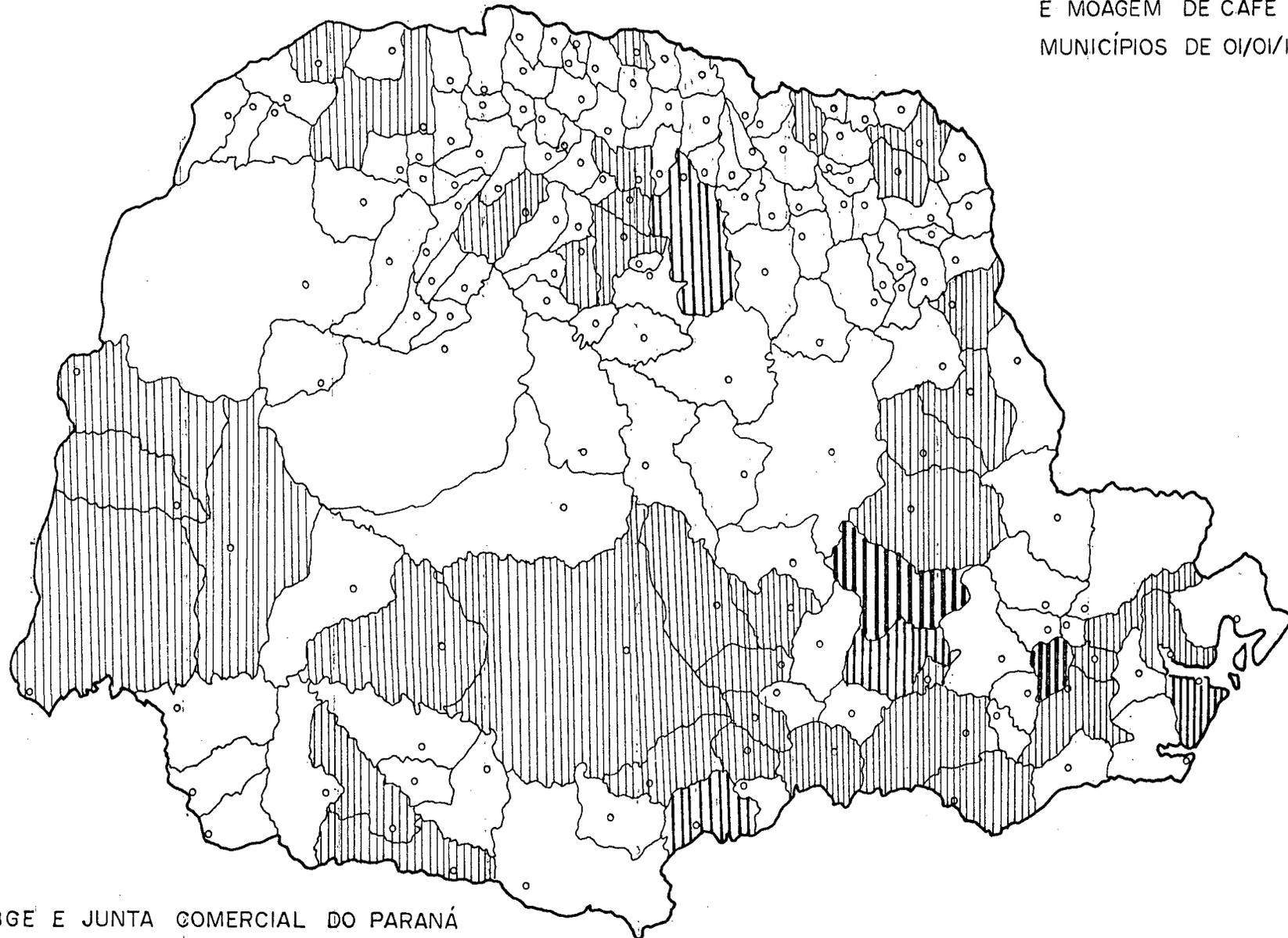
LEGENDA

- 0
- ▤ 1 - 4
- ▥ 5 - 9
- ▧ 10 et

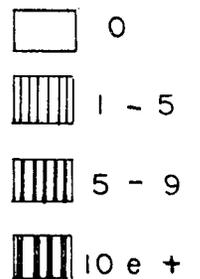
EM Nºs ABSOLUTOS

FONTE: IBGE E JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

NÚMERO DE INDÚSTRIAS DE TORREFAÇÃO  
E MOAGEM DE CAFÉ REGISTRADAS POR  
MUNICÍPIOS DE 01/01/1950 A 31/12/1959

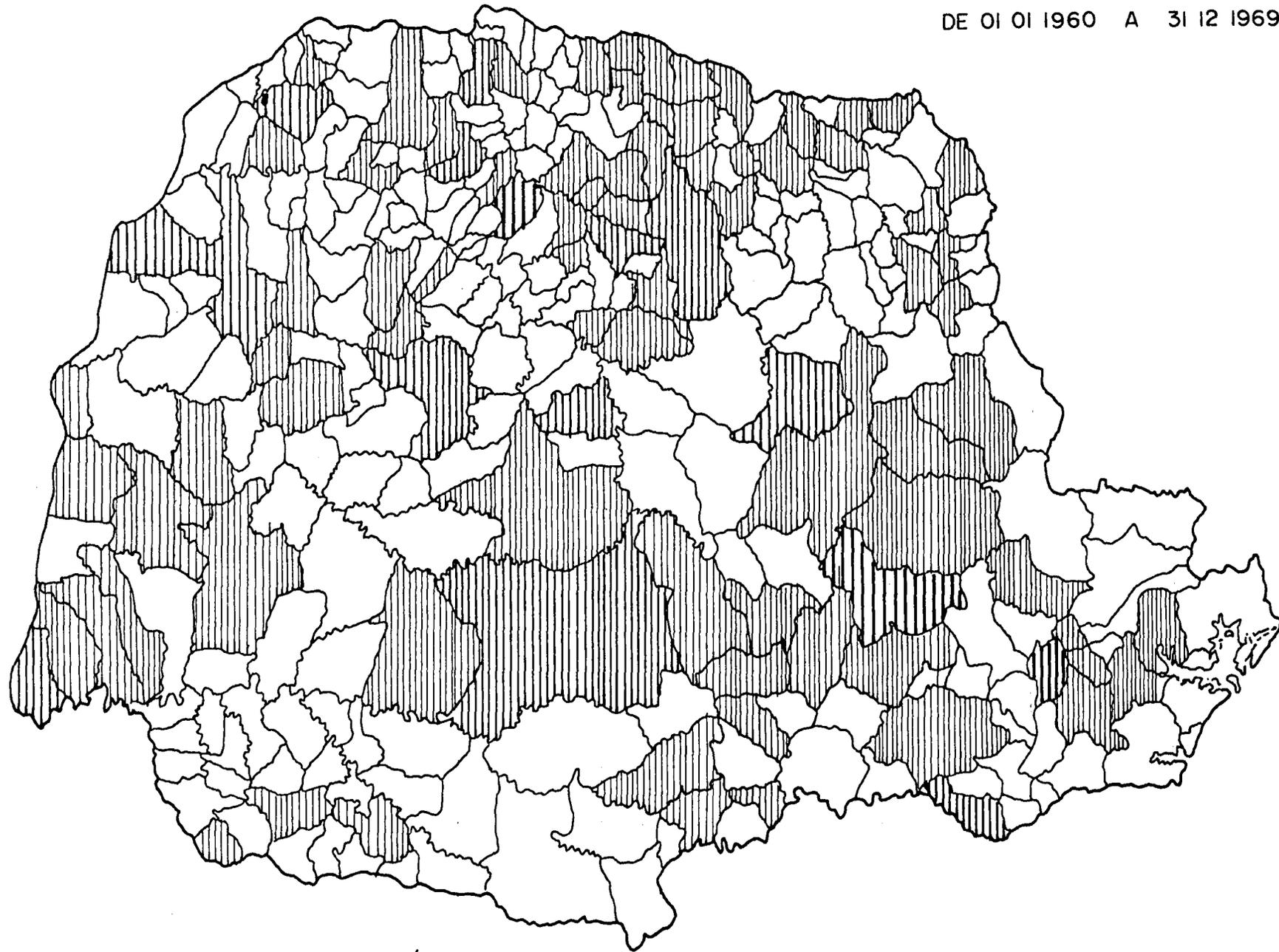


LEGENDA



EM Nºs ABSOLUTOS

NUMERO DE INDUSTRIAS DE TORREFIÇÃO E MOAGEM  
DE CAFÉ REGISTRADAS POR MUNICÍPIOS  
DE 01 01 1960 A 31 12 1969



LEGENDA

	0	EM N <sup>o</sup> s ABSOLUTOS
	1 - 5	
	5 - 9	
	10 e +	

FONTE: IBGE E JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

## B I B L I O G R A F I A

### I - Fontes manuscritas, datilografadas ou mimeografadas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ. Considerações sobre a crise da indústria de torrefação e moagem de café. Rio de Janeiro, 1974. p. irregular. Mimeografado.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ. O Paraná e a economia cafeeira. Curitiba, Secretaria da Agricultura, 1963. P. irregular. Datilografado.

INFORMATIVOS {DA } ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ. Rio de Janeiro, 1974. 24v. Mimeografados.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Estudo preliminar sobre a limitação de vendas para o consumo interno em decorrência da necessidade de manutenção de um estoque estratégico para garantia futura das exportações. Rio de Janeiro, 1970. 14 p. Datilografado.

. Pesquisa de custo médio de industrialização do café e informe sobre as produtividades das indústrias. Rio de Janeiro, 1966. 40 p. Datilografado.

. Reajustamento do preço do café torrado e moído. Rio de Janeiro, 1964. P. irregular. Datilografado.

. Resoluções {sobre a indústria de torrefação e moagem de café no Brasil} N.68 a 539, 1959-1970. Mimeografadas.

. Subsídio ao café de consumo interno. Rio de Janeiro, 1967. 71 p. Datilografado.

. Torrefação e moagem de café. Rio de Janeiro, 1968. P. irregular. Datilografado.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ. Contratos. Curitiba, 1920-1970. 20v. Manuscritos e Datilografados.

. Firmas. Curitiba, 1920-1970. 83lv. Manuscritos e Datilografados.

. Sociedades anônimas, atas e diários oficiais. Curitiba, 1920-1970. 110v.

SENDICATO DA INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DO ESTADO DO PARANÁ. Relatório geral de atividades. Curitiba, 1974. p. Datilografado.

## B I B L I O G R A F I A

### II - Fontes impressas

- BOLETIM DE DOCUMENTAÇÃO {DO} INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Rio de Janeiro, 1971-1973. 3v.
- BOLETIM DE INFORMAÇÕES {DO} INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Rio de Janeiro, 1968-1971. 10v.
- BOLETIM INFORMATIVO E ESTATÍSTICO {DO} INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Rio de Janeiro, 1959-1961. 76v.
- BOLETIM ESTATÍSTICO {DO} BANCO DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1937-1946. N. 11, 12, 13, 14, 16, 18, 22, 23.
- BOLETIM ESTATÍSTICO {DO} INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro, 1937-1969. 192v.
- BOLETIM QUINZENAL {DO} DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Rio de Janeiro, 1933-1934. 24v.
- BOLETIM {DA} SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS DO CAFÉ. São Paulo, 1942-1959. 204v.
- BRASIL. Departamento Nacional do Café. Anuário Estatístico do café. Rio de Janeiro, 1934-1945. 8v.
- \_\_\_\_\_. Atlas Estatístico do Café. Rio de Janeiro, 1940-1942. 27v.
- \_\_\_\_\_. Revista DNC. Rio de Janeiro, 1933-1945. 24v.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, 1936-1970. 36v.
- \_\_\_\_\_. Cadastro industrial; Paraná. Rio de Janeiro, 1965. 566 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Anuário estatístico do café. Rio de Janeiro, 1959-1973. 12v.
- CONVENÇÃO NACIONAL DE TORREFADORES DE CAFÉ I. Fortaleza, 1974. Anais da 1a. Concafé. Rio de Janeiro, ABIC, 1975. 105p.
- INSTITUTO DE CAFÉ DO ESTADO DE SÃO PAULO. Anuário estatístico. São Paulo, 1937-1956. 16v.
- LUPION, Moysés. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado em 1956. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1956. 230p.
- \_\_\_\_\_. 1957. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1957. 251p.
- \_\_\_\_\_. 1958. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1958. 265p.

- MUNHOZ, Alcides. Relatório da Secretaria Geral do Estado do Paraná, apresentado a S.Excia. Sr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha, D.D. Presidente do Estado. Curitiba, Livraria Mundial, 1926. 903p.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 1927. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1927. 255p.
- REVISTA DO COMÉRCIO DO CAFÉ. Rio de Janeiro, 1960-1970. 120v. ...
- REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO. Curitiba, Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná. 1967-1974. N. 1 a 42.
- RIBAS, Manoel. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 1935. Curitiba, Gráfica Paranaense, 1935. 66p.
- RIBAS, Manoel. Relatório apresentado a S.Excia. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo Senhor Manoel Ribas. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1921. 106p.
- ROCHA, Caetano Munhoz. Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha em 1921. Imprensa Paranaense, 1921. 106p.
- ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 1954. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1954. 204p.

### III - Obras de História

AKERMAN, Johan. Structures et cycles économiques. Paris, Presses Universitaires de France, 1955. 2v.

BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975. 430p.

BALHANA, Altiva Pilatti & NADALIN, Sérgio Odilon. A imigração e o processo de urbanização em Curitiba. In: SIMPÓSIO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 7., Belo Horizonte, 1973. Anais... São Paulo, Revista de História, 1974. v.3, p.527-536.

~~BALHANA, Altiva Pilatti et alii. História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. 3v.~~

BRAUDEL, Fernand. Civilização material e capitalismo. Lisboa, Cosmos, 1970. 506 p.

~~BUESCU, Mircea. História Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, APEC, 1970. 283p.~~

CARRION JUNIOR, Francisco Machado. O modelo brasileiro. Porto Alegre, Zeta, 1975. 153p.

COHN, Gabriel. Problemas da industrialização no século XX. In: MOTTA, Carlos Guilherme. Brasil em perspectiva. 4. ed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1973. cap.9, p.283-316.

COSTA, Odah Regina Guimarães. O preço de terras na colônia Içara; 1939-1968. Curitiba, 1974. (Tese de Mestrado, Universidade Federal do Paraná). 178p.

DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1971. 269p.

DUQUE, Hélio Moacyr de Souza. A guerra do café solúvel. Rio de Janeiro, Leitura, 1970. 158p.

\_\_\_\_\_. A industrialização do café solúvel no Brasil; 1959-1972. Rio Claro, 1973. (Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro). 338p.

\_\_\_\_\_. A luta pela modernização da economia cafeeira. São Paulo, Alfa Omega, 1976. 206p.

ESTEY, James Arthur. Ciclos econômicos; sua natureza, causa e controle. 3. ed. São Paulo, Mestre Jou, 1965. 542p.

~~FURTADO, Celso. A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. 192p.~~

\_\_\_\_\_. Formação econômica do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964. 292p.

\_\_\_\_\_. Inflação e desenvolvimento; Rio de Janeiro, Vozes, 1974. 317p.

- GLENISSON, Jean. Iniciação aos estudos históricos. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961. 317p.
- LAVALLE, Aída Mansani. A madeira na economia paranaense. Curitiba, 1974. (Tese de Mestrado, Universidade Federal do Paraná). 149p.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. América Latina Contemporânea; modernização, desenvolvimento, dependência. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 149p.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. Sociedade industrial no Brasil. 2. ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971. 186p.
- LUZ, Nícia Vilela. A luta pela industrialização do Brasil; 1808 - 1930. 2. ed. São Paulo, Alfa Omega, 1975. 216p.
- MAURO, Frédéric. Do Brasil à América. São Paulo, Perspectiva, 1975. 245p.
- \_\_\_\_\_. Nova história novo mundo. São Paulo, Perspectiva, 1974. 286p.
- NICHOLLS, William H.A. A fronteira agrícola na história recente do Brasil; o Estado do Paraná, 1920-1965. Revista Brasileira de Economia; Rio de Janeiro, 24 (4):33-91, out/dez. 1970.
- NIVEAU, Maurice. História dos fatos econômicos contemporâneos. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969. 540p.
- PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso paranaense. São Paulo, 1970. (Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo). 345p.
- PELAEZ, Carlos Manuel. História da industrialização Brasileira. Rio de Janeiro, APEC, 1972. 241p.
- PELAEZ, Carlos Manuel & BUESCU, Mircea. A moderna história econômica. Rio de Janeiro, APEC, 1976. 259p.
- PINHEIRO MACHADO, Brasil & BALHANA, Altiva Pilatti. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Departamento de História, (3):1-27, 1963.
- PIÈTTE, André. Histoire de la pensée économique et analyse des theories contemporaines. Paris, Dalloz, 1973. 561p.
- SIMONSEN, Roberto. Aspectos da história econômica do café. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, 6(64): 149-226, 1938.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 8.ed. São Paulo, Brasiliense, 1973. 280p.
- SUNKEL, Osvaldo & PAZ, Pedro. Um ensaio de interpretação do desenvolvimento latino americano. São Paulo, Difel/Forum, 1975. 151p.
- TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro; ensaios sobre economia brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. 263p.

- WESTPHALEN, Cecília Maria et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Departamento de História, (7): 1-52, 1968.
- WIRTH, John D. A política do desenvolvimento na era de Vargas. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973. 216p.
- TAUNAY, Affonso de E. Pequena história do café no Brasil; 1727-1937 . Rio de Janeiro, DNC, 1945. 558p.

#### IV - Obras diversas

- A POLÍTICA cafeeira do Brasil, 1850-1972. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 27 (12):72-81, dez. 1973.
- BARBOSA, Alaor do Rosário. No Rio ainda se pode torrar café à moda antiga. Revista do Comércio de Café, Rio de Janeiro,
- BASTOS, Romeu N. Carvalho. Bebe-se café no Brasil? Revista DNC, Rio de Janeiro, 12(62):154-156, ago. 1938.
- BIROU, Alain. Dicionário de ciências sociais. Lisboa, Dom Quixote, 1973. 454 p.
- CAMARGO, Rogério de & TELLES JÚNIOR, Adalberto de Queiroz. O café no Brasil; sua aclimação e industrialização. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1953.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil. 2.ed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1972. 204p.
- CASTRO, Lauro Sodré Viveiros de. Noções de Metodologia. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, 1 (1):134-136, jan/mar. 1-40.
- DALY, Rex F. Coffee consumption and prices in the United States. Agricultural Economics Research, Washington, D. C., Department of Agriculture, 10(3):61-71, Jul. 1958.
- DEAN, Warren. O comércio de café gera a indústria. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973. p. p. 29-35.
- DELFIM NETTO, Antônio. O problema do café no Brasil. Boletim da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, São Paulo, (5): 1-348, 1959.
- DELFIM NETTO, Antônio & PINTO, Carlos Alberto de Andrade. O café do Brasil. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, 1973 p. p. 301-348.
- FISHLOW, Albert. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. Estudos Econômicos, São Paulo, 2(6):7-75. dez. 1972.
- FLOUD, Roderick. Métodos quantitativos para historiadores. Madrid, Alianza, 1975. 237p.
- GUEDES, Jayme Fernandes, comp. Legislação federal cafeeira; 1922-1940 Rio de Janeiro, DNC, 1940, 757p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. ABC do café. 2. ed. Rio de Janeiro, 1973. 73p.
- JARDIM, C. Le café et le consommateur; normes, réglementations et contrôle. Café, cacao, thé, Paris, 16(3):243-259, juil/sept. 1972.
- KULA, Witold. Problemas y métodos de la historia económica. Barcelona, Ediciones Peninsula, 1974. 729 p.

- MAGALHÃES FILHO, Francisco de. Perspectivas industriais do Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, (15):9-23, nov./dez. 1969.
- NOUSCHI, André. Iniciation aux sciences historiques. Paris, Nathan, 1967. 205 p.
- O CONSUMO interno de café no Brasil. Separata de A economia brasileira e suas perspectivas. São Paulo, A-ec, 1971. p. 207-213.
- SELDON, Arthur & PENNANCE, F.G. Dicionário de economia. Rio de Janeiro, Bloch, 1968. 2v.
- SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa Omega, 1976. 120 p.
- SINOPSE da investigação e análise do mercado nacional de café. Revista do DNC, Rio de Janeiro, 2 (11):564-671, maio, 1934.
- RESUMOS e transcrições. Revista do DNC, Rio de Janeiro, 1(6):802-805, dez. 1933.
- . Revista do DNC, Rio de Janeiro, 9(204):125-246, fev. 1944.
- TAUNAY, Affonso de E. Café e economia brasileira. Boletim da Superintendência dos Serviços do Café. São Paulo, 37(426-426):22-26, jul./ago. 1962.
- TORRES, José Garrido. O mercado interno do Brasil. Boletim da Superintendência dos Serviços do Café. São Paulo, 18(194):251-259, abr.1943.

OBJETO: Registro de Firmas

LOCAL: Estado do Paraná

TÍTULO DO DOCUMENTO: Livro de Firmas

Data do documento: / /1952.

FOLHA/VOLUME: Livro 107. 1º volume. reg. 25.256 a 25.548. pag./fl.: -

ARQUIVO/BIBLIOTECA: Arquivo da Junta comercial do Paraná.

TIPO DE REGISTRO:

1. Individual ou Limitada :

2. dos Sócios:

3. Nacionalidade dos sócios:

4. Missão dos sócios:

5. Objeto de atividade:

6. Local de atividade:

7. Razões sociais:

8. Capital inicial registrado:

9. Data de funcionamento:

10. Data de registro:

11. Denominação social:

OBSERVAÇÕES:

Data: